

SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia



Universidade São Paulo

WP1 Needs analysis and preparing the soil

Francisco J. Castro-Toledo, Fernando Miró Llinares, Rocío Martínez Almanza, Raquel Botía López

Centro CRÍMINA para el estudio y prevención de la delincuencia
Universidad Miguel Hernández de Elche



Índex

Executive summary	1
1. Sobre este relatório	2
2. Relatório de justificativa	3
2.1. Necessidade de programa dacordo às demandas sociais	3
2.2. Adequação do corpo docente para implementar a grade	5
2.2.1. Docentes do curso: Nível de qualificação acadêmica	5
2.2.2. A equipe acadêmica: dedicação funções	9
2.3. Grau de inserção no mercado de trabalho dos egressos	9
2.3.1. Taxa esperada de formandos	9
2.3.2. Recursos da universidade promoção da empregabilidade	10
2.4. Área de influencia: equilíbrio territorial	10
2.4.1. Demanda	10
2.4.2. A zona de influência	11
2.4.3. Incentivos institucionais públicos ou regulações legislativas de carácter universitário ou científico	11
3. Detecção da necessidade	12
3.1. Detecção de necessidades de treinamento auto-relatadas	12
3.1.1 Métodos e materiais	12
a. Técnicas e instrumentos	12
b. Variáveis	13
c. Descrição da amostra	30
3.1.2 Resultados	32
a. Profissionais	32
i. Necessidades de formação	32
ii. Necessidades institucionais relacionadas às práticas profissionais	46
b. Professores	47
i. Capacidades de treinamento	47
ii. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino	62
iii. Necessidades de ensino	66
c. Estudantes	68
i. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino	68
ii. Necessidades dos estudantes	72
3.2. Grupos nominais	73
3.2.1 Métodos y Materiais	73
a. Instrumento, projeto e procedimento	73
b. Descrição da amostra	74

3.2.2 Resultados	75
a. Âmbito da pesquisa	75
b. Âmbito da Polícia.....	77
c. Âmbito da Sociedade Civil	79
d. Âmbito da Segurança Privada.....	81
e. Âmbito Vitimológico.....	83
f. Âmbito Penitenciário.....	85
g. Âmbito Judicial	87
Referencias.....	90

Quadros

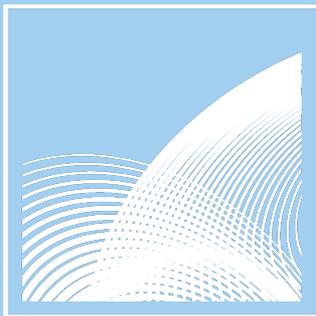
Quadro 1. Descrição das variáveis: questionário profissional.....	13
Quadro 2. Descrição das variáveis: questionário para estudantes	13
Quadro 3. Descrição das variáveis: questionário para professores	13
Quadro 4. Descrição da Mostra dos Profissionais.....	30
Quadro 5. Descrição da Mostra dos Professores	30
Quadro 6. Descrição da Mostra dos Estudantes	30
Quadro 7. Profissionais: Resumo do Bloco de Teorias Criminológicas.....	32
Quadro 8. Profissionais: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência.....	33
Quadro 9. Profissionais: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito	34
Quadro 10. Profissionais: Resumo do Bloco Vitimologia	35
Quadro 11. Profissionais: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia	36
Quadro 12. Profissionais: Resumo do Bloco Estatísticas.....	37
Quadro 13. Profissionais: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública	38
Quadro 14. Profissionais: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	39
Quadro 15. Profissionais: Resumo do Bloco Direito.....	40
Quadro 16. Profissionais: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil	41
Quadro 17. Profissionais: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica.....	42
Quadro 18. Profissionais: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência	43
Quadro 19. Profissionais: Resumo do Bloco Antropologia Social	44
Quadro 20. Profissionais: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses	45
Quadro 21. Profissionais: Resumo do bloco necessidades institucionais	46
Quadro 22. Professores: Resumo do Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico.....	47
Quadro 23. Professores: Resumo do Bloco Teorias criminológicas	48
Quadro 24. Professores: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência.....	49
Quadro 25. Professores: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito	50
Quadro 26. Professores: Resumo do Bloco Vitimologia.....	51
Quadro 27. Professores: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia	52
Quadro 28. Professores: Resumo do Bloco Estatísticas	53
Quadro 29. Professores: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública.....	54
Quadro 30. Professores: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	55
Quadro 31. Professores: Resumo do Bloco Direito	56
Quadro 32. Professores: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil.....	57
Quadro 33. Professores: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica.....	58
Quadro 34. Professores: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência	59
Quadro 35. Professores: Resumo do Bloco Antropologia Social.....	60
Quadro 36. Professores: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses.....	61
Quadro 37. Professores: Resumo do Bloco Recursos Humanos	62

Quadro 38. Professores: Resumo do Bloco Recursos Materiais	63
Quadro 39. Professores: Resumo do Bloco Recursos Funcionais.....	64
Quadro 40. Professores: Resumo do Bloco Serviços.....	65
Quadro 41. Professores: Resumo do Bloco necessidades individuais.....	66
Quadro 42. Professores: Resumo do Bloco TIC.....	67
Quadro 43. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Humanos	68
Quadro 44. Estudantes: Resumo do Bloco Recurso Materiais	69
Quadro 45. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Funcionais.....	70
Quadro 46. Estudantes: Resumo do Bloco Serviços	71
Quadro 47. Estudantes: Resumo do Bloco TIC.....	72
Quadro 48. Descrição da amostra Grupos Nominais	74
Quadro 49. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	75
Quadro 50. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais após o processo de construção de consenso .	75
Quadro 51. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Resumo.....	76
Quadro 52. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	77
Quadro 53. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais após o processo de construção de consenso.....	77
Quadro 54. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Resumo	78
Quadro 55. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	79
Quadro 56. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	79
Quadro 57. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Resumo.....	80
Quadro 58. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	81
Quadro 59. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	81
Quadro 60. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Resumo	82
Quadro 61. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	83
Quadro 62. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	83
Quadro 63.. Grupos nominais Âmbito Vitimológico: Resumo.....	84
Quadro 64. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	85
Quadro 65. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	85
Quadro 66. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Resumo	86
Quadro 67. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão.....	87
Quadro 68. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	87
Quadro 67. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão.....	88
Quadro 68. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	88
Quadro 69. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Resumo	89

Gráficos

Gráfico 1. <i>Workflow</i> de SUCCESS de acordo com a proposta original (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1 e D1.2)	2
Gráfico 2. Modificação do <i>Workflow</i> de SUCCESS de acordo com o status atual de implementação do projeto (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1).....	2
Gráfico 3. Profissionais: Bloco Teorias Criminológicas	32
Gráfico 4. Profissionais: Bloco Formas específicas de crime e violência	33
Gráfico 5. Profissionais: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito.....	34
Gráfico 6. Profissionais: Bloco Vitimologia	35
Gráfico 7. Profissionais: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia.....	36
Gráfico 8. Profissionais: Bloco Estatísticas	37
Gráfico 9. Profissionais: Bloco Políticas de Segurança Pública	38
Gráfico 10. Profissionais: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	39
Gráfico 11. Profissionais: Bloco Direito	40
Gráfico 12. Profissionais: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil.....	41
Gráfico 13. Profissionais: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica	42
Gráfico 14. Profissionais: Bloco Sociologia do Direito e da Violência.....	43
Gráfico 15. Profissionais: Bloco Antropologia Social	44
Gráfico 16. Profissionais: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses	45
Gráfico 17. Profissionais: Bloco necessidades institucionais (N= 61)	46
Gráfico 18. Professores: Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico	47
Gráfico 19. Professores: Bloco Teorias criminológicas (N=4)	48
Gráfico 20. Professores: Bloco Formas específicas de crime e violência (N=8).....	49
Gráfico 21. Professores: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito (N=4)	50
Gráfico 22. Professores: Bloco Vitimologia (N=3)	51
Gráfico 23. Professores: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia (N=5)	52
Gráfico 24. Professores: Bloco Estatísticas (N=6).....	53
Gráfico 25. Professores: Bloco Políticas de Segurança Pública (N=5)	54
Gráfico 26. Professores: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito (N=3).....	55
Gráfico 27. Professores: Bloco Direito (N=4).....	56
Gráfico 28. Professores: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil (N=3)	57
Gráfico 29. Professores: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica (N=7).....	58
Gráfico 30. Professores: Bloco Sociologia do Direito e da Violência (N=1)	59
Gráfico 31. Professores: Bloco Antropologia Social (N=2).....	60
Gráfico 32. Professores: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses (N=9)	61
Gráfico 33. Professores: Bloco Recursos Humanos	62
Gráfico 34. Professores: Bloco Recursos Materiais	63
Gráfico 35. Professores: Bloco Recursos Funcionais	64

Gráfico 36. Professores: Bloco Serviços	65
Gráfico 37. Professores: Bloco Necessidades individuais.....	66
Gráfico 38. Professores: Bloco TIC.....	67
Gráfico 39. Estudantes: Bloco Recursos Humanos	68
Gráfico 40. Estudantes: Bloco Recursos Materiais	69
Gráfico 41. Estudantes: Bloco Recursos Funcionais	70
Gráfico 42. Estudantes: Bloco Serviços	71
Gráfico 43. Estudantes: Bloco TIC.....	72
Gráfico 44. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais	76
Gráfico 45. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais.....	78
Gráfico 46. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais	80
Gráfico 47. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais.....	82
Gráfico 48. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais.....	84
Gráfico 49. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais.....	86
Gráfico 50. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais	89



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Executive summary

The D1.1 on needs detection of Latino universities is part of one of the deliverables of WP1: "Needs Analysis and preparing the soil". This report presents the final results of the deliverable in question, which refers to University of São Paulo, to Brasil.

The objectives pursued by the report are as follows:

- Deepen the analysis of the needs of improvement of higher education offers in criminology and public safety.
- Define at each South American university the specific offers of higher education in criminology and public safety that will need to be created or improved and at what levels of studies.
- Identify the training needs of academic staff at South American universities to create or improve higher education offerings in criminology and public safety.
- Promote the transfer of knowledge from European universities on criminology and public safety to South American universities through a programme of learning mobility.

The report is made up of three specific sections:

1. **"On this report"** introduces in summary the structure of this report, as well as all the tasks carried out in the development of D1.1. *Needs analysis report*, exemplifying the SUCCESS Workflow in Gantt diagrams. These tasks are: 1. Design the needs analysis plan; 2. Identify university participants; 3. implement data collection activities; and 4. Processing of the data and preparation of the report.

2. **"Justification Report"** prepared by University of São Paulo includes elements that summarize on the one hand: 1) the need on the part of the university to implement a training programme that responds to the social demands of Brasil in terms of crime analysis, prevention and mitigation; (2) the suitability of teaching staff to deliver the training programme to implement this included elements such as: teaching staff and capacity to implement the program, as well as their specialties and experience; (3) the degree of job insertion that post-university education graduates may have, this includes efforts being made at the university level to promote employability; (4) it includes the area of influence of the new training course is checked whether the degree meets the needs of the company, and the scope that is intended to have with the implementation of the company.

3. **"Needs Detection"** presents the methodology and results of the detection of training needs and nominal groups of the University of São Paulo.

For the detection of training *needs*, a total of three *ad hoc questionnaires adopted in the sociocultural context of the country* are carried out: a questionnaire of professionals, another of teachers and, last, of students. The application of these has been carried out online, and sampling has been carried out by the responsible person involved in the project by the University of São Paulo.

The structure of each of the questionnaires is as follows: 1. Questionnaire of professionals, which is responsible for collecting information on the specific competences in the professional field of the respondents, in addition to university practices and about institutional competences. 2. Teacher questionnaire, which focuses on the detection of training needs through the study of macrocompetences in the courses that are taught, as well as the ability to transmit specific competencies, the competences of teachers and those related to the institutional. 3. Questionnaire of students, it is based on the institutional competences related to human, material and functional resources with which the university has; in addition to paying attention to students' personal competencies.

The sample of each of the questionnaires has been constituted as follows:

Table 1. Sample description: questionnaires

Instrument	USP
Professional	68
Teachers	22
Students	107
Total	197

By way of synthesis, the main results that have been achieved after the implementation and analysis of the different instruments are presented, then highlighted and pays attention to the training needs identified by the group of professionals and subsequently summarizes the main results of the teaching skills .

Table 2. Professional's Training needs

Macrocompetence	M	Dt
Criminological theories	3.29	0.78
Specific Forms of Crime and Violence	3.12	0.75
Prediction, Prevention and Treatment of Crime and Crime	3.22	0.91
Victimology	3.36	0.83
Criminology Research Methods	3.26	0.95
Statistics	2.88	1.08
Public Security Policies	3.58	0.66
Criminal Policy and Conflict Resolution	3.23	0.72
Law	3.20	0.92
Crime and Juvenile Justice	3.52	0.85
Criminal and Legal Psychology	3.42	0.90
Legal and Violence Sociology	3.34	0.80
Social Anthropology	3.17	0.92
Legal Medicine and Forensic Sciences	3.07	1.08

Table 3. Teaching competencies

Macrocompetence	M	Dt
Criminological theories	1.82	0.40
Specific Forms of Crime and Violence	1.64	0.49
Prediction, Prevention and Treatment of Crime and Crime	1.82	0.40
Victimology	1.86	0.35
Criminology Research Methods	1.77	0.43
Statistics	1.73	0.46
Public Security Policies	1.77	0.43
Criminal Policy and Conflict Resolution	1.86	0.35
Law	1.82	0.40
Crime and Juvenile Justice	1.86	0.35
Criminal and Legal Psychology	1.68	0.48
Legal and Violence Sociology	1.95	0.21
Social Anthropology	1.91	0.29
Legal Medicine and Forensic Sciences	1.59	0.50

On the other hand, in order to complete the information collected from the application of the questionnaires on detected training needs, a series of **nominal groups are carried out** with professionals of Brasil in 7 different groups in the sector of criminology and / or public security of the country. The professional area, as well as participation in each of them, are distributed as follows:

Table 4. Sample description nominal groups

Brasil: University of São Paulo	
Area	Participants
Area of Research	6
Police area	5
Civil Society	6
Private Security Area	7
Victimological field	8
Prison Area	6
Judicial area	6
Total	46

Each of the nominal groups is structured in four phases (1. Generation of silent ideas, 2. Share ideas, 3. Discussion and clarification of ideas and 4. Vote and ranking), each focused on answering the research question that was first raised: "Considering objectives such as preventing or controlling crime, or even offering effective treatment to criminals and/or victims of violence, what training needs have you identified in your professional area?"

The results in this report are subsequently used to establish a relationship between the needs identified by Latin universities and the competencies identified by European universities, as can be viewed in the general report. This is intended to contribute in an argued way to decision-making regarding the mobility plan.

1. Sobre este relatório

Este relatório inclui os resultados finais do D1.1. sobre a detecção das necessidades das universidades latinas e é um dos resultados que fazem parte do WP1 (Análise de necessidades e preparação do solo). Especificamente, as seções seguintes descrevem primeiro o relatório de justificativa das necessidades realizado pela Universidade Federal Minas de Geraí, depois é mostrada a metodologia utilizada para alcançar os objetivos, e cada um dos instrumentos utilizados para realizar a análise é descrito, especificamente os diferentes questionários que foram aplicados a professores, profissionais e estudantes. Assim como a metodologia seguida para os grupos nominais. Por outro lado, este relatório institucional mostra as principais conclusões da análise das necessidades e as lacunas identificadas, com base na apresentação de tabelas e gráficos que resumem e ilustram as informações obtidas. Estes resultados contribuem para o desenvolvimento da correspondência D1.2, que pode ser visualizada no relatório principal.

O desenvolvimento do relatório D1.1 *D1.1 Needs analysis report* envolveu um trabalho altamente colaborativo entre a UMH e universidades latino-americanas durante os primeiros 6 meses do projeto. Mais especificamente, foram realizadas as seguintes tarefas

- **T1.1. Elaboração do plano de análise das necessidades**, incluindo os instrumentos de coleta de dados e posterior análise com o apoio das Universidades Sul-Americanas.
- **T1.2. Identificação dos participantes** e coleta de dados em cada universidade.
- **T1.3.** Implementação de atividades de **coleta de dados e grupos de foco** com especialistas/interessados selecionados e um grupo de discussão.
- **T1.4. Processamento de dados e preparação de um relatório** por cada universidade a ser enviado à UMH que preparará um breve relatório comparativo destacando as necessidades específicas e relacionando-as com a experiência das universidades européias.

Com relação ao cronograma seguido, os seguintes gráficos de Gantt mostram todas as informações relacionadas ao cronograma de cada uma das tarefas em D1.1, tanto na versão proposta como na versão ajustada ao atraso de início do projeto.

Proposal		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
D1.1	T1.1												
	T1.2												
	T1.3												
	T1.4												
D1.2	T1.5												
	T1.6												
	T1.7												

Gráfico 1. *Workflow* de SUCCESS de acordo com a proposta original (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1 e D1.2)

Delayed		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M13	M14	M15	M16
D1.1	T1.1																
	T1.2																
	T1.3																
	T1.4																
D1.2	T1.5																
	T1.6																
	T1.7																

Gráfico 2. Modificação do *Workflow* de SUCCESS de acordo com o status atual de implementação do projeto (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1)

2. Relatório de justificativa

2.1. Necessidade de programa de acordo às demandas sociais

O sentimento de insegurança no Brasil não é sem fundamento. Somos, de fato, um dos países mais violentos da América Latina que, por sua vez, é a região mais violenta do mundo. De acordo com uma pesquisa das Nações Unidas, o Brasil classificou-se entre os países com as maiores taxas de homicídios per capita (o Brasil é o oitavo país do mundo e o segundo na América do Sul, nesse ranking, de acordo com o Banco Mundial)¹. De acordo com estatísticas recentes (2018), o Brasil atingiu 63.880 homicídios (31 por 100.000 habitantes), sendo essa modalidade de violência responsável por 2% das mortes de mulheres e por 14% de homens. Se considerarmos apenas a população jovem, os homicídios representam 57% de todas as mortes nesse segmento (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018).

A situação é ainda pior se compararmos o número isolado de algumas cidades e regiões metropolitanas, onde há o dobro de crimes da média nacional. São Paulo, por exemplo, já superou a capital colombiana Bogotá. Na cidade de São Paulo, em 2001, o assassinato foi pela primeira vez a principal causa de morte entre as mulheres, superando o número de mortes por doenças cerebrovasculares e SIDA/AIDS. Além disso, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta. As instituições prisionais estão superlotadas, as instalações da maioria são precárias, havendo profundas violações dos direitos humanos².

As perdas totais causadas por crimes são incalculáveis. Do ponto de vista puramente monetário, um cálculo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dá uma ideia do impacto financeiro do crime no Brasil. Tendo em conta as perdas materiais, tratamentos médicos e horas de trabalho perdido, o crime rouba cerca de 5% do PIB nacional, por ano (Cerqueira, 2017).

As políticas para enfrentar esse problema e outras relacionadas ao fenômeno criminal são primariamente de natureza repressiva e, a partir dos dados, ano após ano, não têm sido eficazes. Há pouco investimento em políticas de prevenção. A academia brasileira, por meio de professores / pesquisadores que atuam nessa área, tenta influenciar essa política, bem como a opinião pública que, infelizmente, exige mais repressão (Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017).

Os estudos e a produção de conhecimentos relacionados ao fenômeno criminal no Brasil são fragmentados, não apenas pela inexistência de uma rede de pesquisadores com os mesmos interesses, mas também pelo fato de cada um deles possuir temas / objetos de interesse a partir de perspectivas de uma disciplina científica isolada: sociologia, psicologia, antropologia, direito, medicina, etc. Assim, a capacidade de explicação das investigações no Brasil e, conseqüentemente, a capacidade de influência da ciência nessa área é frágil.

Um exemplo desse problema / fragilidade é o atual embate entre a política penitenciária, que propõe realizar o exame criminológico dos encarcerados, com vistas à concessão de benefícios (progressão da sentença, por exemplo). Entende-se ser necessário avaliar o risco de reincidência, mas há proibição a psicólogos, pelo Conselho Federal de Psicologia, de agir nesse sentido, em função da falta de evidências empíricas e treinamento adequado para fazê-lo, enfatizando que essa é uma competência de área que não existe no Brasil (a Criminologia) (Ministério da Justiça, 2007). 3

Assim, o desenvolvimento da Criminologia Científica no Brasil é uma necessidade e pode ofertar grande contribuição à sociedade. Possibilitará integração do conhecimento científico, alavancar novas investigações e impactar positivamente o treinamento de recursos humanos para o trabalho na área, aumentando a capacidade da academia de influenciar políticas e opiniões públicas.

Para nós, parece estratégico que o ponto de partida desse processo seja, em parte, em Ribeirão Preto, na Universidade de São Paulo (USP), especificamente por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLRP). A USP é uma instituição de grande prestígio na cidade e na região. O FFCLRP é uma unidade forte, bem

1 Nesse sentido, ver: https://data.worldbank.org/indicador/VC.IHR.PSRC.P5?end=2016&start=2016&view=map&year_high_desc=true

2 Nesse sentido, ver: http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All

estruturada e tradicional dentro da USP, e as propostas provavelmente terão um impacto positivo em seu contexto, bem como no país. Estamos em uma região importante do Brasil, em termos econômicos e políticos, com capacidade para liderar processos de necessárias transformações.

A região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, não é a mais violenta do Brasil, nem do Estado. No entanto, é uma das regiões do Brasil e do Estado de São Paulo com maior concentração de jovens infratores, sob medidas judiciais, devido à prática de crimes (no Brasil, temos cerca de 200 mil adolescentes em medida socioeducativas, sendo que 50% desse total está no Estado de São Paulo). Grande parte desses jovens está envolvida no narcotráfico, com indicações de que a cidade de Ribeirão Preto e seus arredores estão localizados em uma região estratégica para a redistribuição de drogas dentro do próprio país e também para o exterior, principalmente para a Europa⁴.

Apesar disso, a Criminologia como ciência autônoma não existe no Brasil. A médio e a longo prazo, a expectativa é que este projeto crie condições institucionais para que a Criminologia possa ser implantada no Brasil como ciência autônoma. Assim, a participação no projeto deve oferecer uma sólida formação complementar em Criminologia aos professores participantes, para que seus conhecimentos / habilidades sejam atualizados à luz da Criminologia, aprimorando suas competências. Esse treinamento, além de capacitá-los a treinar outros, disseminando o conhecimento da Criminologia, criará uma base teórico-metodológica comum, que facilitará o intercâmbio entre eles e, assim, a constituição de um grupo de professores / pesquisadores mais coeso, mais organizado, com capacidade de produzir conhecimento criminológico no próprio país e também de colaborar com uma rede internacional de pesquisadores em criminologia. As prioridades são:

a) Processo e mecanismos de garantia de qualidade.

A natureza do projeto em si é qualificar os recursos humanos (o grupo de professores da USP) para desenvolver um melhor trabalho de ensino em relação às disciplinas com as quais eles já trabalham - abordando a questão da violência criminal - ancorando-se na Criminologia como ciência empírica. O impacto da formação oferecida por professores europeus de Criminologia e Ciências Forenses pode ser avaliado a curto prazo na oferta do curso de especialização proposto, por meio da análise de seu programa, da organização de eventos científicos e da disseminação desses novos conteúdos; a médio prazo, pela manutenção desse curso de especialização e também pela modificação dos programas oferecidos por esses professores nos cursos regulares aos quais estão vinculados, em suas respectivas unidades de ensino.

b) Equidade, acesso e democratização do ensino superior.

O curso de especialização e os eventos serão oferecidos principalmente a indivíduos que trabalham em diferentes instâncias do sistema público (segurança, educação, saúde, etc.). A maioria desses profissionais no Brasil, apesar de possuir um diploma universitário, possui formação pouco especializada em temática de violência / violência criminal e está distante do ambiente acadêmico-científico. Assim, o curso de especialização e os eventos organizados se constituirão em uma oportunidade de treinamento em serviço, possibilitando o acesso desses trabalhadores a conteúdos de qualidade, relevantes para o desempenho profissional.

c) Desenvolvimento de capacidades de pesquisa e inovação.

O curso de especialização deve estar alinhado com a filosofia geral de uma formação universitária de qualidade, ou seja, uma formação crítica, a fim de oferecer ferramentas para os indivíduos elaborarem questões relevantes e buscarem soluções racionais para os problemas em seu contexto de ação. Nesse sentido, o curso envolverá um trabalho prático, que será apresentado na forma de uma monografia, cujo ponto de partida envolverá uma questão / problema de seu local de atuação, relacionado aos temas trabalhados no curso. Este trabalho deve ser orientado por um dos membros do corpo docente, da equipe da USP.

d) Reconhecimento de qualificações e padrões de qualidade.

O curso de especialização será elaborado em acordo com o regimento da universidade, cumprindo os requisitos estipulados no próprio programa, reconhecendo a qualificação dos estudantes por um certificado de

4 Nesse sentido, ver: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei do Conselho Nacional de Justiça.

especialização concedido pela instituição. É importante notar que a realização de cursos de especialização proporciona avanços nas carreiras de vários profissionais que trabalham na esfera pública (em diferentes instâncias do sistema público - segurança, educação, saúde, etc.), podendo favorecer melhores condições de atuação na prática cotidiana.

e) Desenvolvimento da educação escolar e profissional no ensino pós-secundário não superior

Como mencionado acima, o curso de especialização será oferecido principalmente para indivíduos que trabalham em diferentes instâncias da esfera pública, entre os quais destacam-se professores / tutores de escolas públicas, que trabalham com crianças / adolescentes. Sabe-se que o fenômeno da delinquência juvenil, ou melhor, a prevenção da delinquência juvenil, deve envolver aspectos da escola, como fatores de risco ou de proteção. No Brasil, a violência escolar e a dificuldade de inclusão de adolescentes judicializados são problemas significativos. Assim, o curso de especialização pode focar essas questões e auxiliar no desenvolvimento de formação específica para professores que atuam nesse contexto e em projetos relacionados ao fenômeno criminal, em termos de prevenção primária e secundária, da escola.

f) Novas tecnologias no ensino superior

A equipe de professores da USP, beneficiária deste projeto, poderá criar uma página na web na qual disponibilizará informações e conteúdos relacionados à Criminologia, bem como ao curso de especialização, a qual poderá estar conectada diretamente à Plataforma prevista no projeto SuCESS, que viabilizará a Rede Euro-Sul-Americana de Criminologia. É importante destacar que a USP possui recursos humanos técnicos que podem ajudar nesse sentido, uma vez que o uso de novas tecnologias na educação, visando aumentar a acessibilidade, também é uma política da instituição.

Além disso, para o desenvolvimento do trabalho prático dos alunos do curso de especialização, todos receberão treinamento para aprimorar as habilidades de pesquisa, desde a formulação de questão de pesquisa, a recuperação da literatura científica pertinente, em bancos de dados bibliográficos, a definição de método científico, conectado à questão e às condições de acesso e tratamento de dados.

A USP também já possui essa tecnologia e possui recursos humanos e técnicos para esse tipo de treinamento específico. Para o desenvolvimento deste trabalho prático, que deve ser aprimorado sob a supervisão de um dos professores da equipe da USP, os alunos também podem aprender a usar plataformas de comunicação como o Moodle, por exemplo, para serem orientados, sem a necessidade de deslocamento. A USP também já possui infraestrutura para isso. Seus técnicos elaborarão os e-cursos do sistema, ou Moodle da USP. Trata-se de um ambiente de aprendizado virtual que suporta as disciplinas da USP. O USP-Moodle é uma iniciativa da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRG). A STI, com a colaboração dos centros de TI dos campi da USP, é responsável pela implementação, manutenção e operação do serviço.

2.2. Adequação do corpo docente para implementar a grade

Adequação do pessoal docente para ministrar o programa de formação a ser implantado.

2.2.1. Docentes do curso: Nível de qualificação acadêmica

O pessoal acadêmico previsto para ministrar o novo curso de formação em Criminologia e Segurança Pública reúne o nível de qualificação acadêmica requerido para o novo curso de formação e dispõe de adequada experiência docente e como pesquisadores.

A equipe composta, até o momento, para a implementação do Projeto SuCESS, é inteiramente formada por docentes – professores/pesquisadores – com vínculo estável com a USP. Todos estão alocados em Unidades/Faculdades situadas no Campus de Ribeirão Preto. De forma geral, esses professores trabalham, em alguma medida, com temáticas que têm relação com o fenômeno criminal, embora isoladamente. Ademais, a maioria deles usa referenciais específicos, gerados em suas áreas de conhecimento: psicologia, economia, direito, química, enfermagem, etc. Portanto, não adotam referenciais integrativos, próprios à Criminologia,

porque, talvez, pela ausência de uma formação específica em Criminologia, desconhecem referenciais teórico-metodológicos gerados neste âmbito, que lhe poderiam empregar em seus trabalhos.

Apenas um membro da equipe tem formação específica em Criminologia. A professora Ruth Estevão possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, concluída em 1965, na Faculdade de Direito “Laudo de Camargo” da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, mas realizou Mestrado na École de Criminologie de l’Université de Louvain, Bélgica (ano de conclusão 1973) e seu Doutorado na École de Criminologie de la Faculté des Arts et de Sciences, da Universidade de Montréal, Canadá (ano de conclusão – 1982). Como Professora Assistente no Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP, implantou e ministrou as disciplinas Psicologia Criminal I e II, por dezoito anos, de 1973 a 1991. Neste período, desde o início da sua docência, incluiu nos programas das disciplinas o ensino de teorias criminológicas que atualmente continuam sendo ensinadas ou foram integradas em novas teorias.

Após a aposentadoria, dedicou-se com mais afinco a atividades na comunidade, de intervenção direta, no campo. Nesse plano, destacam-se projetos/programas voltados a adolescentes em conflito com a lei, que implantou e coordenou na cidade de Ribeirão Preto (sendo que um deles ainda coordena, desde 2006 - A intervenção psicossocial em situações de proteção especial: a medida de Liberdade Assistida da OCSAMC). Ainda assim, em paralelo, manteve atividades de colaboração com Universidade, dentre as quais destacam-se a organização dos Seminários Internacionais sobre Delinquência Juvenil realizados na USP/RP de 2007 a 2019 e dos Seminários Internacionais de Criminologia realizados na USP/ RP de 2015 a 2019.

Desde 2019, voltou ao quadro do seu Departamento de origem, como Professora Sênior. No tocante à sua atuação no âmbito científico, destaca-se que é Membro Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia e Vice-Presidente da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa (a partir de 2020).

A Professora Marina Rezende Bazon, por seu turno, possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1991), Mestrado em Science - Psychoéducation pela Université de Montreal / Canadá (1995) e Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1999). Embora não tenha uma formação específica em Criminologia, os anos de estudo no Canadá possibilitaram o contato com a disciplina científica. Assim, pouco tempo depois de voltar ao Brasil, tornou-se docente (em 1997) no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP), assumindo a responsabilidade pelas disciplinas de Psicologia Criminal que haviam sido implantadas pela professora Ruth Estevão. Gradativamente, a professora Marina incluiu nos programas das disciplinas o ensino de um amplo rol de teorias criminológicas.

Na sequência, ela implantou e assumiu a responsabilidade por outras disciplinas correlatas, “Acompanhamento Socioeducativo de Adolescentes em Conflito com a Lei”, na FFCLRP/USP e os seguintes cursos de Graduação em Psicologia e “Psicologia Jurídica e Forense” na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FDRP/USP) e, paralelamente, passou a atuar como docente também junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP/USP, contexto no qual orienta mestrados e doutorados (já orientou 22 trabalhos de mestrados e 5 de doutorado e, está orientando, presentemente, 7 mestrados e 3 doutorados).

No âmbito científico, a Professora Marina coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa e Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP – site <https://sites.usp.br/gepdip/>) e, nesse, desenvolve linhas de pesquisa que concentram-se em torno de dois objetos: delinquência juvenil e vitimização doméstica de crianças e adolescentes. Nesse âmbito, enfatiza as teorias criminológicas integrativas, de abordagem desenvolvimental, a qual fundamenta boa parte dos trabalhos. Alguns inclusive foram premiados no contexto de eventos científicos internacionais, na área da Criminologia. Ademais, é Membro Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia; Membro/Diretor da International Society for Criminology; Membro/Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Internacional de Língua Portuguesa. Ela, hoje, é Professora Associada da Universidade de São Paulo (USP).

As outras docentes da equipe, ligadas ao Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP, são as professoras Sonia Regina Pasian e Clarissa Mendonça Corradi-Webster. A professora Sonia é psicóloga formada pela Universidade de São Paulo (1985), mestre em Filosofia (Epistemologia da Psicologia e Psicanálise) pela Universidade Federal de São Carlos (1993) e doutora em Ciências (Saúde Mental) pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente

é Professora Titular e coordena o Centro de Pesquisas em Psicodiagnóstico e Presidente da Comissão de Pós-Graduação da FFCLRP-USP, onde desenvolve pesquisas em torno do tema “avaliação psicológica”, sua especialidade. Ela é membro fundador da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), foi Presidente da ASBRo (2007-2008) e membro do Conselho de Administração desde a sua criação (1993 até o presente), atuando no Conselho Consultivo. Ademais, é também membro do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e atua como Editor Associado do Journal of Psychological Assessment desde 2009.

Ela atua como docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP/USP, tendo coordenado o programa de 2012 a 2016. Nesse contexto, já orientou diversos mestrados e doutorados centrados na temática da avaliação psicológica, sendo alguns dos trabalhos relacionados à Psicologia Forense. Vale ressaltar que teve experiência profissional, anterior à vida acadêmica, como perita da justiça.

A professora Clarissa também é psicóloga formada pela USP. Fez mestrado em Saúde na Comunidade pela FMRP-USP (2004) e doutorado em Psicologia pela FFCLRP-USP (2009). Ademais, fez especialização em Psicoterapia e Psiquiatria da Adolescência no HCFMRP-USP. No que respeita às atividades de pesquisa, coordena o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. Suas pesquisas concentram-se nas temáticas de saúde mental e psicopatologia, com ênfase na área de álcool e outras drogas. Ela coordena o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicopatologia, Drogas e Sociedade, o qual se dedica aos seguintes temas: uso de drogas por pessoas em tratamento psiquiátrico, o cuidado oferecido a pessoas que fazem uso problemático de drogas e políticas de saúde mental. Também atua como docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP/USP, contexto no qual orienta mestrados e doutorados.

Anterior à carreira docente, a professora Clarissa trabalhou como psicóloga em penitenciária de segurança máxima, realizando avaliação psicológica de presidiários a fim de embasar a decisão do juiz sobre a alteração da aplicação da pena e o aconselhamento psicológico de presidiários, por cinco anos.

Outros dois docentes da FFCLRP/USP compõem a equipe, sendo eles, todavia, vinculados, ao Departamento de Química. São eles Bruno Spinosa de Martinis e Márcia Veiga. O professor Bruno possui graduação em Química Fundamental pelo Instituto de Física e Química de São Carlos da Universidade de São Paulo (1990), mestrado em Química Analítica pelo Instituto de Física e Química de São Carlos da Universidade de São Paulo (1993), doutorado em Química Analítica pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (1997), com estágio no exterior (doutorado sanduíche no exterior no Lawrence Berkeley National Laboratory - University of California - Estados Unidos - 1995). Ademais, fez pós-doutorados: um na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP em Ribeirão Preto (1998); outro no exterior, no National Institute on Drug Abuse - National Institutes of Health (NIDA/NIH) - Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos (2005-2006); outro ainda no exterior, no The Center For Forensic Science Research and Education, Willow Grove, Pensilvânia, também nos Estados Unidos (2016-2017).

Foi docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP de dezembro de 2002 a dezembro de 2009 e responsável pelo Laboratório de Toxicologia Analítica Forense do Centro de Medicina Legal da FMRP/USP. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Química Analítica Forense, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento de métodos analíticos para a investigação de drogas de abuso, aspectos médico-legais do álcool, amostras alternativas para a investigação toxicológica, métodos de extração, análise cromatográfica e investigação de drogas em amostras biológicas postmortem. É atualmente o presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses (SBCF) 2013-2014.

A professora Marcia também possui graduação em Química, tendo se graduado na Universidade Federal do Amazonas (1991). Fez mestrado em Físico-Química na Universidade Federal de Santa Catarina (1995), doutorado em Química Analítica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e pós-doutorado em Química Analítica pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (2004). Realizou estágio de pesquisa na Universidad de Zaragoza, Espanha, em 2015 e em 2018.

Antes do ingresso na USP, atuou como pesquisadora no Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA), trabalhando na implementação da Central Analítica (2005). Hoje é docente na Universidade de São Paulo,

campus de Ribeirão de Preto (desde 2006). Nessa foi coordenadora do Curso de Licenciatura em Química de 2012 a 2016 e do Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) na USP/RP.

No que concerne às pesquisas, foi Diretora de Ensino e Pesquisa da Gestão 2017-2019 da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses. Seus interesses giram em torno das capacidades e limitações das técnicas de espectrometria atômica (principalmente espectrometria de absorção atômica com forno de grafite), espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado e espectrometria de emissão óptica) para análise de traços espacialmente resolvidos e estudos de especiação. Foco atual em a) preparação de amostras; b) a detecção e quantificação de nanomateriais e sua aplicação; c) ensaios de bioacessibilidade em alimentos e solos; d) o potencial da espectrometria de absorção molecular em forno de grafite de alta resolução para análise elementar e isotópica; e) detecção e quantificação de resíduos de arma de fogo; f) novas abordagens tecnológicas para o ensino de química.

Quantos aos professores de outras Unidades da USP, no campus de Ribeirão Preto, a equipe implicada no Projeto SuCESS conta também com três docentes vinculados à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP/USP): Sergio Nojiri, Víctor Gabriel Rodríguez e Eduardo Saad-Diniz. Os três são Professores Associados e atuam no nível da graduação (FDRP) e em programas de pós-graduação. O professor Sergio está ligado ao Programa de Mestrado em Direito da FDRP/USP e desenvolve pesquisas entre as interfaces do direito com a psicologia e a neurociência, devendo-se destacar que é também Juiz de Direito (Juiz Federal).

Víctor é especialista em Direito Penal pela Universidade de Coimbra / IBCCrim. É também membro do Grupo "Derecho penal y comportamiento humano", coordenado pelo Professor Eduardo Demetrio Crespo, financiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, da Espanha (2019/2021). Atualmente, está ligado ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – PROLAM/USP, que é temático e interdisciplinar, orientando doutorados.

Eduardo, por sua vez, é especialista em Vitimologia pela Universidad de Sevilla, España. Também está ligado ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – PROLAM/USP. Na FDRP propôs e atua como vice-coordenador de dois Programas de Especialização (lato sensu): um em "Ciências Criminais"; outro em "Ética Empresarial".

Vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEARP/USP), a equipe conta com o professor Luiz Guilherme Dacar da Silva Scorzafave, que também é Professor Associado. Ele possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1997), mestrado em Teoria Econômica pela USP (2001) e doutorado em Economia pela USP (2004). Luiz coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES) contexto no qual desenvolve pesquisas em torno dos seguintes tópicos: Educação, Violência e Crime. Especificamente, ele tem se dedicado a analisar políticas públicas e seus efeitos na relação entre desigualdade social e crime; os fatores associados à subnotificação de crimes no Brasil; o crime organizado e como ação de grupos mudaram a dinâmica dos homicídios e do tráfico de drogas em São Paulo. Também vem estudando fatores de risco e proteção ao envolvimento de jovens em bullying, em gangues e em atividades ilícitas. Destaca-se que tem ampla experiência em avaliação de impacto, no Brasil.

Por fim, tem-se a professora Lucilene Cardoso. Ela é também Professora Associada e encontra-se vinculada ao Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (EERP/USP). Sua formação básica foi em Enfermagem e em Direito: Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP (2003) e Bacharel em Direito pela Universidade Paulista (2014). Seu mestrado foi em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo (2006), assim como o seu doutorado (2008). Fez pós-doutorado em Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica na Universidade de Alberta/Canadá (2016). Ela é especialista em Enfermagem Forense (2019).

A Professora Lucilene hoje desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em saúde mental e direito. É credenciada junto ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica da EERP/USP, orientadora de mestrado e doutorado na Linha de Pesquisa: Promoção de Saúde Mental. Desenvolve, em parceria com profissionais e pesquisadores nacionais e internacionais, pesquisas relacionadas ao cuidado em saúde mental, reabilitação psicossocial, o cuidado e as relações familiares, saúde do cuidador (formal e informal)

em saúde; influência e fatores relacionados ao estresse, práticas de enfermagem forense; cuidado em saúde e direito de populações vulneráveis.

Vê-se que se trata de um grupo multidisciplinar, bastante heterogêneo, cujos membros mostram maior ou menor proximidade com interesses relacionados ao fenômeno criminal. A equipe não conta com uma base epistemológica/teórica comum. Assim, a formação desse grupo de professores em Criminologia, como já mencionado, poderá reformular seus conhecimentos / habilidades, expandindo suas competências. Além disso, criará uma base teórico-metodológica comum que permitirá maior / melhor interlocução desses professores, com vistas a estabelecer / fortalecer o grupo como tal.

Como vantagem, pode-se afirmar que se trata de um grupo com sólida formação científica. Quase todos tiveram parte de sua formação em Instituições Acadêmicas, de alto nível, no exterior. Todos têm um vínculo estável com Universidade de São Paulo, sendo que a maioria é Professor Associado. Todos atuam como docentes, no âmbito da graduação e da pós-graduação e lideram grupos de pesquisa, tendo ampla experiência na orientação científica de estudantes. Alguns têm forte atuação em associações científicas. Ademais, alguns também têm significativa experiência em coordenação de cursos em nível de pós-graduação, *stricto sensu* e *lato sensu*.

2.2.2. A equipe acadêmica: dedicação funções

Conforme o mencionado, o grupo envolvido no SuCCESS é, hoje, constituído por 11 docentes da USP, oriundos de diferentes Unidades. Todos têm vínculo de trabalho formal e estável, com Universidade, sendo que a quase totalidade têm regime de dedicação integral.

A partir de uma formação em comum, em Criminologia, acredita-se que este grupo tornar-se-á suficientemente forte / coeso, e terá capacidade de manter um programa de estudos em Criminologia que seja estável e duradouro, impactando o treinamento de vários estudantes e profissionais. Além disso, poderá usar recursos para realizar investigações mais amplas / mais relevantes, orientadas pelas necessidades concretas da região / do país. Desta forma será capaz de manter / fortalecer e expandir parcerias, envolvendo outros colegas, talvez da própria USP, mas também de outras instituições, nacionais e internacionais, formando uma rede maior de professores/pesquisadores em Criminologia.

2.3. Grau de inserção no mercado de trabalho dos egressos

2.3.1. Taxa esperada de formandos

O Curso de Especialização em Criminologia e Segurança Pública, a ser elaborado pelos docentes da USP, pretende constituir-se como um espaço de adequada formação neste campo do conhecimento, voltado a diferentes profissionais que atuam na prática, em contextos complexos e um território muito amplo, com múltiplas particularidades, sobretudo ao se pensar no tamanho continental do Brasil. Deste modo, inicialmente o curso deverá atender a um público específico, sedento por formação qualificada em Criminologia, enquanto Ciência e Profissão. Embora numericamente a quantidade de vagas (prevê-se 40 vagas na primeira turma) seja pequena frente às reais necessidades da população, sua qualificação e aprimoramento profissional serão suficientes para servir como estímulo disparador para impactar seus respectivos ambientes de trabalho e estimular novas turmas a serem futuramente implementadas.

Em síntese, portanto, pode-se afirmar que a proposta é adequada enquanto proposta inicial de formação qualificada em Criminologia, com alcance regional. Estima-se ser possível atender a necessidades de diferentes profissionais, atingindo parcialmente a demanda cultural, social e econômica existente na região e no Estado de São Paulo, frente à imensa dimensão territorial do Brasil.

2.3.2. Recursos da universidade promoção da empregabilidade

Para auxiliar na inserção dos egressos no mercado de trabalho, a Universidade de São Paulo dispõe de dois programas internos: o ECar – Escritório de Desenvolvimento de Carreiras⁵ e a Plataforma ALUMNI⁶.

O ECar é ligado à Pró-Reitoria de Graduação da USP e busca auxiliar o aluno a compreender seu próprio potencial para melhorar suas habilidades e, com isso, promover sua inserção no mercado trabalho. Para atingir seus objetivos, o ECar oferece palestras em vários temas relacionados a trajetória profissional; Workshops de elaboração de currículo, uso de redes sociais e planejamento de carreiras; atendimento individual de aconselhamento.

O Portal Alumni é uma rede de antigos alunos de graduação e pós-graduação para proporcionar o contato entre os seus membros. A plataforma é coordenada pelo Escritório Alumni USP e não se limita a apenas gerar estatísticas, mas a acolher os ex-alunos por meio de ferramentas atrativas e melhorar seu relacionamento com a USP. Além disso, visa apresentar à sociedade a contribuição da universidade na formação dos seus alunos. Com a criação desta plataforma, surgiu um Networking, onde é possível apresentar e oferecer oportunidades de trabalho, educação continuada e outras vantagens que sempre surgem no meio.

Além dos dois programas mencionados acima, vale destacar o SUPERA Parque⁷, que se constitui como um ambiente de inovação e empreendedorismo. O SUPERA surgiu de um convênio entre a USP, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo. A ideia é promover a transferência de conhecimento em diversos tipos de atividade, através da integração entre universidade, institutos de pesquisas, startups e empresas de base tecnológica. Esta atividade se torna um estímulo para os egressos uma vez que o SUPERA Parque visa atrair e reter empresas tecnológicas, com destaque especial para os setores de saúde, biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia. Uma vez estabelecida a parceria, a economia é beneficiada e novas oportunidades são geradas.

2.4. Área de influencia: equilíbrio territorial.

2.4.1. Demanda

As titulações existentes em Criminologia e Segurança Pública no Brasil são em número muito reduzido e, além disso, são em boa parte formatados segundo perspectivas teórico-metodológicas específicas, principalmente a do Direito/Direito Penal, não correspondendo ao que se entende, de fato, por Criminologia na sua acepção mais ampla e contemporânea. Por isso o Curso proposto no escopo do projeto SuCCESS poderá trazer inovação na área, pois a ideia é justamente transcender as perspectivas fragmentadas na direção de uma multi/transdisciplinar que é, em efeito, corresponde à natureza da criminologia científica.

Segundo o Censo de Estatística Superior do INEP de 2018, o Brasil tem 2.537 Instituições de Ensino Superior, 299 delas públicas. São Paulo tem 612 IES, 106 públicas (05 federais, 77 Estaduais e 24 municipais). E conta com 506 Instituições de Ensino Superior Privadas. Em Universidades, especificamente, o Brasil conta com 199, e São Paulo tem 38 delas. Para uma Federação que conta com 26 Estados e um distrito Federal, nota-se que São Paulo é o Estado onde mais está desenvolvido o Ensino Superior no Brasil, em números absolutos (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018). Ademais, as Universidades públicas paulistas são reconhecidamente de excelência internacional, o que também agrega maior impacto aos títulos universitários que elas podem outorgar. Nesse sentido, o Estado onde se desenvolverá o Curso é aquele em que existe maior demanda de alunos para pós-graduação, tendo em vista ser o que tem maior número de titulados.

5 Nesse sentido, ver: <https://www.prg.usp.br/centro-de-carreiras/>

6 Nesse sentido, ver: <http://www.alumni.usp.br/>

7 Nesse sentido, ver: <http://superaparque.com.br/>

2.4.2. A zona de influência

O estado de São Paulo tem a maior população do País e a maior estrutura de Segurança Pública. Atualmente, focalizando apenas o número de Policiais Militares (policiais de patrulhamento ostensivo), há 82.869 militares na ativa (Adorno, 2019). Trata-se do maior efetivo militar brasileiro, depois do Exército Nacional.

Na Polícia Judiciária, somente o Estado de São Paulo tem 26.113 cargos vinculados, ademais de 3.931 da Polícia Técnico Científica⁸. Também o maior efetivo do País.

O Tribunal de Justiça de São Paulo é o maior Tribunal da América Latina e, segundo sua própria página, é considerado o maior tribunal do mundo em número de processos, com 26% do total de processos do Brasil, 2,6 mil magistrados e aproximadamente 43 mil servidores (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, s.f.).

A Ordem dos Advogados, na Seção de São Paulo, conta com mais de 350mil advogados inscritos (OAB São Paulo, s.f.).

Grande parte de todo esse público, entre funcionários públicos e trabalhadores privados, pode interessar-se pela Criminologia. De todo modo, em termos de número de alunos por área abrangência, não há dúvidas de que Estado de São Paulo é o que conta com maior potencial, talvez, de toda América Latina.

2.4.3. Incentivos institucionais públicos ou regulações legislativas de carácter universitário ou científico

O governo atual tem notado a necessidade de pesquisa na área de Segurança Pública. Neste ano de 2020, como iniciativa pioneira, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançaram o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses. Trata-se de um investimento de R\$ 10 milhões em bolsas. Segundo o próprio Site oficial, “O trabalho envolverá os dois ministérios, a Polícia Federal, as secretarias Nacionais de Segurança Pública (Senasp) e de Políticas sobre Drogas (Senad) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Do total do orçamento previsto, R\$ 6 milhões serão financiados pela Senasp ao longo de quatro anos (R\$1,5 milhão/ano), R\$ 2,1 milhões pela Polícia Federal e outros R\$ 2 milhões pela CAPES”.

Entre outras iniciativas, o Estado brasileiro, embora não disponha de grande verba para fomento da pesquisa, começa incentivar a pesquisa e a formação em pós-graduação nas ciências criminais. O curso de especialização em Criminologia encontra-se, portanto, alinhado à política tanto do Ensino quanto da Segurança pública do país.

Ademais, as Universidades públicas paulistas são reconhecidamente de excelência internacional, o que também agrega maior impacto aos títulos universitários por elas outorgados. Nesse sentido, o Estado onde se desenvolverá o Curso é aquele em que existe maior demanda de alunos para pós graduação, tendo em vista ser o que tem maior número de titulados, conforme o já mencionado.

O curso de especialização em Criminologia encontra-se, portanto, alinhado à política tanto do Ensino quanto da Segurança pública do país.

⁸ Nesse sentido, ver: Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 30 de abril de 2020.

3. Detecção da necessidade

3.1. Detecção de necessidades de treinamento auto-relatadas

3.1.1 Métodos e materiais

a. Técnicas e instrumentos

Três questionários⁹ *ad hoc* foram desenvolvidos para cada uma das universidades latinas associadas. Estes questionários foram adaptados pelos próprios sócios latinos de acordo com o contexto sócio-cultural de seu país (1. tradução portuguesa, 2. Usos específicos das palavras e 3. Cargos institucionais específicos).

- **Questionário para profissionais** ligados à área de criminologia e segurança pública. Seu objetivo era investigar as competências e áreas consideradas necessárias para o desenvolvimento de sua prática profissional.
- **Questionário para professores** focado no corpo docente universitário que poderia desempenhar o papel de professor no desenvolvimento e implementação de um novo programa de treinamento em criminologia e segurança pública. O questionário foi focado na detecção de necessidades na área de treinamento acadêmico com base na análise de habilidades específicas.
- **O questionário estudantil** foi aplicado para realizar uma pesquisa que permitisse a avaliação do estado da universidade em termos de recursos humanos, materiais, funcionais e de serviços. Com o objetivo de implementar um novo programa de treinamento na área de criminologia e segurança pública As seções posteriores descrevem com mais detalhes os diferentes blocos de variáveis avaliadas.

As seções posteriores descrevem com mais detalhes os diferentes blocos de variáveis avaliadas.

⁹ Os questionários aplicados podem ser visualizados no seguinte link: <https://drive.google.com/file/d/1Z1iKIVXyucPtU5iRvmefkowqcVXrVHxm/view?usp=sharing>

b. Variáveis

Quadro 1. Descrição das variáveis: questionário profissional

Bloco	Níveis	Nível de medição
Competências específicas	Avaliação da necessidade de habilidades em sua área profissional. Itens: 86	0 = Totalmente desnecessário y 4 = totalmente necessário
Estágios universitários	Disposição para criar um acordo de colaboração Estágios de tutoria	Três opções de resposta: - Sim, você já tem um acordo de colaboração - Sim, eu estaria disposto a criá-lo - Não Dicotômico (Sim/Não)
Competências institucionais	Aspectos de melhoria a nível logístico e administrativo. Itens: 9	0 = Completamente desnecessário e 4 = Completamente necessário

Quadro 2. Descrição das variáveis: questionário para estudantes

Bloco	Níveis	Nível de medição
Competências institucionais: • Recursos humanos • Recursos materiais • Recursos funcionais Serviços	Aspectos a serem melhorados pela universidade a fim de implementar e executar um novo programa de treinamento universitário relacionado à Criminologia e/ou Segurança Pública. Itens: 27	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário
Habilidades pessoais	Habilidades para melhorar o uso das TIC Itens: 9	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário

Quadro 3. Descrição das variáveis: questionário para professores

Bloco	Níveis	Nível de medição
Macrocompetências	Abordagem de macrocompetências nos cursos ministrados. Itens: 14	Dicotômico (Sim/Não) Competências específicas
Competências específicas	apacidade de transferir competências específicas para futuros alunos Itens: 86	0 = nada capaz e 4 = totalmente capaz
Capacidade de ensino	Aspectos de melhoria no nível de habilidades de ensino. Itens: 10	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário
Competências institucionais: • Recursos humanos • Recursos materiais • Recursos funcionais Serviços	Competências para melhorar o uso das TIC Itens: 9 Aspectos a serem melhorados pela universidade a fim de implementar e executar um novo programa de treinamento universitário relacionado à Criminologia e/ou Segurança Pública. Itens: 27	Dicotômico (Sim/Não) 0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário

c. Descrição da amostra

Devemos começar ressaltando que, enquanto a distribuição prevista na proposta do projeto foi homogênea para todas as universidades latinoamericanas¹⁰, no final, um número heterogêneo de participantes foi reunido para cada uma de las. As informações específicas para a Universidade São Paulo são mostradas nos quadros 4, 5 e 6.

Quadro 4. Descrição da Mostra dos Profissionais

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	43	63.2%
	Feminino	25	36.8%
Idade	17-24	0	0.0%
	25-34	8	11.8%
	35-44	19	27.9%
	45-54	23	33.8%
	55-64	16	23.5%
	Mais de 64	2	2.9%
Nível de educação	Graduação	27	39.7%
	Especialização	7	10.3%
	Mestrado	14	20.6%
	Doutorado	20	29.4%
Âmbito profissional	Âmbito da investigação	22	32.35%
	Âmbito policial	16	23.52%
	Âmbito penitenciário	12	17.64%
	Âmbito vitimológico	11	16.17%
	Âmbito judicial	25	36.76%
	Âmbito da segurança privada	1	1.47%
	Âmbito da gestão da segurança pública	8	11.76%
	Âmbito do terceiro setor	15	22.05%
	Outro Âmbito	1	1.47%
	Âmbito intersetorial	23	33.8%
Experiência profissional	1-5 anos	2	2.9%
	6-10 anos	15	22.1%
	11-15 anos	14	20.6%
	16-20 anos	10	14.7%
	21-25 anos	8	11.8%
	26-30 anos	6	8.8%
Mais de 30 anos	13	19.1%	
Possibilidade de criar acordo	Sim, um acordo já está em vigor	17	25%
	Sim, eu estaria disposto a criá-lo	44	64.7%
	Não	7	10.3%
Mentoria	Sim	42	68.9%
	Não	19	31.1%

Quadro 5. Descrição da Mostra dos Professores

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	7	31.8%
	Feminino	15	68.2%
Idade	17-24	0	0.0%
	25-34	1	4.5%
	35-44	6	27.3%
	45-54	6	27.3%
	55-64	7	31.8%
	Mais de 64	2	9.1%
Nível de educação	Graduação	1	0%
	Especialização	1	4.5%
	Mestrado	21	95.5%
	Doutorado	0	0%
	Outro	5	22.7%
Categoria docente	Professor	4	18.2%
	Assento fixo	2	9.1%
	Interino	11	50%
	Professor Associado	1	4.5%
Experiência profissional	1-5 anos	2	9.1%
	6-10 anos	5	22.7%
	11-15 anos	6	27.3%
	16-20 anos	1	4.5%
	21-25 anos	2	9.1%
	26-30 anos	5	22.7%
Mais de 30 anos	2	9.1%	
Programa em que ministra aulas	Graduação	2	9.1%
	Especialização	0	0%
	Mestrado	1	4.5%
	Doutorado	17	86.4%

Quadro 6. Descrição da Mostra dos Estudantes

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	35	32.7%
	Feminino	72	67.3%
Idade	17-24	87	81.6%
	25-34	18	16.8%
	35-44	2	1.9%
	45-54	0	0%
	55-64	0	0%
	Mais de 64	0	0%
Titulação	Ciências econômicas	12	11.2%
	Ciências Sociais	23	21.5%
	Ciências Jurídicas	17	15.9%
	Ciências da saúde	33	30.8%
	Ciências exatas	17	15.9%
	Arquitetura e Engenharia	0	0%
Outras carreiras	5	4.7%	

¹⁰ Veja o Anexo.

3.1.2 Resultados

a. Profissionais

i. Necessidades de formação

Quadro 7. Profissionais: Resumo do Bloco de Teorias Criminológicas

Referência	Descritor	M	DT
TEC01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações criminológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.47	0.8
TEC02	Compreender as principais aproximações teóricas desenvolvidas pela Criminologia e outras ciências sociais sobre a criminalidade, a vitimização e a reação social sobre a mesma.	3.29	0.81
TEC03	Analisar e desenvolver casos concretos tomando como referência as teorias criminológicas em sua resolução.	3.41	0.9
TEC04	Elaborar e interpretar um relatório criminológico, especializado na aplicação clínica de situações e sujeitos concretos.	2.97	1.08

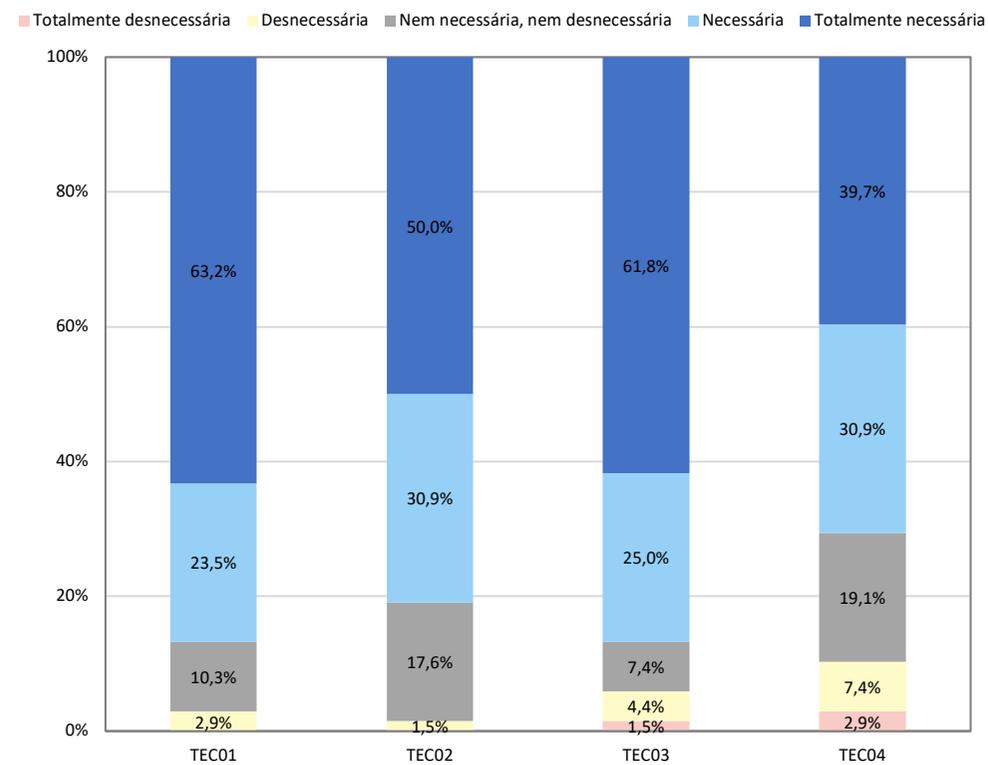


Gráfico 3. Profissionais: Bloco Teorias Criminológicas

Quadro 8. Profissionais: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência

Referência	Descritor	M	DT
FEC01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos fenômenos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	3.41	1.03
FEC02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse fenômeno.	3.25	1.04
FEC03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse fenômeno.	3.35	0.93
FEC04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	3.56	0.95
FEC05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	3.51	0.95
FEC06	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade 33enômeno.	3.38	1.11
FEC07	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade organizada.	3.43	0.94
FEC08	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade urbana.	3.54	0.84
FEC09	Explicar os fenômenos relativos contra o patrimônio cultural.	2.88	1.29
FEC10	Explicar os fenômenos relativos à crime e as drogas.	3.66	0.77
FEC11	Explicar os fenômenos relativos à saúde mental e a delinquência.	3.47	0.94
FEC12	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade institucional (ex. abuso de autoridade, violência institucional)	3.49	0.89
FEC13	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade econômica e patrimonial.	3.19	1.06
FEC14	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade de "colarinho branco" (corrupção).	3.03	1.15
FEC15	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade tecnológica e cibercriminalidade.	3.12	1.09
FEC16	Explicar os fenômenos relativos à criminologia verde.	2.84	1.22
FEC17	Formar os profissionais com conhecimentos científicos sobre os atos delitivos judicializados, a personalidade do autor, os fatores de risco presentes, as explicações criminológicas possíveis, o prognóstico de periculosidade criminal, o tipo de resposta aplicável ou programas de tratamento a delinquentes e explicar os conteúdos dos relatórios.	3.44	0.97

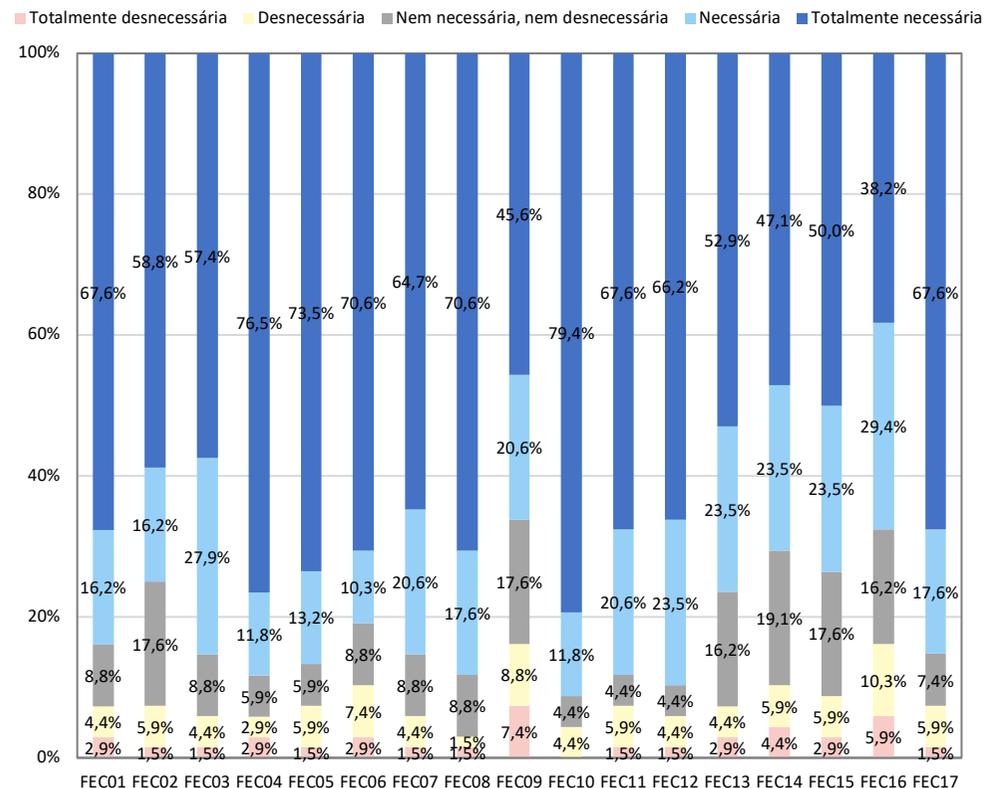


Gráfico 4. Profissionais: Bloco Formas específicas de crime e violência

Quadro 9. Profissionais: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Referência	Descritor	M	DT
PPT01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos envolvidos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	3.25	0.97
PPT02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse âmbito.	3.06	1.21
PPT03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação do âmbito.	3.31	0.87
PPT04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	3.46	0.91
PPT05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	3.03	1.27

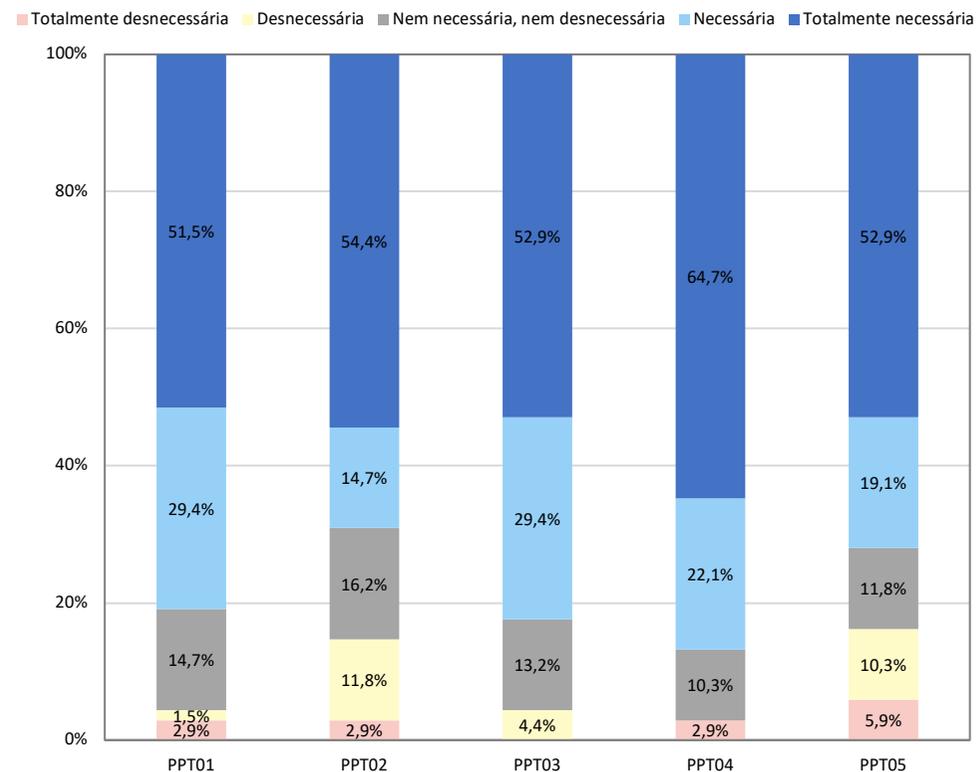


Gráfico 5. Profissionais: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Quadro 10. Profissionais: Resumo do Bloco Vitimologia

Referência	Descritor	M	DT
VIT01	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da vitimologia.	2.97	1.16
VIT02	Compreender a evolução do papel social de vítimas e agressores nas sociedades atuais.	3.44	0.89
VIT03	Conhecer os serviços de assistência às vítimas, os serviços que lhes prestam e o marco legal que os protege.	3.49	0.91
VIT04	Atender as necessidades da vítima a nível individual ou coletivo, especialmente das vítimas da violência de gênero, os menores de idade ou qualquer outro grupo vulnerável.	3.4	0.96
VIT05	Identificar os fatores vitimológicos relevantes (incluídas as características sociodemográficas, culturais familiares e outras específicas do lugar de residência) nos diferentes âmbitos do crime (intrafamiliar, delitos violentos, delitos patrimoniais, vitimologia corporativa).	3.44	0.87
VIT06	Elaborar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à intervenção com vítimas incluindo a elaboração do estudo de casos e a identificação dos métodos adequados.	3.4	1.07

■ Totalmente desnecessária ■ Desnecessária ■ Nem necessária, nem desnecessária ■ Necessária ■ Totalmente necessária

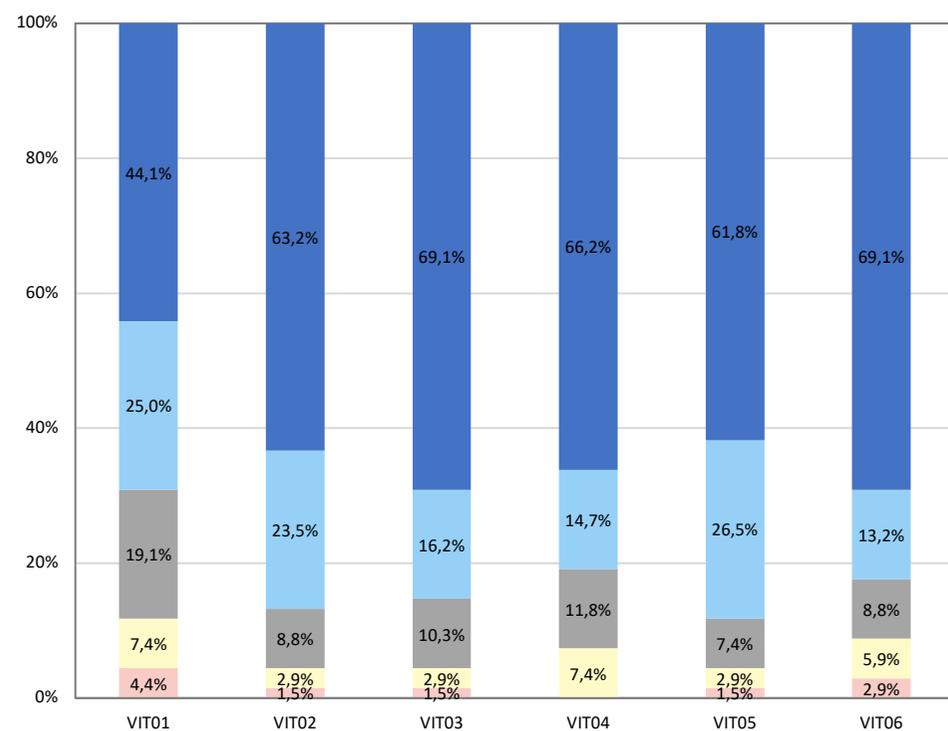


Gráfico 6. Profissionais: Bloco Vitimologia

Quadro 11. Profissionais: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Referência	Descritor	M	DT
MIC01	Identificar as fontes de informação sobre criminalidade (oficiais, e pesquisa e fontes abertas como redes sociais e a imprensa) e interpretar os dados.	3.29	0.88
MIC02	Habilidade para selecionar e aplicar as mais atuais e avançadas estratégias de investigação e avaliação de dados sobre o fenómeno delitivo, especificamente elaboradas para a compreensão e intervenção especializada sobre problemas criminológicos e vitimológicos concretos.	3.24	1.08
MIC03	Elaborar e avaliar um projeto de investigação empírico e aplicar adequadamente técnicas de investigação quantitativas e qualitativas.	3.25	1.08

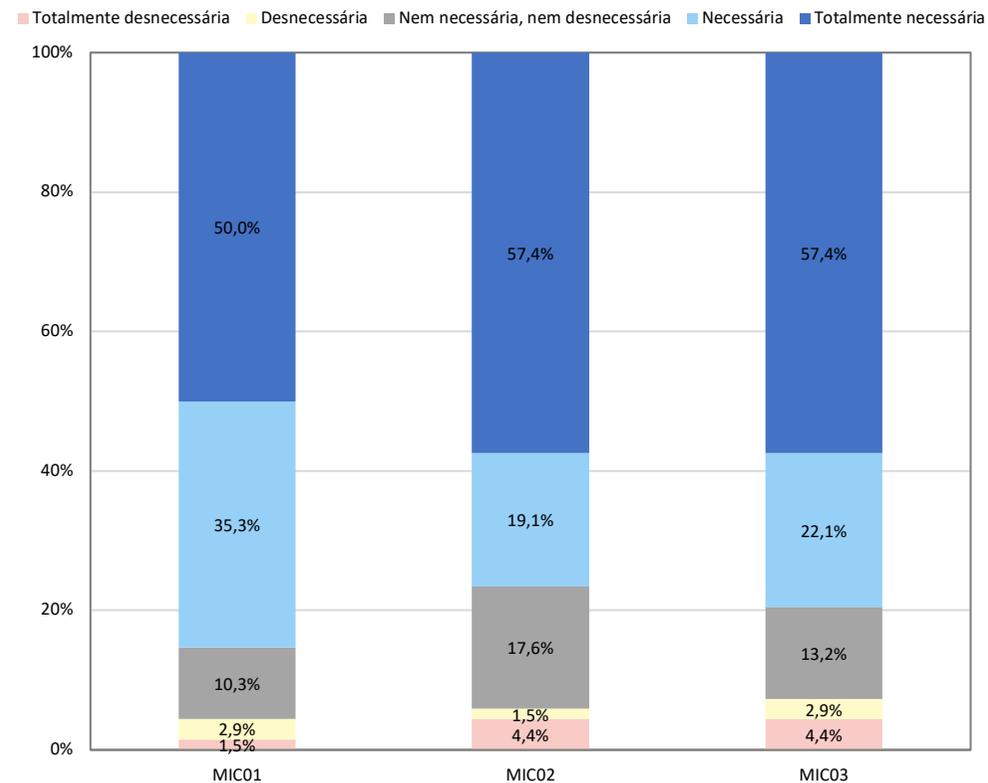


Gráfico 7. Profissionais: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Quadro 12. Profissionais: Resumo do Bloco Estatísticas

Referência	Descritor	M	DT
EST01	Conhecer os princípios essenciais e elementos básicos da probabilidade, estatística aplicada e Investigação Operativa no âmbito da análise e da prevenção do crime.	3.04	1.14
EST02	Compreender e reconhecer a informação relevante para resolver um problema real em ambientes de incerteza.	3.21	1.06
EST03	Utilizar os métodos e linguagens de programação no desenvolvimento e aplicações de planilhas de cálculo e bases de dados.	2.74	1.14
EST04	Resolver, analítica e computacionalmente, problemas matemáticos que possam surgir na análise estatística de dados.	2.54	1.25
EST05	Fazer uso correto e racional dos softwares na análise de dados para a tomada de decisões.	2.87	1.29
EST06	Desenvolver as ferramentas matemáticas necessárias para a resolução de problemas que possam surgir na análise estatística de dados.	2.54	1.24
EST07	Participar da elaboração, construção, validação, crítica e interpretação de modelos estatísticos e da investigação operativa para organizar, interpretar e comunicar a informação no processo de tomada de decisões.	3.01	1.23
EST08	Analisar a elaboração, construção, validação e crítica dos indicadores simples e compostos no âmbito da criminalidade, que facilitem o processo de tomada de decisões.	3.07	1.25

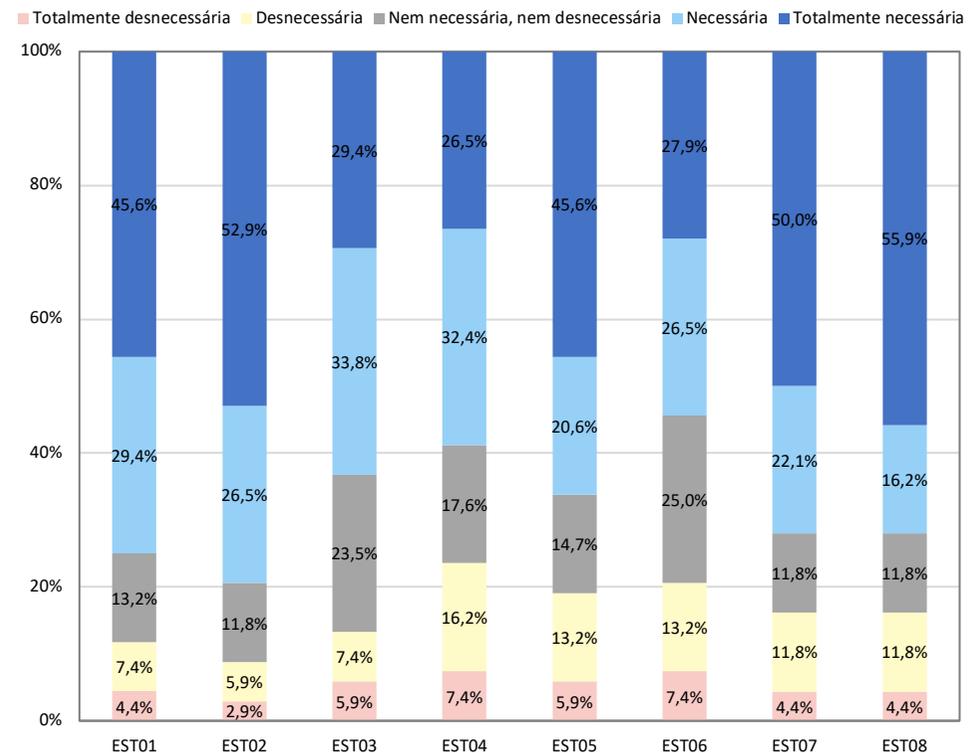


Gráfico 8. Profissionais: Bloco Estatísticas

Quadro 13. Profissionais: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública

Referência	Descritor	M	DT
PPS01	Conhecer o carácter multidisciplinar do sistema de segurança e proteção civil, de maneira que seja possível ter uma visão de sua realidade, incluindo as principais instituições e âmbitos públicos dedicados a sua manutenção.	3.65	0.64
PPS02	Elaborar, aplicar e avaliar (em termos de efetividade, eficácia e eficiência) planos, programas, projetos e políticas públicas voltados à prevenção da criminalidade.	3.56	0.95
PPS03	Compreender a influência ou repercussão da avaliação dos programas e políticas públicas em âmbitos determinados da realidade social.	3.54	0.78

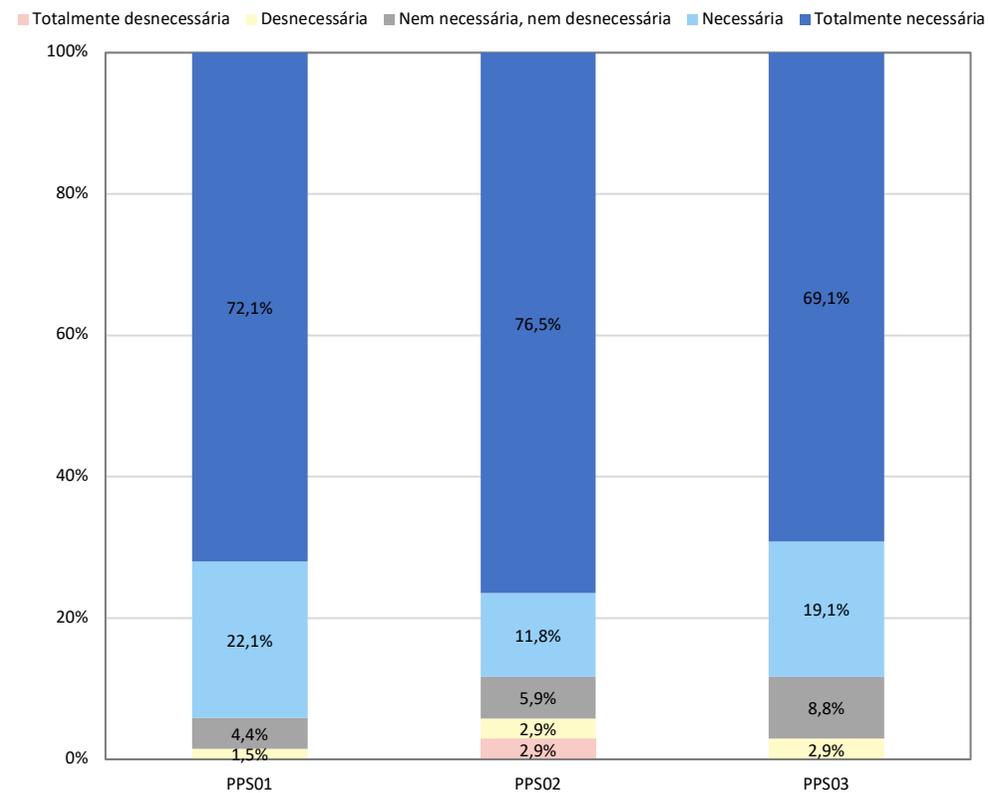


Gráfico 9. Profissionais: Bloco Políticas de Segurança Pública

Quadro 14. Profissionais: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Referência	Descritor	M	DT
PCR01	Conhecer de forma básica as estruturas de controle formal e de proteção diante de emergências.	3.43	0.7
PCR02	Compreender a argumentação jurídica, bem como distinguir argumentações baseadas em valores de argumentações baseadas em evidências empíricas em contextos político-criminais.	3.4	0.76
PCR03	Compreender e conhecer as principais instituições jurídicas, públicas e privadas, em sua origem e em seu conjunto, bem como seu impacto na sociedade e sua relação com a atividade delitiva.	3.32	0.76
PCR04	Compreender os principais elementos relativos à geopolítica criminal, bem como analisar o crime a partir desta perspectiva, mediante metodologias sistemáticas e acadêmicas adequadas.	3.18	0.93
PCR05	Perceber e compreender o caráter unitário do ordenamento jurídico e a necessária visão interdisciplinar dos problemas jurídicos e criminológicos	3.26	1
PCR06	Adquirir a necessária sensibilidade aos temas da realidade econômica, social e cultural, sua influência e relação com os fenômenos jurídicos e delitivos.	3.47	0.8
PCR07	Saber expressar, em um relatório criminológico, os meios e os recursos de regime e tratamento penitenciário idôneos para a reinserção social e a redução dos efeitos nocivos da prisão.	3.15	1.2
PCR08	Compreender as formas de resolução de conflitos e de atuação como mediador penal.	3.09	1.13
PCR09	Adquirir consciência da importância da mediação, dentro do âmbito do Direito, como sistema regulador das relações sociais e aplicá-lo ao contexto da Criminologia.	3.12	1.11
PCR10	Aplicar as técnicas de mediação e resolução de conflitos nos distintos âmbitos de intervenção criminológica e vitimológica, que possam apresentar-se no desempenho profissional (ex. tribunais, centros educativos, atuação policial...).	3.24	1.08
PCR11	Utilizar fontes jurídicas (tanto materiais legislativos como jurisprudenciais e doutrinários, nacionais e internacionais) e em especial aquelas vinculadas com os atos delitivos.	2.9	1.15

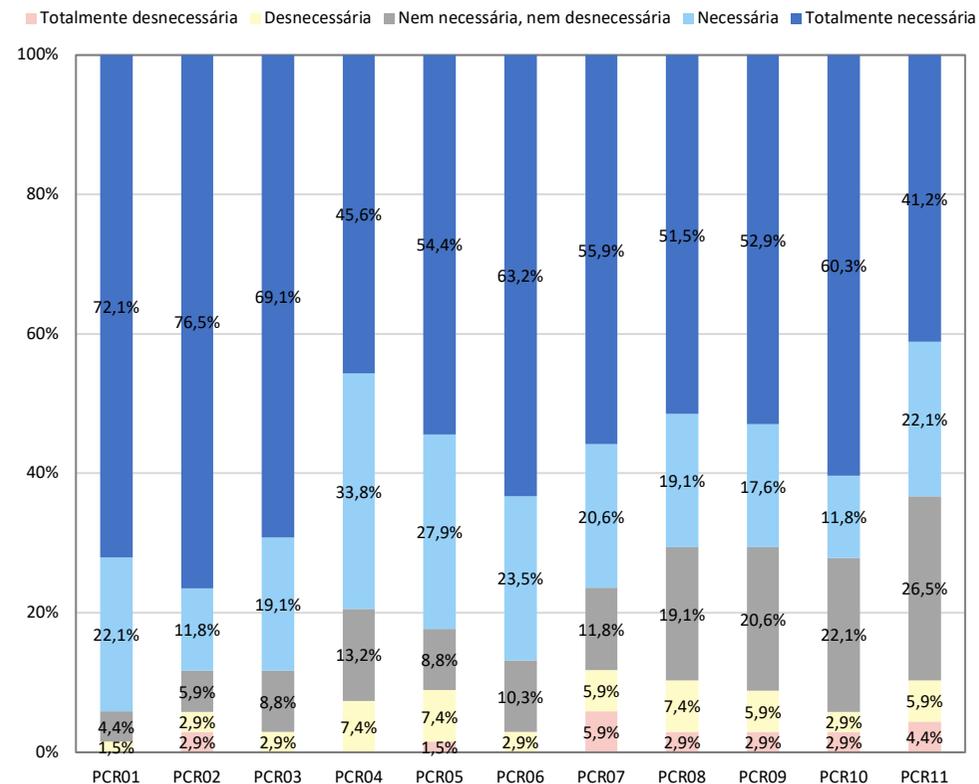


Gráfico 10. Profissionais: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Quadro 15. Profissionais: Resumo do Bloco Direito

Referência	Descritor	M	DT
DIR01	Compreender as bases conceituais do Direito Público, a estrutura do Estado e suas instituições e da sociedade civil, bem como a estrutura da Administração de Justiça no âmbito penal.	3.21	1.05
DIR02	Conhecer a relação entre instituições, mecanismos e procedimentos de diversas disciplinas com os objetivos e as necessidades da segurança pública e as funções policiais.	3.26	1.06
DIR03	Compreender o marco legal que regula as atividades relacionadas com a segurança, a criminalidade ou a antissocialidade, conhecer a normativa vigente que o afeta, e ser capaz de planejar e desenvolver a própria atividade de acordo com a normativa reguladora.	3.19	1.04
DIR04	Elaborar e aplicar estratégias legais para resolver conflitos concretos no contexto social, administrativo, penal e criminológico.	3.15	1.15
DIR05	Aplicar o Direito como sistema regulador de relações sociais, e integrar os direitos fundamentais e as liberdades aplicáveis às reações sociais para a delinquência e o desvio.	3.18	1.06

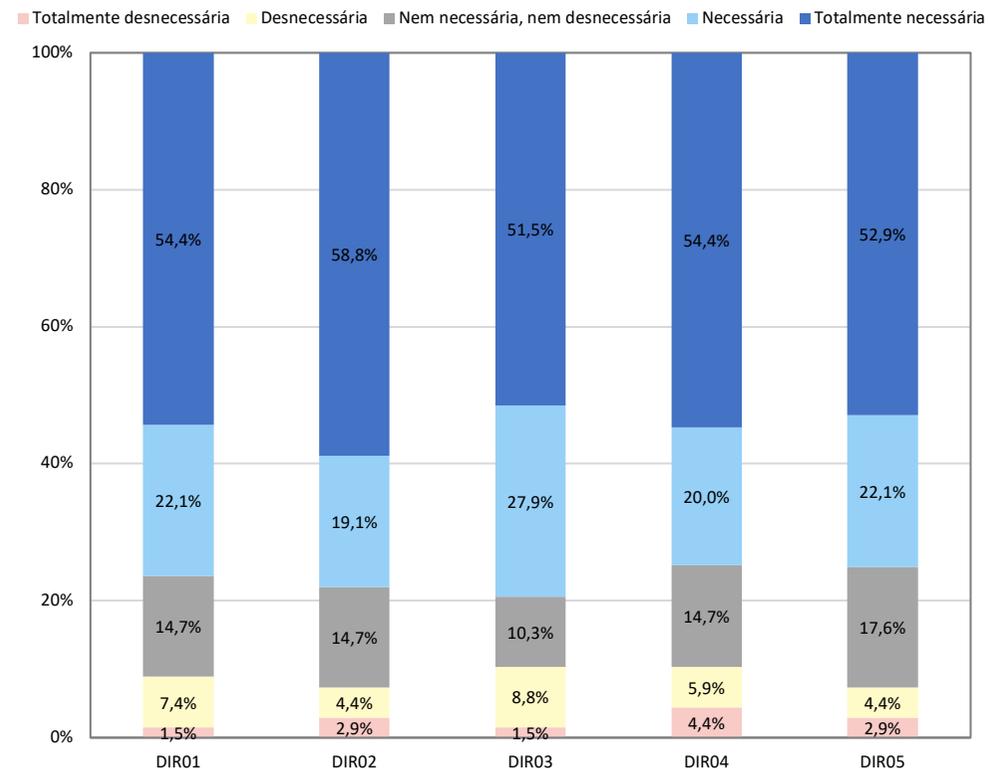


Gráfico 11. Profissionais: Bloco Direito

Quadro 16. Profissionais: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Referência	Descritor	M	DT
DJJ01	Ter conhecimento do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes como premissa fundamental para poder entender as crianças e os adolescentes.	3.44	0.92
DJJ02	Identificar os fatores de risco e de proteção das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade social.	3.66	0.78
DJJ03	Saber dirigir e controlar a aplicação de planos e programas de intervenção criminológica e vitimológica às crianças e adolescentes, propondo alternativas viáveis de solução e intervenção de alto nível, potenciando as capacidades de autonomia individual, os valores próprios da cultura da paz, a igualdade, a tolerância e o respeito aos direitos humanos das pessoas em desenvolvimento.	3.47	1.07

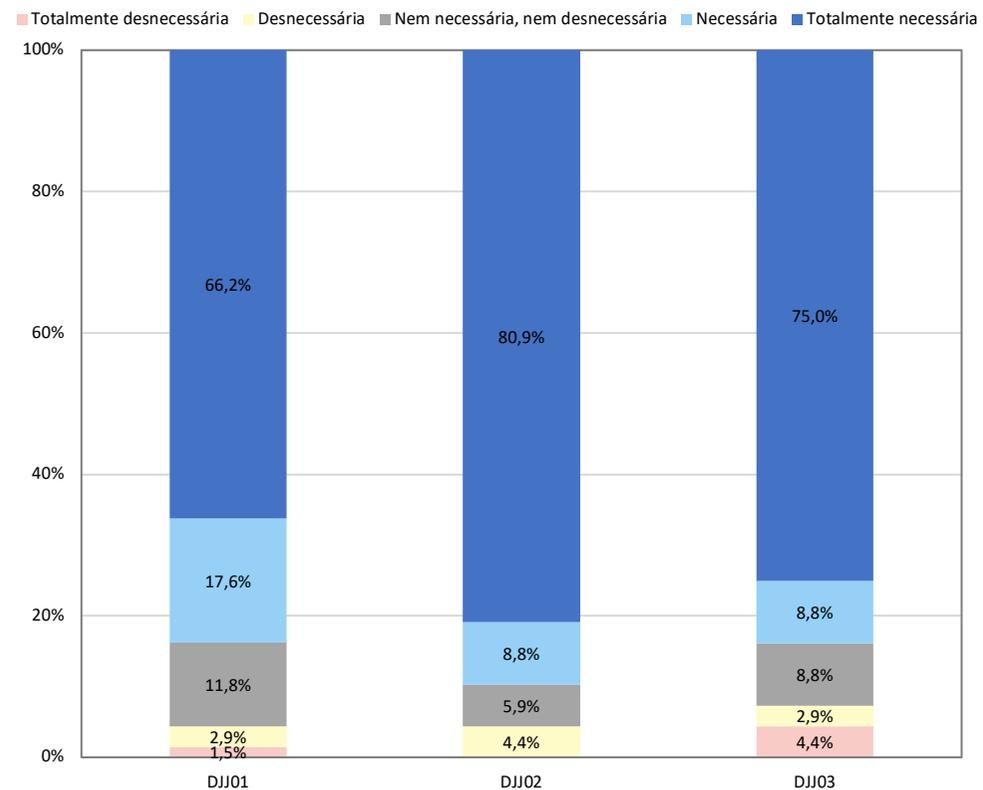


Gráfico 12. Profissionais: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Quadro 17. Profissionais: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Referência	Descritor	M	DT
PCJ01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações psicológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.43	0.94
PCJ02	Identificar os fatores biológicos, antropológicos e sociais que intervêm conjuntamente na configuração psicológica humana.	3.34	1.09
PCJ03	Interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, a partir de uma perspectiva psicossocial.	3.46	0.97
PCJ04	Aplicar os conhecimentos psicossociais, ao estudo e à compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissociabilidade.	3.41	0.98
PCJ05	Atender ou identificar as necessidades da vítima a nível individual, grupal e comunitário, com especial referência aos coletivos muito vitimizados como as vítimas mais vulneráveis.	3.46	0.95

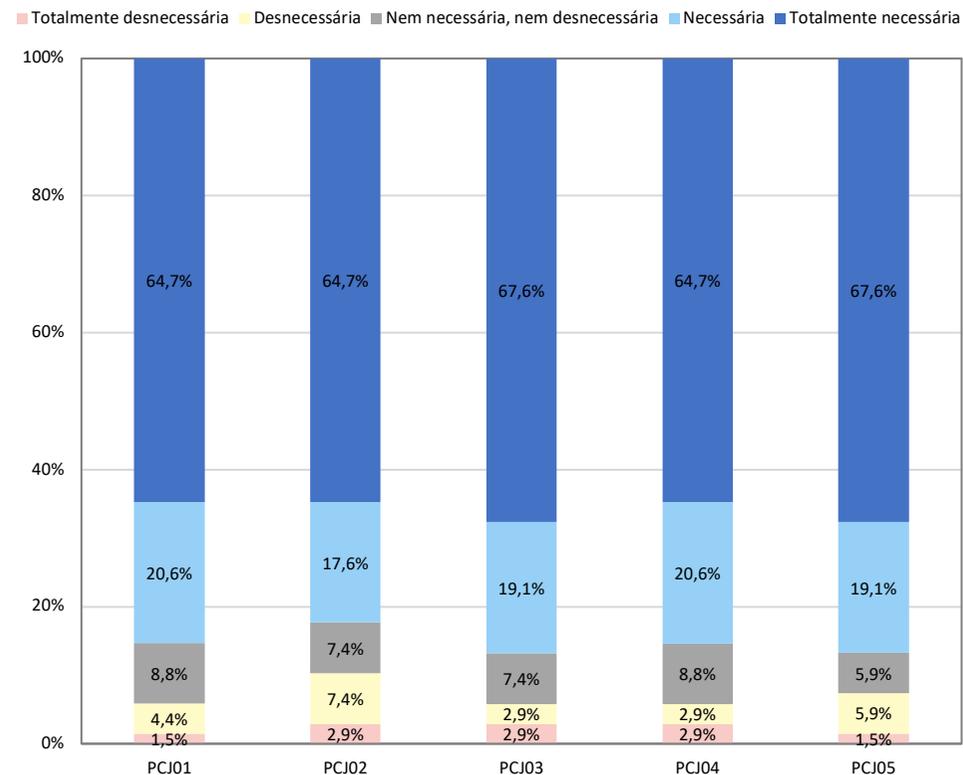


Gráfico 13. Profissionais: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Quadro 18. Profissionais: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Referência	Descritor	M	DT
SJV01	Conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das instituições de controle social e de seu papel na prevenção e intervenção frente aos delitos.	3.41	0.93
SJV02	Compreender a magnitude científica de uma análise teórico-prático da segurança.	3.26	0.94
SJV03	Refletir sobre a complexidade da sociedade latino-americana atual e as ameaças reais ou virtuais que conformam o planejamento e a execução da política de segurança.	3.29	1.01
SJV04	Aplicar os conhecimentos adquiridos por meio do estudo teórico e da investigação empírica, ao controle e à prevenção da insegurança real e subjetiva das sociedades latino-americanas atuais.	3.24	1.01
SJV05	Conhecer as principais teorias sociológicas que colocam a discussão sobre o crime no centro dos processos sociais e políticos, bem como a constituição do Estado e a cidadania, a urbanização, o racismo, a estrutura do mercado de trabalho, a religião e muitos outros.	3.31	0.85
SJV06	Aplicar o conhecimento sociológico para compreender os atores envolvidos no crime (delinquentes, vítimas e profissionais no sistema de segurança pública e justiça penal) como parte de uma rede de relações sociais que implica a negociação constante da verdade, da moral e da legalidade. E, a partir daí, propor a elaboração de intervenções mais efetivas para a prevenção e o controle do delito.	3.47	0.94
SJV07	Investigar a relação entre o crime, a privação econômica e as profundas desigualdades socioeconômicas e socioespaciais presentes nos países da América do Sul.	3.38	1.04

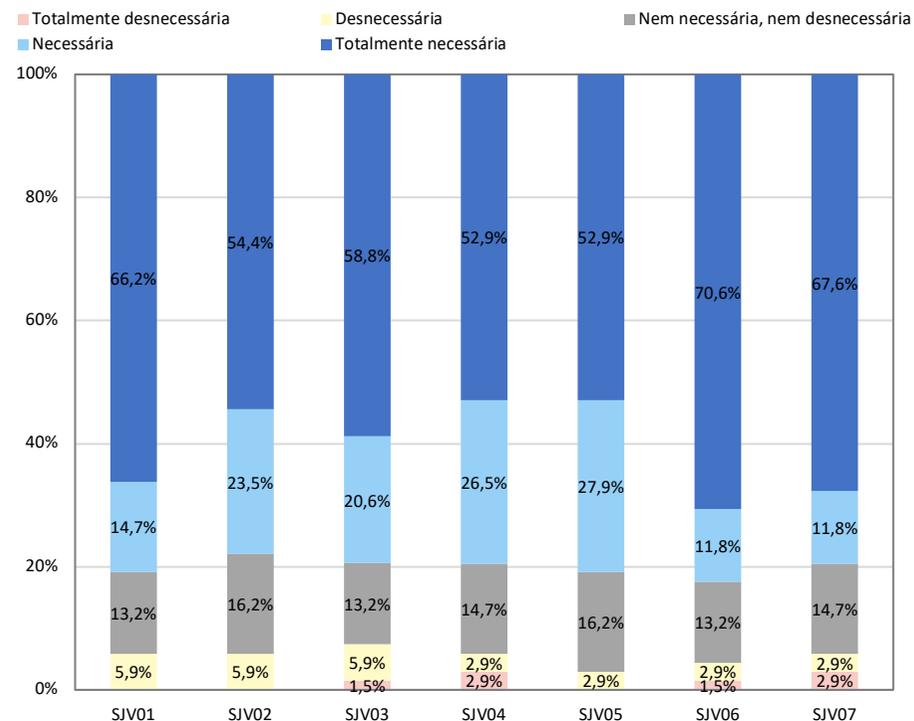


Gráfico 14. Profissionais: Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Quadro 19. Profissionais: Resumo do Bloco Antropologia Social

Referência	Descritor	M	DT
AS01	Compreender e conhecer os fundamentos, as nuances e as motivações sociais da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.24	1.02
AS02	Conhecer as distintas políticas públicas existentes para erradicar a desigualdade, bem como outras que podem conduzir à erradicação da desigualdade.	3.38	0.95
AS03	Aplicar os conhecimentos antropológicos ao estudo e compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissocialidade.	3.15	1
AS04	Aplicar o método etnográfico na investigação criminológica, evitando o adultocentrismo e o etnocentrismo na análise dos resultados.	2.94	1.2
AS05	Saber interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, da perspectiva antropológica.	3.13	1.04

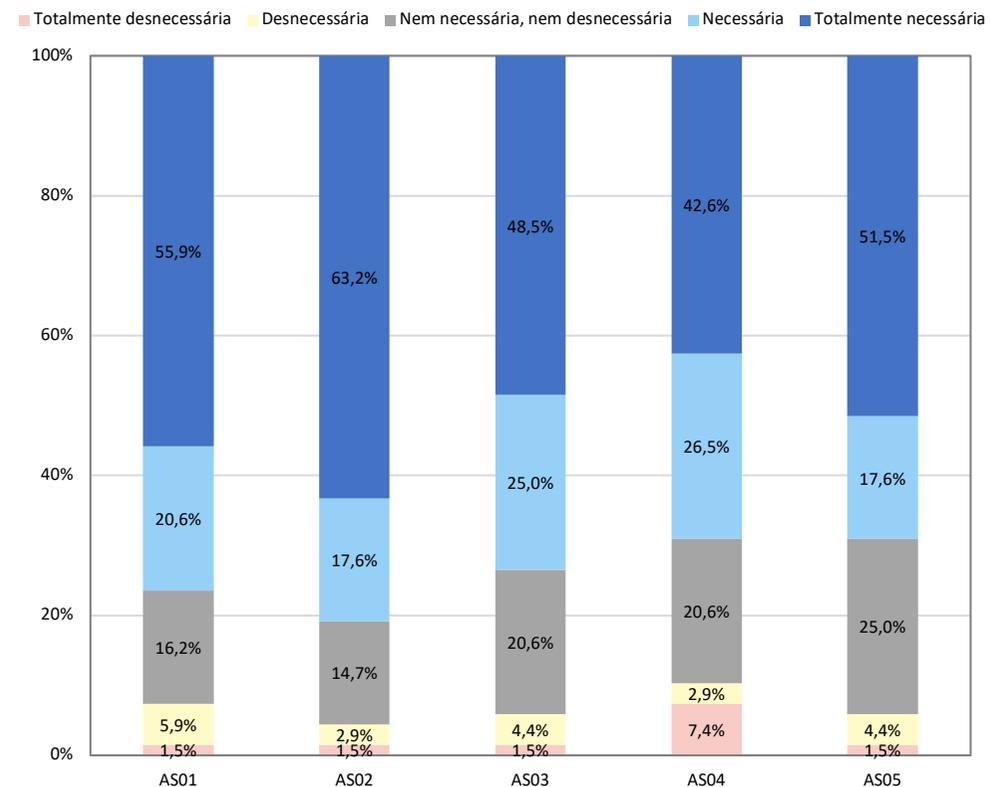


Gráfico 15. Profissionais: Bloco Antropologia Social

Quadro 20. Profissionais: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

Referência	Descritor	M	DT
MLCF01	Analisar os diferentes atos delitivos e seus elementos essenciais, e compreender os efeitos que produzem na sociedade e nos cidadãos.	3.29	1.05
MLCF02	Analisar em profundidade os aspectos jurídicos do delito, e poder aplicá-lo de forma avançada ao âmbito de exercício forense em casos concretos de intervenção.	2.96	1.2
MLCF03	Utilizar apropriadamente as técnicas analíticas e de investigação forense para a emissão de opiniões fundadas sobre as questões que se submetem a sua consideração.	3.01	1.23
MLCF04	Assessorar na interpretação dos relatórios forenses.	3.01	1.23

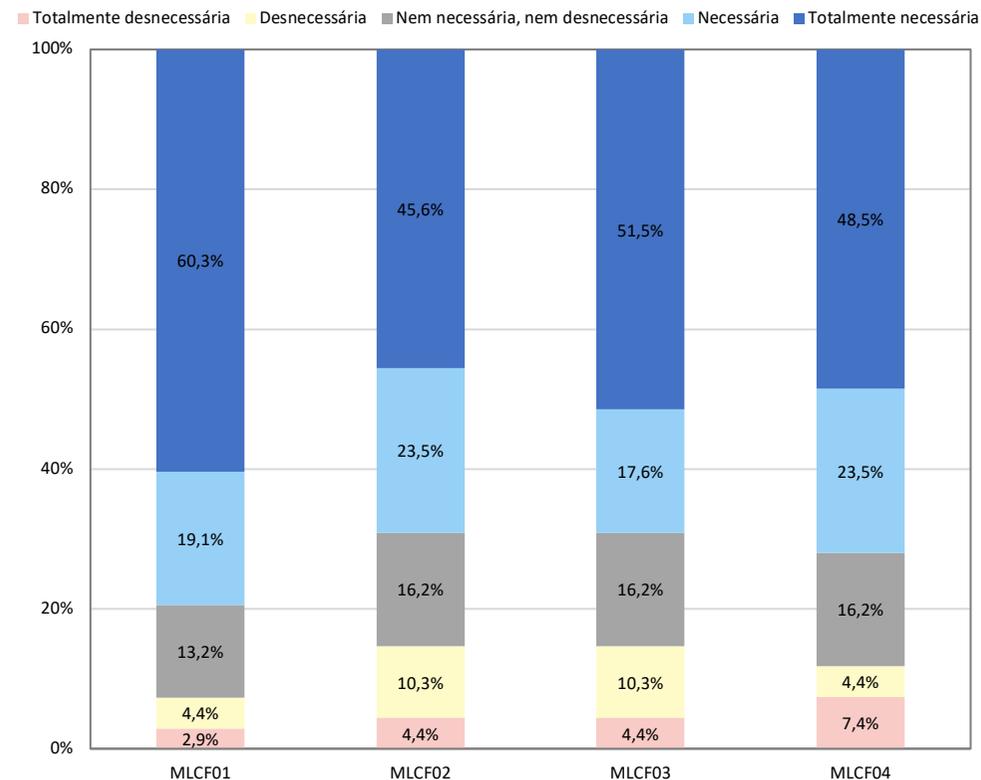


Gráfico 16. Profissionais: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

ii. Necessidades institucionais relacionadas às práticas profissionais

Quadro 21. Profissionais: Resumo do bloco necessidades institucionais

Referência	Descritor	M	DT
MEL01	Adequação dos estágios ofertados pela entidade a respeito do perfil profissional.	2.98	1.25
MEL02	Assessoramento por parte do coordenador/a universitário aos discentes para adequar seus interesses aos estágios.	3.11	1.16
MEL03	Comunicação com o coordenador /a de estágio universitário.	3.21	1.13
MEL04	Comunicação com o discente em estágio.	3.1	1.22
MEL05	Contato com a universidade para ofertar estágios.	3.3	1.07
MEL06	Processo administrativo para ofertar estágio na universidade.	2.98	1.3
MEL07	Processo administrativo para formalizar os estágios com o discente.	3.05	1.23
MEL08	Sistema de avaliação do discente.	2.92	1.31
MEL09	Adequação entre as tarefas a serem desenvolvidas no período de estágio e as competências e habilidades desenvolvidas dentro do programa de formação.	3.25	1.18

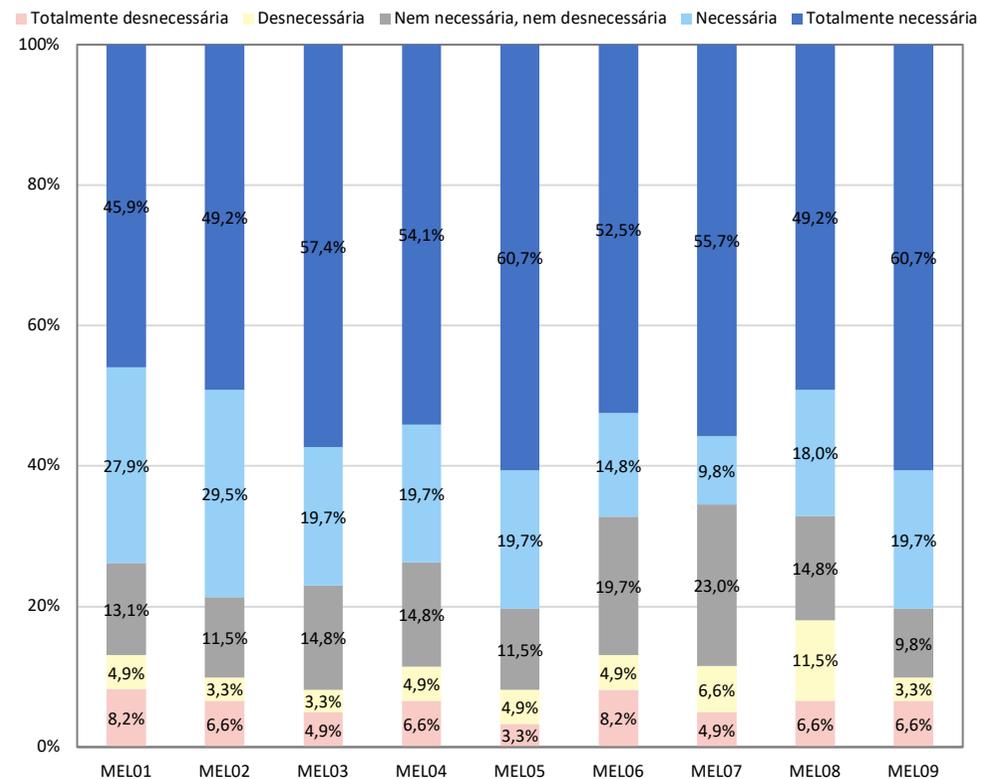


Gráfico 17. Profissionais: Bloco necessidades institucionais (N= 61)

b. Professores

i. Capacidades de treinamento

Quadro 22. Professores: Resumo do Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico

Referência	Descritor	M	DT
TEC	Teorias Criminológicas	1.82	0.4
FEC	Formas Específicas de Criminalidade e Violência	1.64	0.49
PPT	Predição, Prevenção e Tratamento do Crime	1.82	0.4
VIT	Vitimologia	1.86	0.35
MIC	Métodos de Investigação em Criminologia	1.77	0.43
EST	Estatística	1.73	0.46
PPS	Políticas Públicas de Segurança	1.77	0.43
PCR	Política Criminal e Resolução de Conflitos	1.86	0.35
DIR	Direito	1.82	0.4
DJJ	Delinquência e Justiça Juvenil	1.86	0.35
PCJ	Psicologia Criminal e Jurídica	1.68	0.48
SJC	Sociologia Jurídica e da Violência	1.95	0.21
AS	Antropologia Social	1.91	0.29
MLCF	Medicina Legal e Ciências Forenses	1.59	0.5

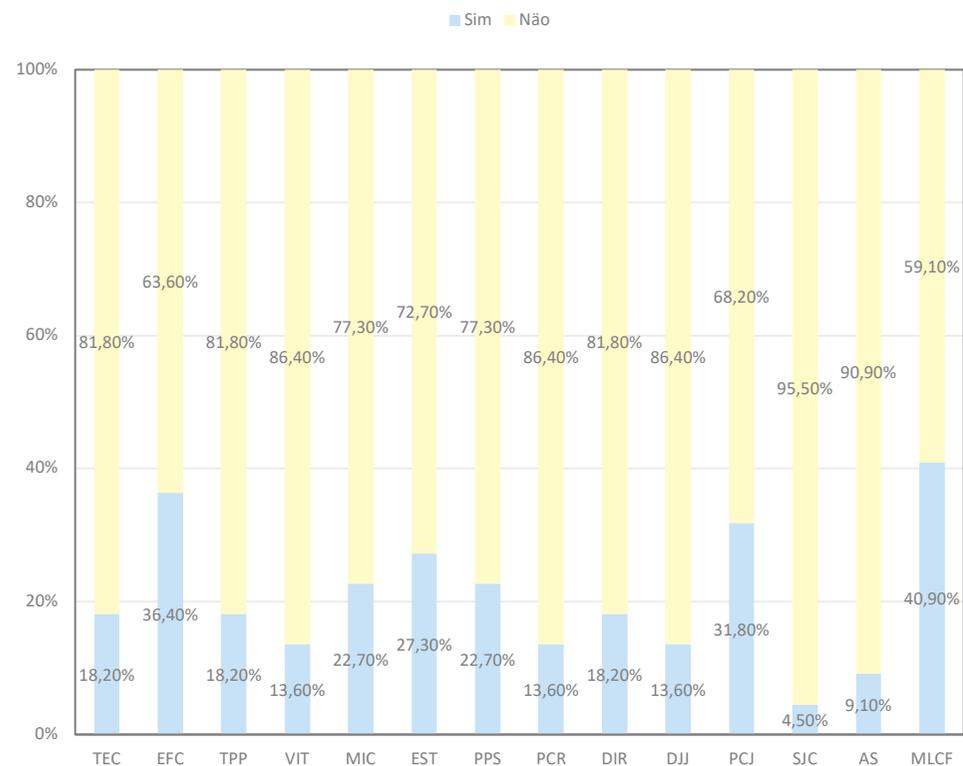


Gráfico 18. Professores: Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico

Quadro 23. Professores: Resumo do Bloco Teorias criminológicas

Referência	Descritor	M	DT
TEC01	Explicar os fundamentos, as nuances e as motivações criminológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	2.75	0.96
TEC02	Explicar as principais aproximações teóricas desenvolvidas pela Criminologia e outras ciências sociais sobre a criminalidade, a vitimização e a reação social sobre a mesma.	2.25	0.5
TEC03	Analisar e acompanhar/interpretar “casos (eventos/situações/acontecimentos)” concretos tomando como referência as teorias criminológicas em sua resolução.	2.5	1
TEC04	Elaborar e interpretar um informe criminológico, especializado na aplicação clínica de situações e sujeitos concretos.	2	0.82

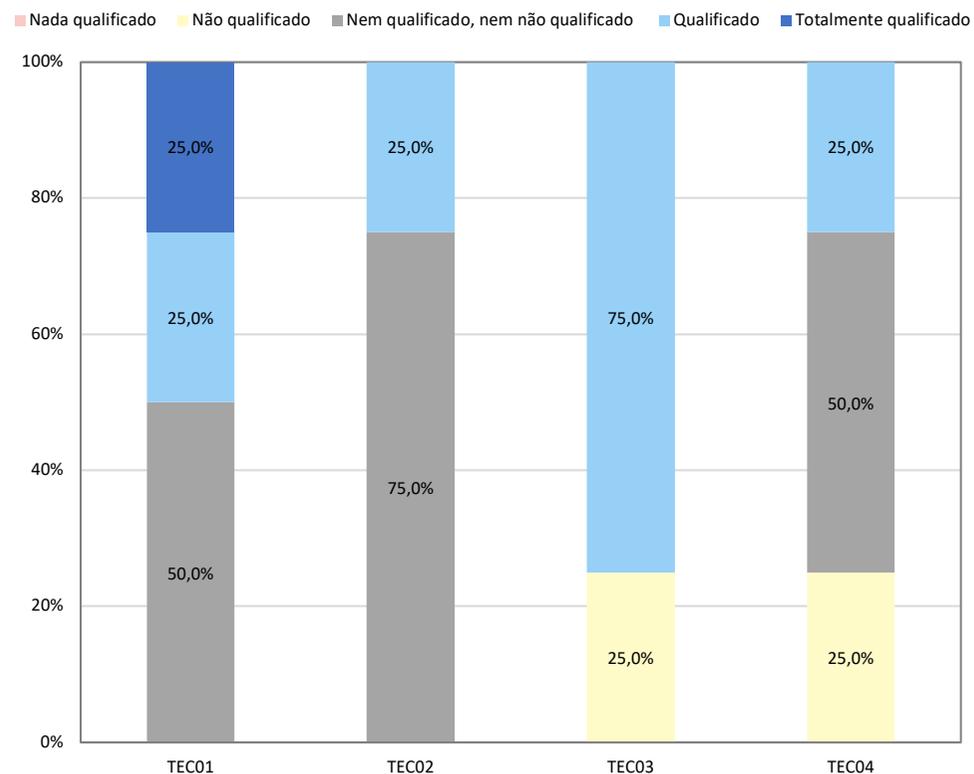


Gráfico 19. Professores: Bloco Teorias criminológicas (N=4)

Quadro 24. Professores: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência

Referência	Descritor	M	DT
FEC01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos envolvidos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	2.5	0.93
FEC02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse âmbito.	1.88	1.36
FEC03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação do âmbito.	1.88	1.25
FEC04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	2.25	1.17
FEC05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	2	1.07
FEC06	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade feminina.	1.5	1.2
FEC07	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade organizada.	1.13	1.25
FEC08	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade urbana.	0.88	0.99
FEC09	Explicar os fenômenos relativos contra o patrimônio cultural.	0.63	0.92
FEC10	Explicar os fenômenos relativos à crime e as drogas.	1.75	0.71
FEC11	Explicar os fenômenos relativos à saúde mental e a delinquência.	0.63	0.92
FEC12	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade institucional (ex. abuso de autoridade, violência institucional)	1	0.93
FEC13	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade econômica e patrimonial.	0.25	0.46
FEC14	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade de "colarinho branco" (corrupção).	0.63	1.06
FEC15	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade tecnológica e cibercriminalidade.	0.25	0.46
FEC16	Explicar os fenômenos relativos à criminologia verde.	0.13	0.35
FEC17	Formar os profissionais com conhecimentos científicos sobre os atos delitivos judicializados, a personalidade do autor, os fatores de risco presentes, as explicações criminológicas possíveis, o prognóstico de periculosidade criminal, o tipo de resposta aplicável ou programas de tratamento a delinquentes e explicar os conteúdos dos relatórios.	0.75	0.46

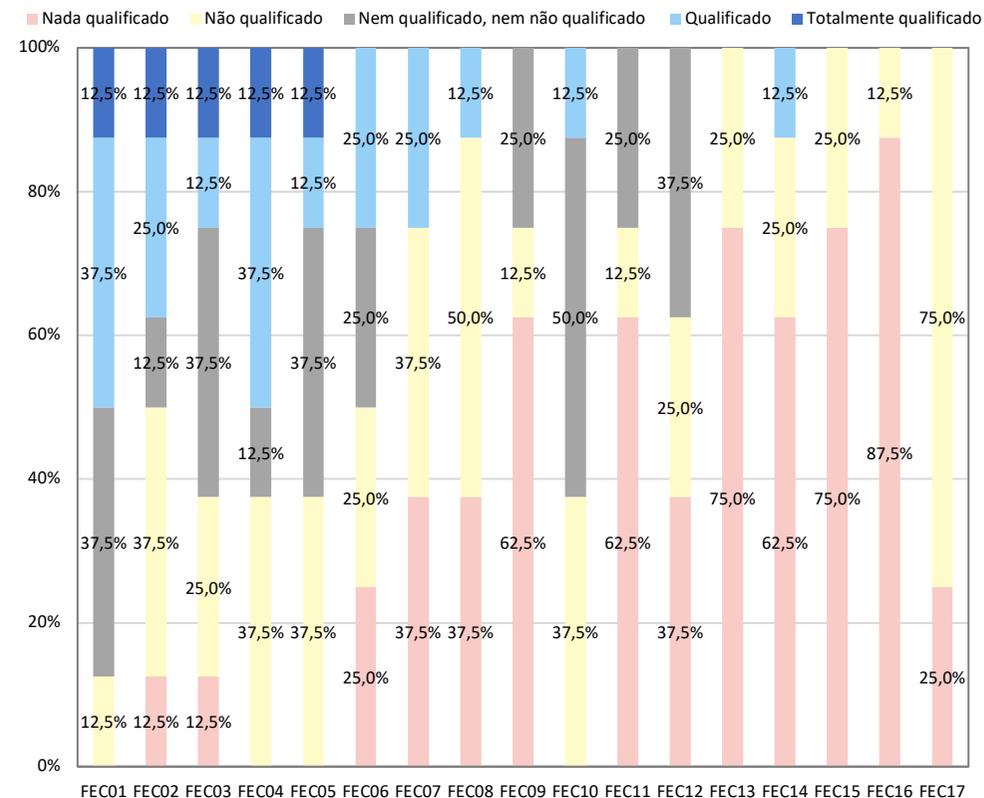


Gráfico 20. Professores: Bloco Formas específicas de crime e violência (N=8)

Quadro 25. Professores: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Referência	Descritor	M	DT
PPT01	Compreender a evolução histórica e os postulados teóricos nos quais se sustentam as medidas de prevenção do delito.	2.5	1.29
PPT02	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da Criminologia na explicação e predição do crime e da conduta desviante.	2.25	0.96
PPT03	Identificar os elementos específicos intervenientes no risco e no aparecimento do delito, para avaliá-los desde uma perspectiva avançada e poder estabelecer estratégias especializadas de seu controle.	2	0.82
PPT04	Projetar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à prevenção da criminalidade e a resolver conflitos concretos, incluindo estudo de casos e identificação dos métodos adequados.	2	0.82
PPT05	Desenhar e implementar intervenções clínicas especializadas nos distintos âmbitos nos quais opera o crime (intrafamiliar, delitos patrimoniais, delitos violentos, entre outros).	1.25	1.26

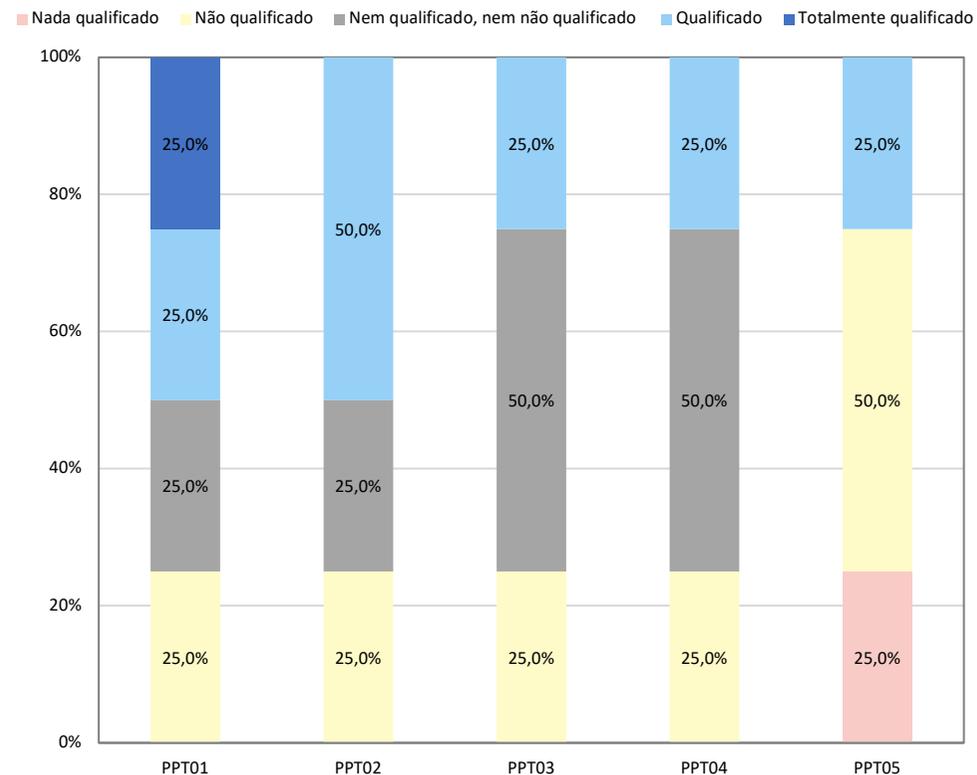


Gráfico 21. Professores: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito (N=4)

Quadro 26. Professores: Resumo do Bloco Vitimologia

Referência	Descritor	M	DT
VIT01	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da vitimologia.	1.33	0.58
VIT02	Compreender a evolução do papel social de vítimas e agressores nas sociedades atuais.	1.33	0.58
VIT03	Conhecer as instituições de assistência às vítimas, os serviços prestados e o marco legal que os protege.	2	0
VIT04	Atender as necessidades da vítima a nível individual ou coletivo, especialmente das vítimas da violência de gênero, os menores de idade ou qualquer outro grupo vulnerável.	1.33	0.58
VIT05	Identificar os fatores vitimológicos relevantes (incluídas as características sociodemográficas, culturais familiares e outras específicas do lugar de residência) nos diferentes âmbitos do crime (intrafamiliar, delitos violentos, delitos patrimoniais, vitimologia corporativa).	1.33	0.58
VIT06	Elaborar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à intervenção com vítimas incluindo a elaboração do estudo de casos e a identificação dos métodos adequados.	0.33	0.58



Gráfico 22. Professores: Bloco Vitimologia (N=3)

Quadro 27. Professores: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Referência	Descritor	M	DT
MIC01	Identificar as fontes de informação sobre criminalidade (oficiais, e pesquisa e fontes abertas como redes sociais e a imprensa) e interpretar os dados.	3.2	1.3
MIC02	Habilidade para selecionar e aplicar as mais atuais e avançadas estratégias de investigação e avaliação de dados sobre o fenômeno delitivo, especificamente elaboradas para a compreensão e intervenção especializada sobre problemas criminológicos e vitimológicos concretos.	2.4	1.34
MIC03	Elaborar e avaliar um projeto de investigação empírico e aplicar adequadamente técnicas de investigação quantitativas e qualitativas.	2.8	1.3

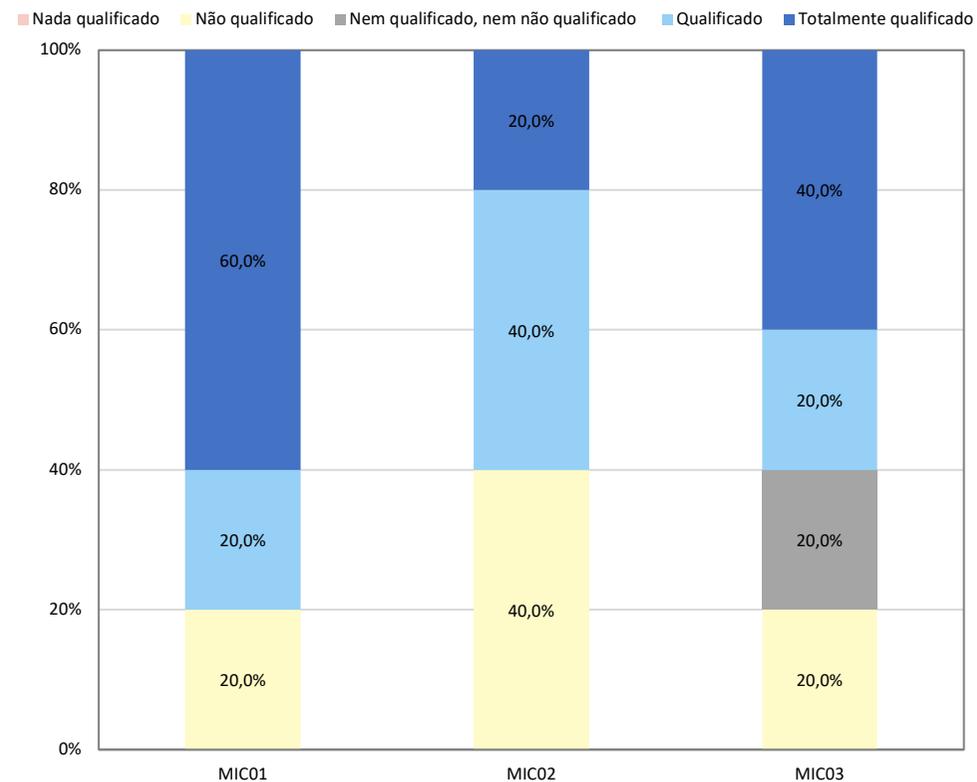


Gráfico 23. Professores: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia (N=5)

Quadro 28. Professores: Resumo do Bloco Estatísticas

Referência	Descritor	M	DT
EST01	Explicar os princípios essenciais e elementos básicos de probabilidade, estatística aplicada e Investigação Operativa no âmbito da análise e da prevenção do crime.	2	1.27
EST02	Reconhecer e informar a informação relevante para resolver um problema real em ambientes de incerteza.	2.5	1.38
EST03	Utilizar os métodos e linguagens de programação no desenvolvimento e aplicações de planilhas de cálculo e bases de dados.	2.17	1.47
EST04	Resolver, analítica e computacionalmente, problemas matemáticos que possam surgir na análise estatística de dados.	2	1.9
EST05	Fazer uso correto e racional dos softwares na análise de dados para a tomada de decisões.	1.83	2.04
EST06	Desenvolver as ferramentas matemáticas necessárias para a resolução de problemas que possam surgir na análise estatística de dados.	1.67	1.63
EST07	Participar da elaboração, construção, validação, crítica e interpretação de modelos estatísticos e da investigação operativa para organizar, interpretar e comunicar a informação no processo de tomada de decisões.	1.67	1.37
EST08	Analisar a elaboração, construção, validação e crítica dos indicadores simples e compostos no âmbito da criminalidade, que facilitem o processo de tomada de decisões.	1.17	1.17

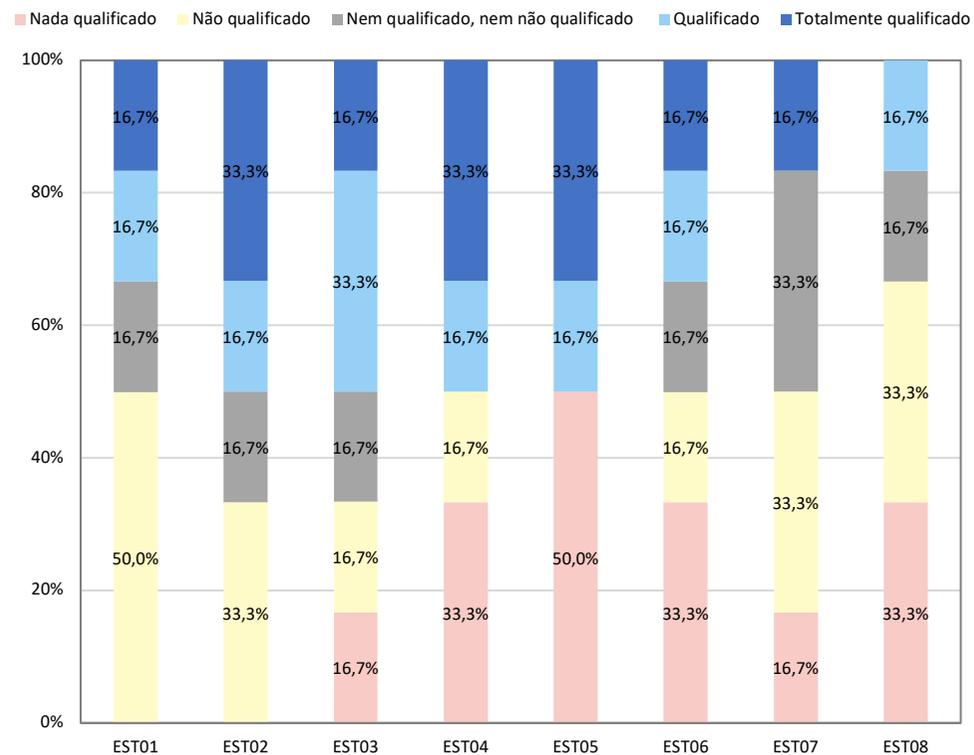


Gráfico 24. Professores: Bloco Estatísticas (N=6)

Quadro 29. Professores: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública

Referência	Descritor	M	DT
PPS01	Conhecer o carácter multidisciplinar do sistema de segurança e proteção civil, de maneira que seja possível ter uma visão de sua realidade, incluindo as principais instituições e âmbitos públicos dedicados a sua manutenção.	2	1.87
PPS02	Elaborar, aplicar e avaliar (em termos de efetividade, eficácia e eficiência) planos, programas, projetos e políticas públicas voltados à prevenção da criminalidade.	1.2	0.84
PPS03	Compreender a influência ou repercussão da avaliação dos programas e políticas públicas em âmbitos determinados da realidade social.	1.8	1.48

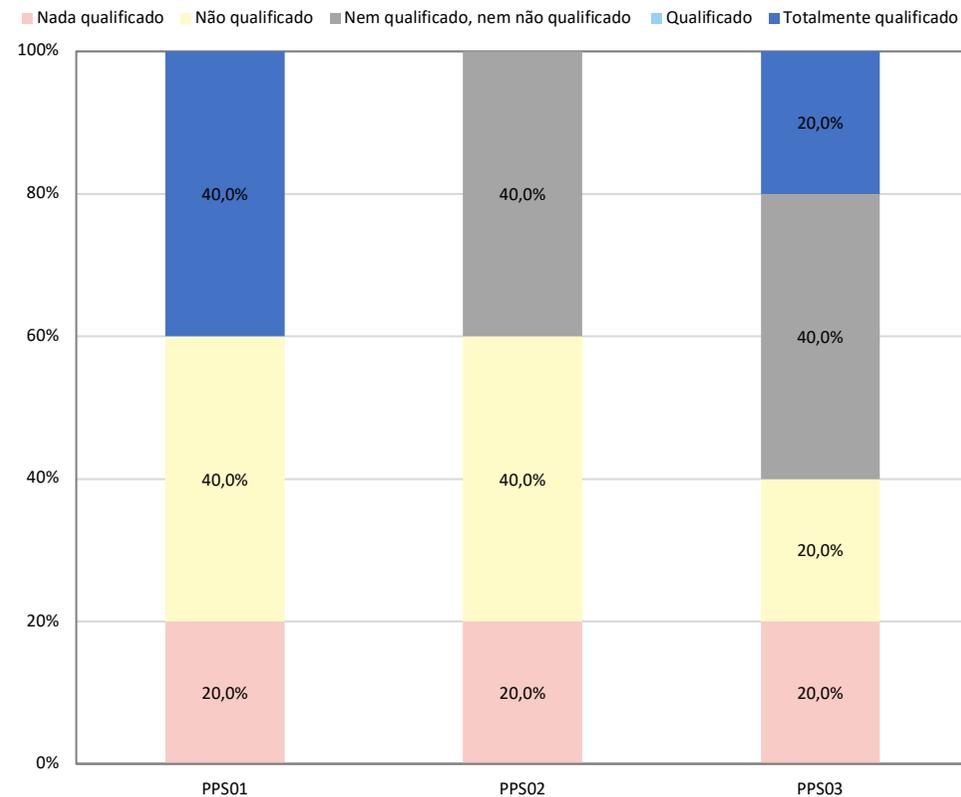


Gráfico 25. Professores: Bloco Políticas de Segurança Pública (N=5)

Quadro 30. Professores: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Referência	Descritor	M	DT
PCR01	Conhecer de forma básica as estruturas de controle formal e de proteção diante de emergências.	0.67	1.16
PCR02	Compreender a argumentação jurídica, bem como distinguir argumentações baseadas em valores de argumentações baseadas em evidências empíricas em contextos político-criminais.	1.67	2.08
PCR03	Compreender e conhecer as principais instituições jurídicas, públicas e privadas, em sua origem e em seu conjunto, bem como seu impacto na sociedade e sua relação com a atividade delitiva.	1.67	1.53
PCR04	Compreender os principais elementos relativos à geopolítica criminal, bem como analisar o crime a partir desta perspectiva, mediante metodologias sistemáticas e acadêmicas adequadas.	0.67	1.16
PCR05	Perceber e compreender o carácter unitário do ordenamento jurídico e a necessária visão interdisciplinar dos problemas jurídicos e criminológicos	1.33	1.53
PCR06	Ter e manifestar a necessária sensibilidade aos temas da realidade econômica, social e cultural, sua influência e relação com fenômenos jurídicos e delitivos.	2.67	1.16
PCR07	Saber expressar, em um relatório criminológico, os meios e os recursos de regime e tratamento penitenciário idôneos para a reinserção social e a redução dos efeitos nocivos da prisão.	1.67	1.53
PCR08	Compreender as formas de resolução de conflitos e de atuação como mediador penal.	1	1
PCR09	Ter consciência da importância da mediação, dentro do âmbito do Direito, como sistema regulador das relações sociais e aplicá-lo ao contexto da Criminologia.	2	1
PCR10	Aplicar as técnicas de mediação e resolução de conflitos nos distintos âmbitos de intervenção criminológica e vitimológica, que possam apresentar-se no desempenho profissional (ex. tribunais, centros educativos, atuação policial...).	2	1
PCR11	Utilizar fontes jurídicas (tanto materiais legislativos como jurisprudenciais e doutrinários, nacionais e internacionais) e em especial aquelas vinculadas com os atos delitivos.	1.67	1.53

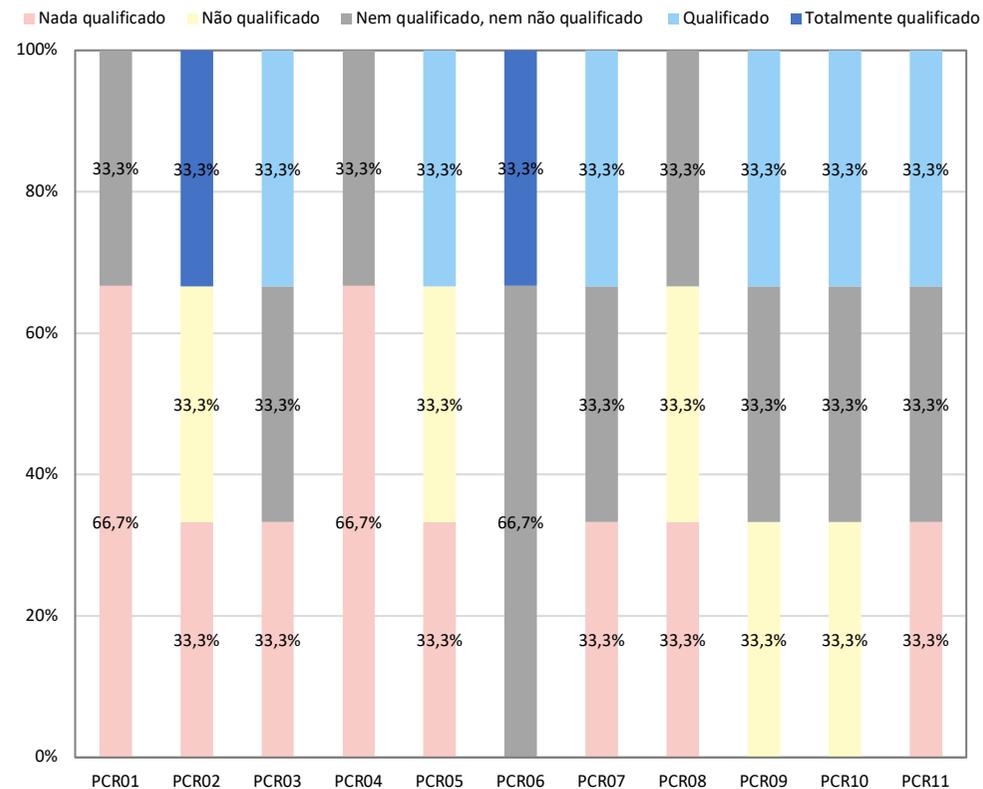


Gráfico 26. Professores: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito (N=3)

Quadro 31. Professores: Resumo do Bloco Direito

Referência	Descritor	M	DT
DIR01	Compreender as bases conceituais do Direito Público, a estrutura do Estado e suas instituições e da sociedade civil, bem como a estrutura da Administração de Justiça no âmbito penal.	3	0.82
DIR02	Conhecer a relação entre instituições, mecanismos e procedimentos de diversas disciplinas com os objetivos e as necessidades da segurança pública e as funções policiais.	2.5	1
DIR03	Compreender o marco legal que regula as atividades relacionadas com a segurança, a criminalidade ou a antissocialidade, conhecer a normativa vigente que o afeta, e ser capaz de planejar e desenvolver a própria atividade de acordo com a normativa reguladora.	2.25	1.71
DIR04	Elaborar e aplicar estratégias legais para resolver conflitos concretos no contexto social, administrativo, penal e criminológico.	1.75	1.26
DIR05	Aplicar o Direito como sistema regulador de relações sociais, e integrar os direitos fundamentais e as liberdades aplicáveis às reações sociais para a delinquência e o desvio.	2.5	1.29

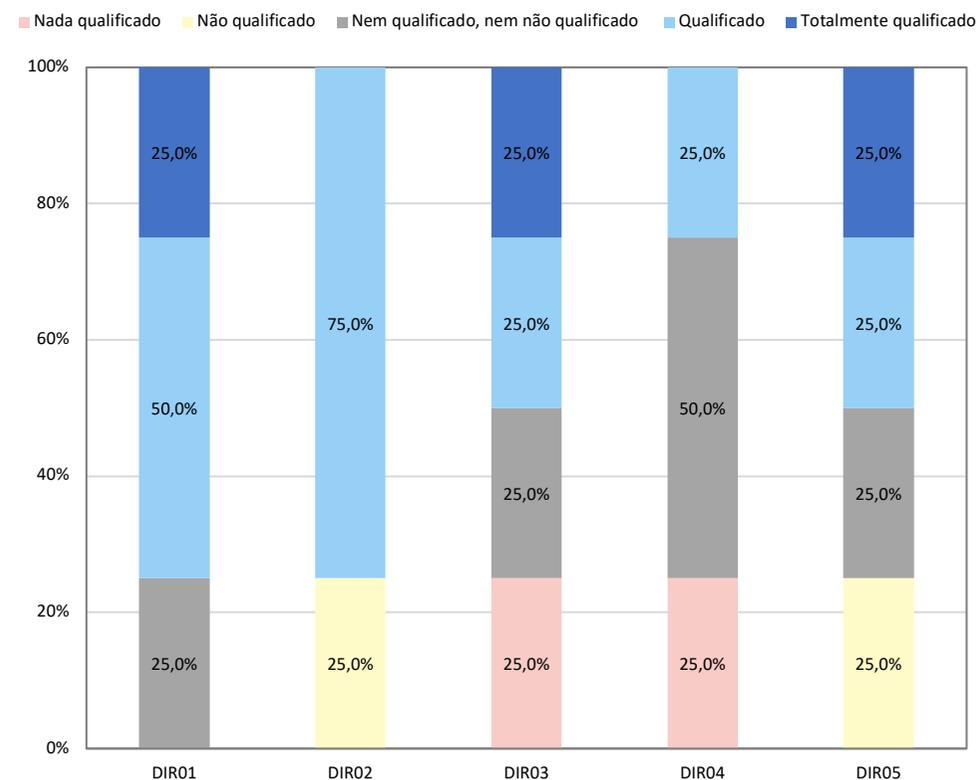


Gráfico 27. Professores: Bloco Direito (N=4)

Quadro 32. Professores: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Referência	Descritor	M	DT
DJJ01	Ter conhecimento do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes como premissa fundamental para poder entender as crianças e os adolescentes.	2.67	1.16
DJJ02	Identificar os fatores de risco e de proteção das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade social.	3	1
DJJ03	Saber dirigir e controlar a aplicação de planos e programas de intervenção criminológica e vitimológica às crianças e adolescentes, propondo alternativas viáveis de solução e intervenção de alto nível, potenciando as capacidades de autonomia individual, os valores próprios da cultura da paz, a igualdade, a tolerância e o respeito aos direitos humanos das pessoas em desenvolvimento.	2.67	1.53

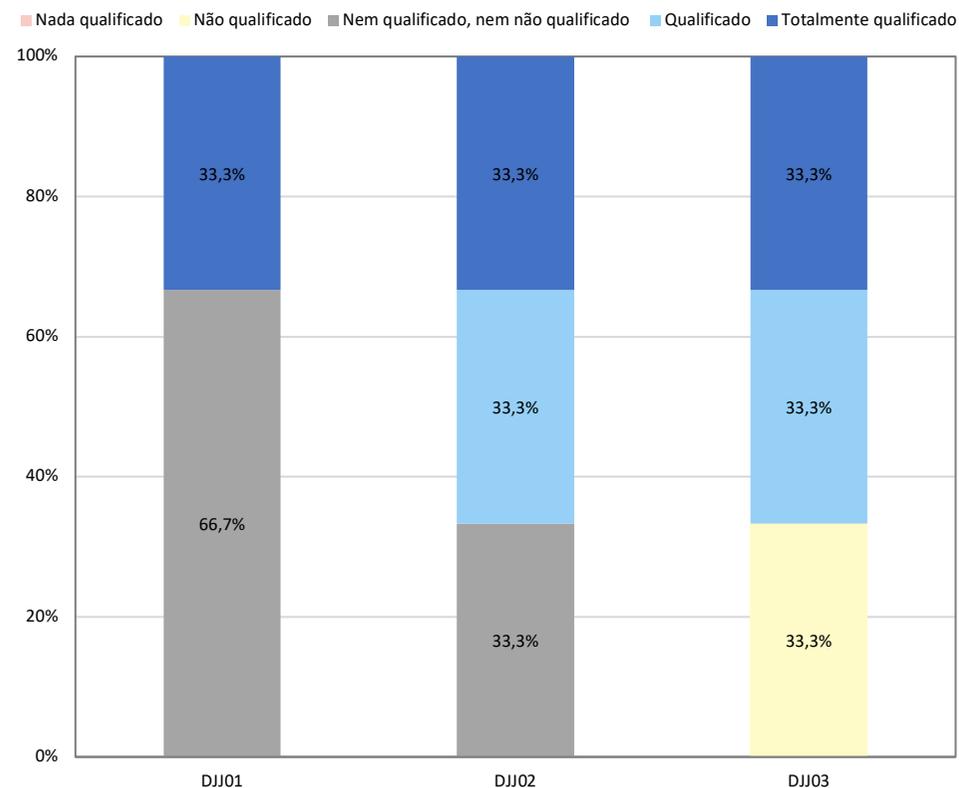


Gráfico 28. Professores: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil (N=3)

Quadro 33. Professores: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Referência	Descritor	M	DT
PCJ01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações psicológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	2.43	1.62
PCJ02	Identificar os fatores biológicos, antropológicos e sociais que intervêm conjuntamente na configuração psicológica humana.	2.57	0.98
PCJ03	Interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, a partir de uma perspectiva psicossocial.	2.29	1.11
PCJ04	Aplicar os conhecimentos psicossociais, ao estudo e à compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissociabilidade.	2.29	0.76
PCJ05	Atender ou identificar as necessidades da vítima a nível individual, grupal e comunitário, com especial referência aos coletivos muito vitimizados como as vítimas mais vulneráveis.	1.86	0.9

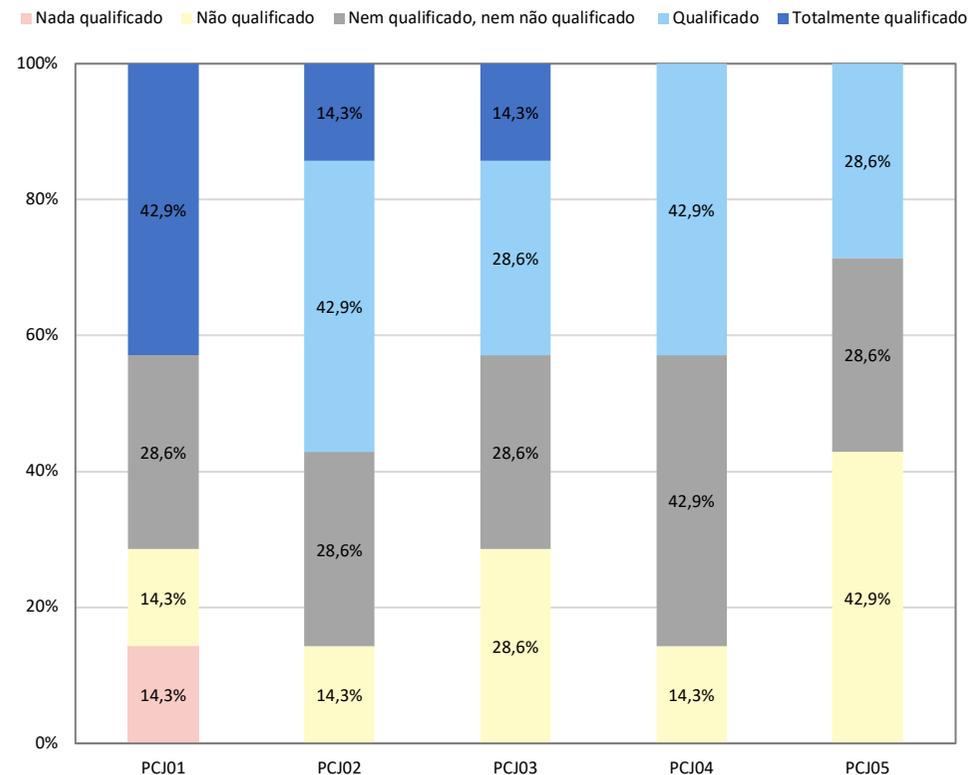


Gráfico 29. Professores: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica (N=7)

Quadro 34. Professores: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Referência	Descritor	M	DT
SJV01	Conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das instituições de controle social e de seu papel na prevenção e intervenção frente aos delitos.	3	.
SJV02	Compreender a magnitude científica de uma análise teórico-prático da segurança.	2	.
SJV03	Refletir sobre a complexidade da sociedade latino-americana atual e as ameaças reais ou virtuais que conformam o planejamento e a execução da política de segurança.	1	.
SJV04	Aplicar os conhecimentos adquiridos por meio do estudo teórico e da investigação empírica, ao controle e à prevenção da insegurança real e subjetiva das sociedades latino-americanas atuais.	1	.
SJV05	Conhecer as principais teorias sociológicas que colocam a discussão sobre o crime no centro dos processos sociais e políticos, bem como a constituição do Estado e a cidadania, a urbanização, o racismo, a estrutura do mercado de trabalho, a religião e muitos outros.	2	.
SJV06	Aplicar o conhecimento sociológico para compreender os atores envolvidos no crime (delinquentes, vítimas e profissionais no sistema de segurança pública e justiça penal) como parte de uma rede de relações sociais que implica a negociação constante da verdade, da moral e da legalidade. E, a partir daí, propor a elaboração de intervenções mais efetivas para a prevenção e o controle do delito.	1	.
SJV07	Investigar a relação entre o crime, a privação econômica e as profundas desigualdades socioeconômicas e socioespaciais presentes nos países da América do Sul.	2	.

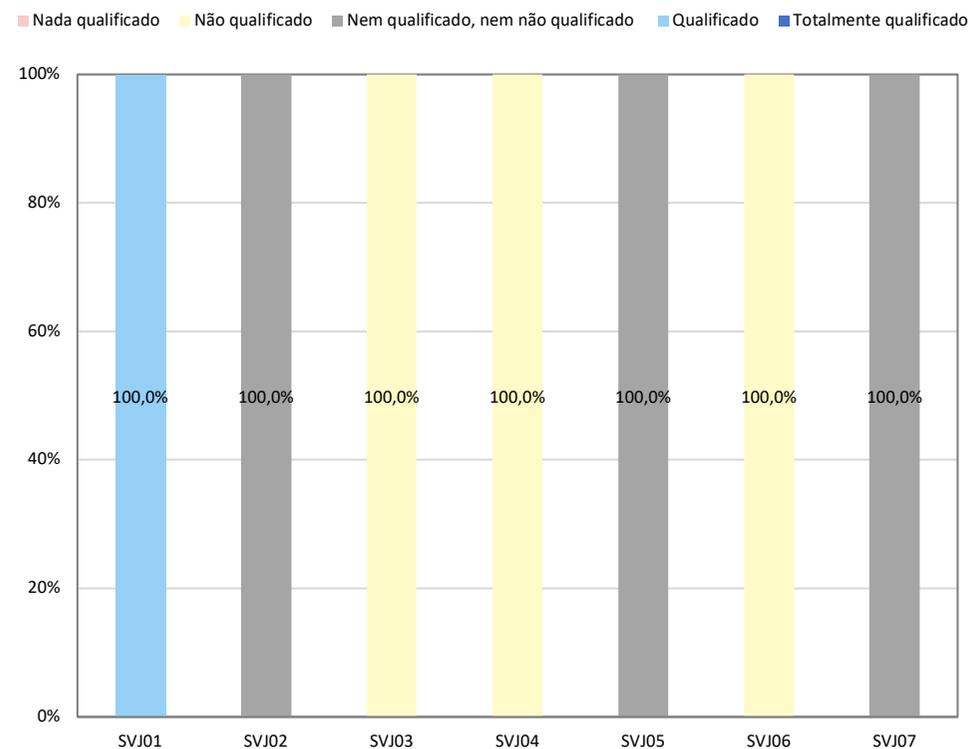


Gráfico 30. Professores: Bloco Sociologia do Direito e da Violência (N=1)

Quadro 35. Professores: Resumo do Bloco Antropologia Social

Referência	Descritor	M	DT
AS01	Compreender e conhecer os fundamentos, as nuances e as motivações sociais da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3	0
AS02	Conhecer as distintas políticas públicas existentes para erradicar a desigualdade, bem como outras que podem conduzir à erradicação da desigualdade.	1.5	2.121
AS03	Aplicar os conhecimentos antropológicos ao estudo e compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissocialidade.	0.5	0.707
AS04	Aplicar o método etnográfico na investigação criminológica, evitando o adultocentrismo e o etnocentrismo na análise dos resultados.	2	0
AS05	Saber interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, da perspectiva antropológica.	2	1.414



Gráfico 31. Professores: Bloco Antropologia Social (N=2)

Quadro 36. Professores: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

Referência	Descritor	M	DT
MLCF01	Analisar diferentes condutas delitivas e seus elementos essenciais, e compreender os efeitos que os atos delitivos produzem na sociedade e nos cidadãos.	2.33	1.41
MLCF02	Analisar em profundidade os aspectos jurídicos do delito, e poder aplicá-lo de forma avançada ao âmbito de exercício forense em casos concretos de intervenção.	1.22	1.48
MLCF03	Utilizar apropriadamente as técnicas analíticas e de investigação forense para a emissão de opiniões fundadas sobre as questões que se submetem a sua consideração.	2.67	1.5
MLCF04	Assessorar na interpretação dos relatórios forenses.	3.11	1.17

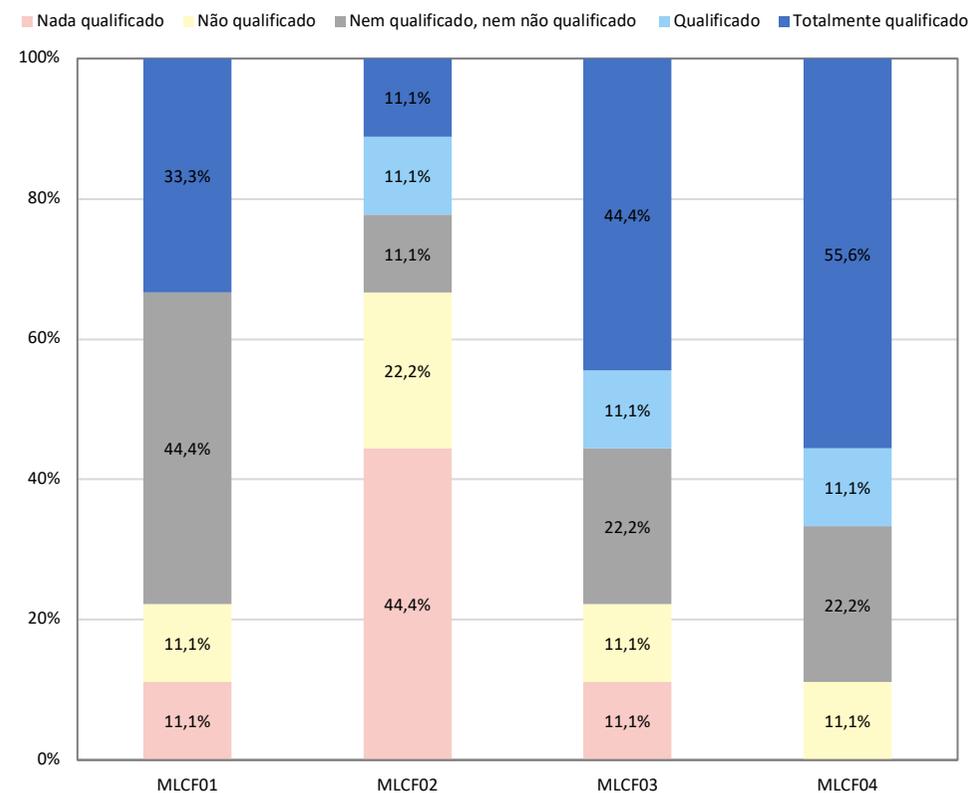


Gráfico 32. Professores: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses (N=9)

ii. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino

Quadro 37. Professores: Resumo do Bloco Recursos Humanos

Referência	Descritor	M	DT
RH01	Oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade aos docentes.	2.95	1.17
RH02	Reduzir a carga administrativa dos docentes contratando mais pessoal de apoio.	2.82	1.18
RH03	Reduzir o número de alunos por aula.	2.18	1.59
RH04	A coordenação entre os docentes do mesmo departamento.	2.41	1.3
RH05	A coordenação entre os docentes de diferentes departamentos.	2.82	1.3
RH06	Ações da direção da universidade para coordenar os departamentos ou outros organismos.	2.45	1.18
RH07	Pessoal dedicado ao marketing de novos programas universitários.	2.45	1.3

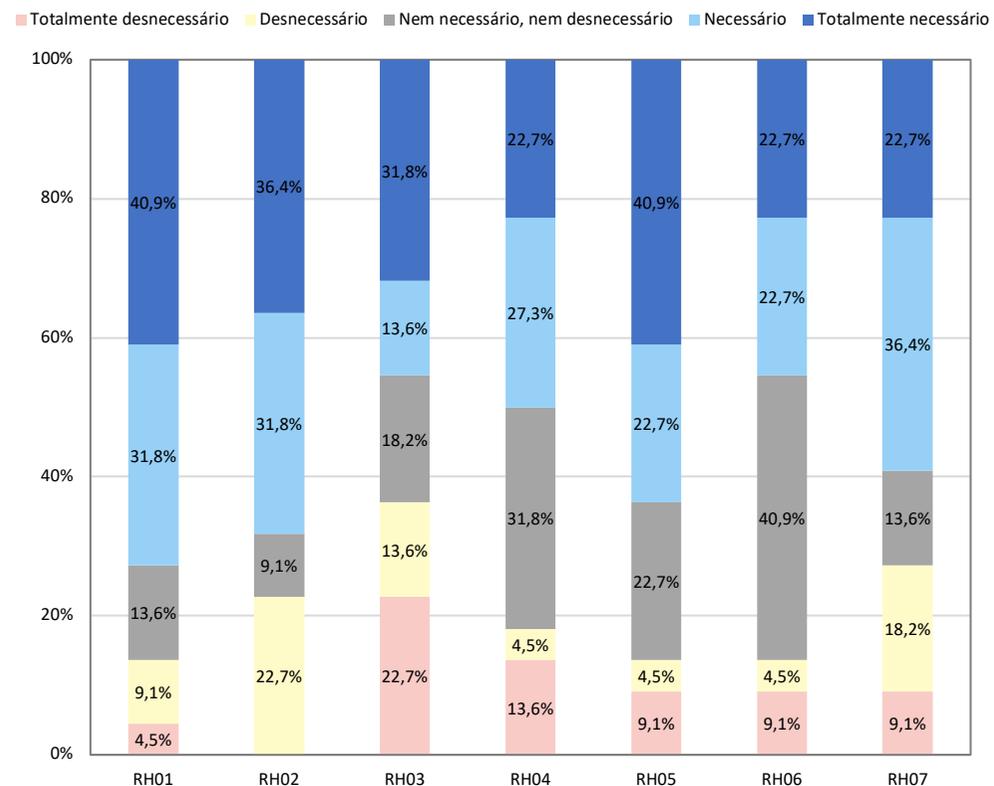


Gráfico 33. Professores: Bloco Recursos Humanos

Quadro 38. Professores: Resumo do Bloco Recursos Materiais

Referência	Descritor	M	DT
RM01	Os edifícios e instalações da Universidade.	1.95	1.25
RM02	Investimento em materiais para o ensino (por exemplo, livros texto, lousas, material didático, projetores audiovisuais, entre outros).	2.32	1.39
RM03	Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados (trabalho em grupos, role-playing, método de estudos de caso, entre outros).	2.41	1.22
RM04	Os sistemas de avaliação que se empregam para o aprendizado do aluno.	2.23	1.23
RM05	Os recursos bibliográficos oferecidos nas bibliotecas da universidade.	2.23	1.41
RM06	A intranet da universidade (por exemplo, acessibilidade, manutenção e desenvolvimento, comunicação).	1.5	1.1
RM07	Investimento em softwares educativos específicos para a formação dos alunos (por exemplo, Office, SPSS, QGIS, ArcGIS, Survey Monkey).	2.73	1.24
RM08	O acesso a bases de dados de interesse criminológico (Oracle, PostGIS, MySQL, entre outras).	2.86	1.32
RM09	As aulas de informática da universidade.	1.91	1.34

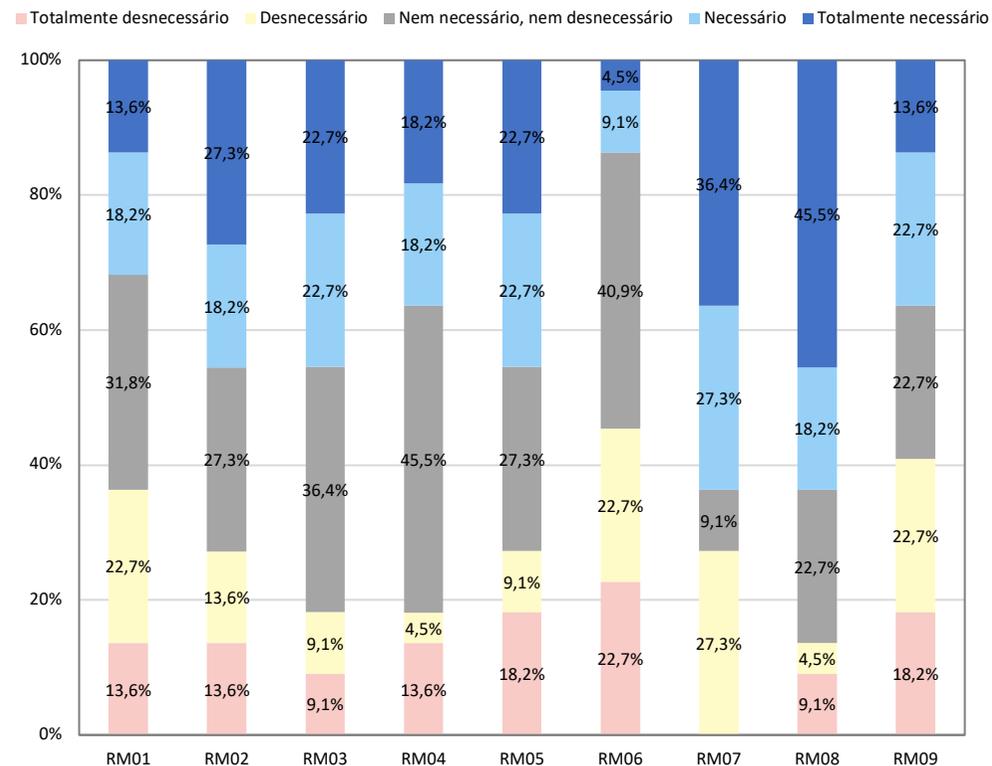


Gráfico 34. Professores: Bloco Recursos Materiais

Quadro 39. Professores: Resumo do Bloco Recursos Funcionais

Referência	Descritor	M	DT
RF01	Adequação entre as horas, a agenda e a carga de trabalho do estudante nas matérias.	2.5	1.26
RF02	Conhecimentos prévios dos discentes para alocação nas disciplinas que ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.59	1.22
RF03	Interesse e motivação dos discentes ao iniciar as disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.64	1.4
RF04	Uso que o aluno faz das plataformas web para tutorias de suas disciplinas.	2.36	1.36

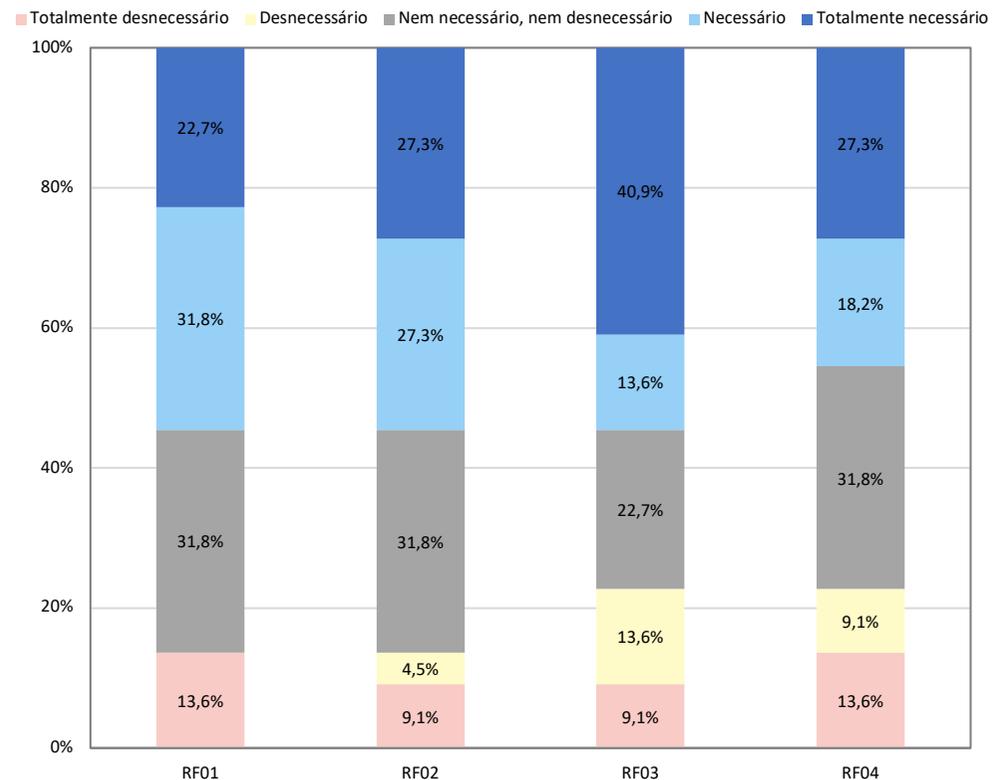


Gráfico 35. Professores: Bloco Recursos Funcionais

Quadro 40. Professores: Resumo do Bloco Serviços

Referência	Descritor	M	DT
SER01	Realização de programas de acolhida para novos estudantes.	2.32	1.36
SER02	Adaptação dos serviços oferecidos a estudantes com necessidades especiais.	2.77	1.31
SER03	Realização de programas de estágios em organizações públicas ou privadas para estudantes.	2.82	1.3
SER04	Realização de programas de mobilidade internacional para estudantes.	2.91	1.02
SER05	Realização de programas de mobilidade nacional para estudantes.	3	1.2
SER06	Orientação de trabalho ao estudante.	2.32	1.39
SER07	Concessão de bolsas ou outro tipo de ajuda para cursos de especialização, mestrado e doutorado.	3.14	1.17

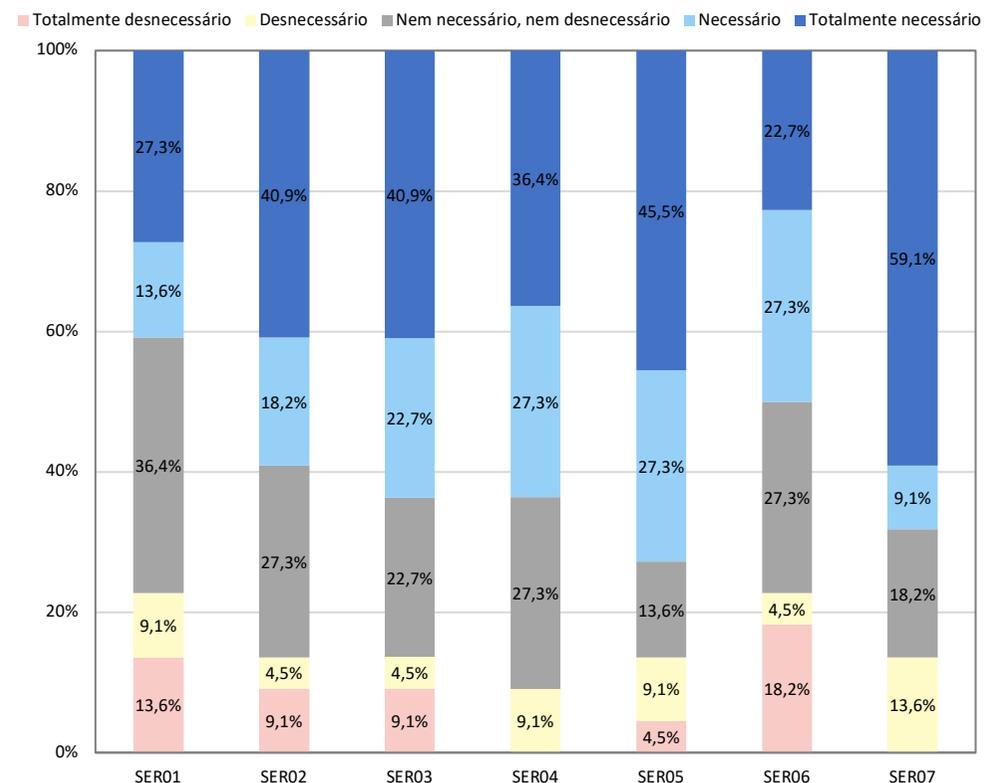


Gráfico 36. Professores: Bloco Serviços

iii. Necessidades de ensino

Quadro 41. Professores: Resumo do Bloco necessidades individuais

Referência	Descritor	M	DT
MEL01	Conhecimentos e compreensão de meu campo/matéria.	2.73	1.45
MEL02	Competências pedagógicas no ensino de meu campo/matéria.	1.91	1.41
MEL03	Habilidades nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para o ensino.	2.41	1.05
MEL04	Análise e avaliação dos estudantes.	2	0.98
MEL05	Métodos para a aprendizagem individualizada e grupal (trabalho em grupos, role playing, método de estudos de caso, entre outros).	1.95	1.17
MEL06	Comportamento dos estudantes e gestão da aula.	1.68	1.17
MEL07	Ensino em um contexto multicultural ou multilíngue.	2.68	1.21
MEL08	Ensino em habilidades transversais (por exemplo: pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade, entre outras).	2.09	1.27
MEL09	Comunicação com pessoas de diferentes culturas ou países.	2.36	1.29
MEL10	Práticas de avaliação de estudantes.	1.91	1.19

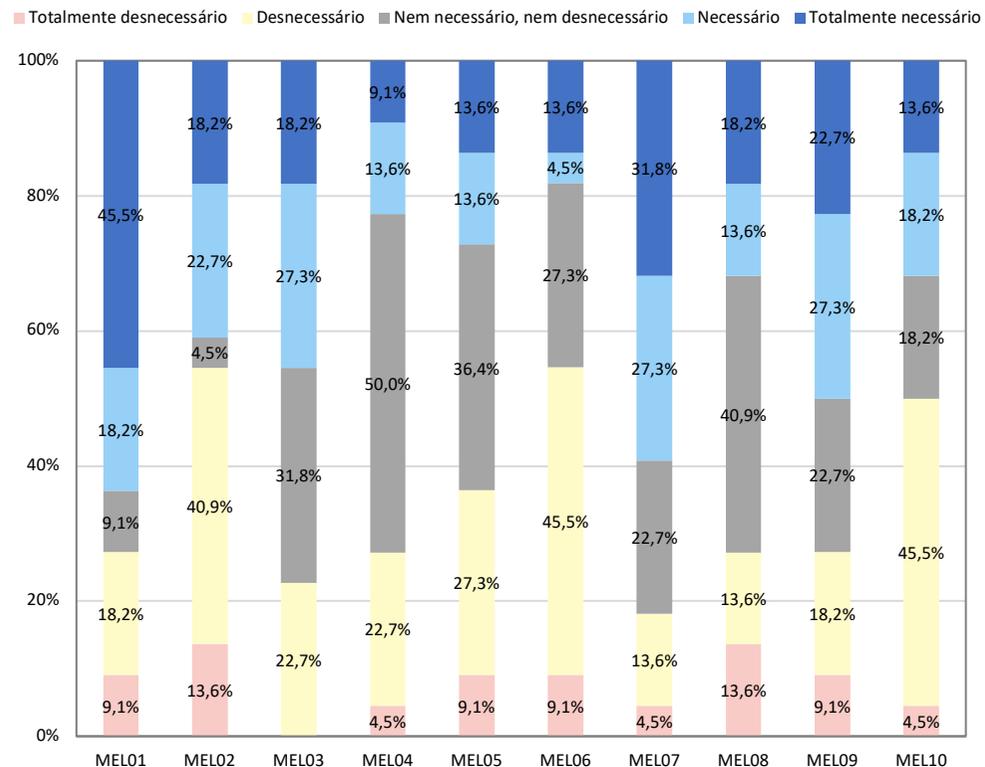


Gráfico 37. Professores: Bloco Necessidades individuais

Quadro 42. Professores: Resumo do Bloco TIC

Referência	Descritor	M	DT
TIC01	Participar em cursos relacionados com o desenvolvimento de habilidades das TIC.	2.59	1.18
TIC02	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem dos conteúdos.	2.64	1.05
TIC03	Utilizar a rede internet para a preparação e desenvolvimento das matérias.	2.05	1.29
TIC04	Utilizar as plataformas de conteúdos oferecidos pela universidade, como Moodle ou Campus Virtual no desenvolvimento das matérias.	2.27	1.35
TIC05	Utilizar conteúdo de informática para trabalhar (processadores de texto, planilhas de dados, bases de dados).	2.05	1.53
TIC06	Utilizar programas como PowerPoint, Open Office Impress ou Prezi para realizar apresentações em aulas.	2	1.48
TIC07	Desenvolver experiências em programas como SPSS, Stata ou outros similares para trabalhar com dados estatísticos.	2.73	1.39
TIC08	Utilizar softwares especializados para o manejo de grandes quantidades de dados (por exemplo, software R, Python)	2.91	1.31
TIC09	Utilizar o correio eletrônico para contatar docentes, administração da universidade, entre outros.	1.09	1.54

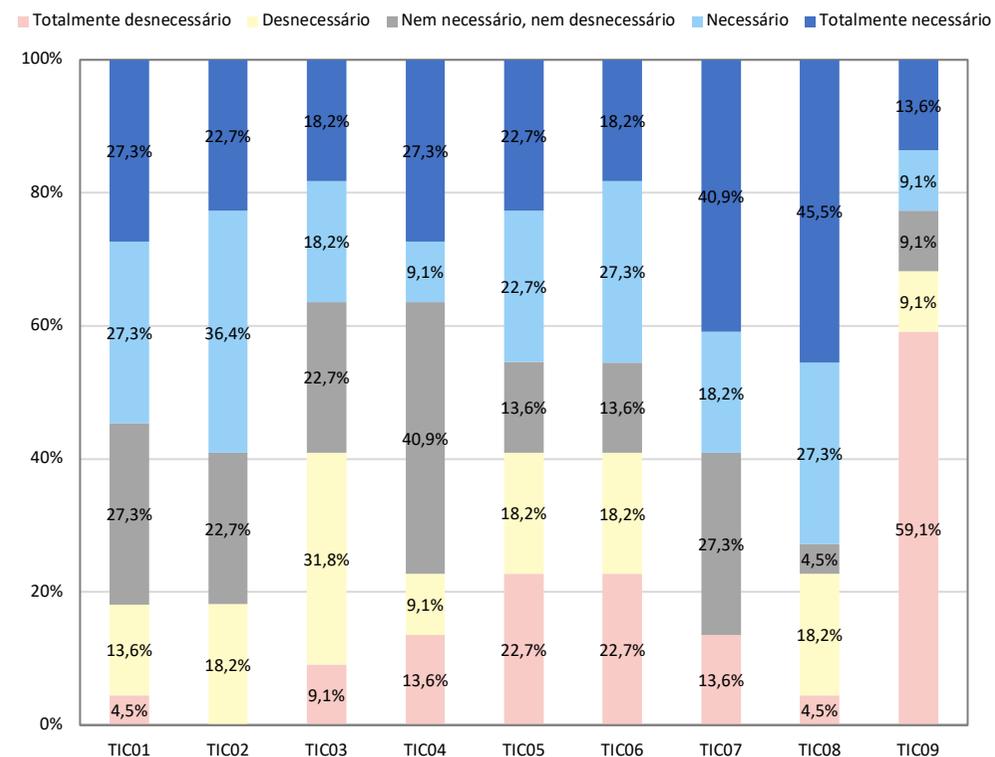


Gráfico 38. Professores: Bloco TIC

c. *Estudantes*

i. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino

Quadro 43. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Humanos

Referência	Descritor	M	DT
RH01	Oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade aos docentes.	2.96	1.13
RH02	Reduzir o número de alunos por aula.	1.29	1.15
RH03	A coordenação entre os docentes do mesmo departamento.	2.86	1.11
RH04	A coordenação entre os docentes de diferentes departamentos.	2.94	1.02
RH05	Ações da direção da universidade para coordenar os departamentos ou outros organismos.	2.61	1.08
RH06	Pessoal dedicado ao marketing de novos programas universitários.	2.41	1.2

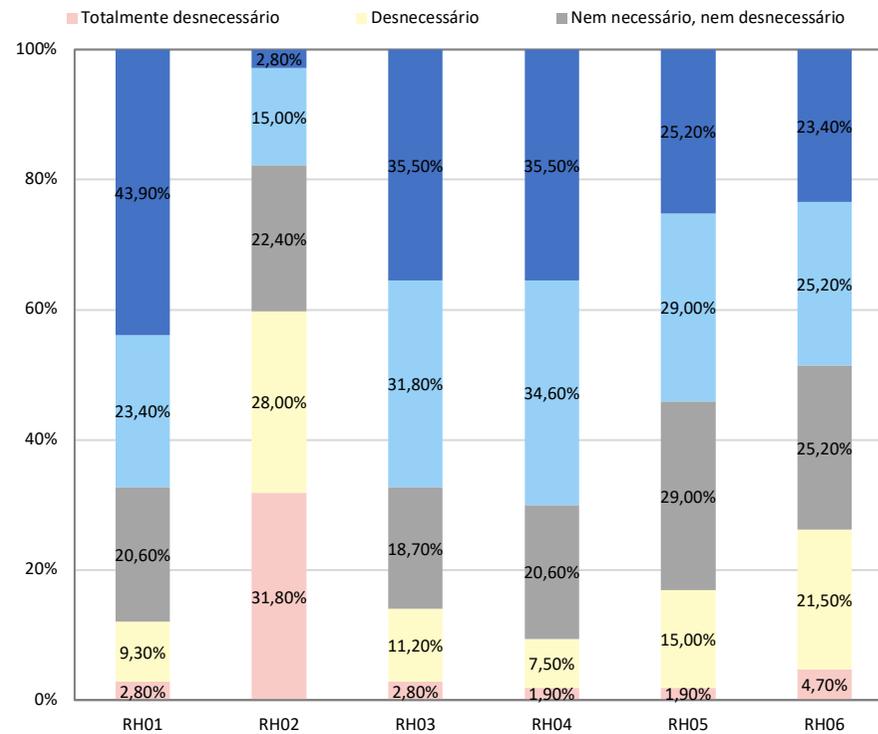


Gráfico 39. Estudantes: Bloco Recursos Humanos

Quadro 44. Estudantes: Resumo do Bloco Recurso Materiais

Referência	Descritor	M	DT
RM01	Os edifícios e instalações da Universidade.	2.41	1.24
RM02	Investimento em materiais para o ensino (por exemplo, livros texto, lousas, material didático, projetores audiovisuais, entre outros).	2.44	1.31
RM03	Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados (trabalho em grupos, role-playing, método de estudos de caso, entre outros).	2.8	1.15
RM04	Os sistemas de avaliação que se empregam para o aprendizado do aluno.	2.94	1.12
RM05	Os recursos bibliográficos oferecidos nas bibliotecas da universidade.	2.33	1.34
RM06	A intranet da universidade (por exemplo, acessibilidade, manutenção e desenvolvimento, comunicação).	2.39	1.23
RM07	Investimento em softwares educativos específicos para a formação dos alunos (por exemplo, Office, SPSS, QGIS, ArcGIS, Survey Monkey).	2.5	1.23
RM08	O acesso a bases de dados de interesse criminológico (Oracle, PostGIS, MySQL, entre outras).	2.99	1.15
RM09	As aulas de informática da universidade.	2.39	1.24

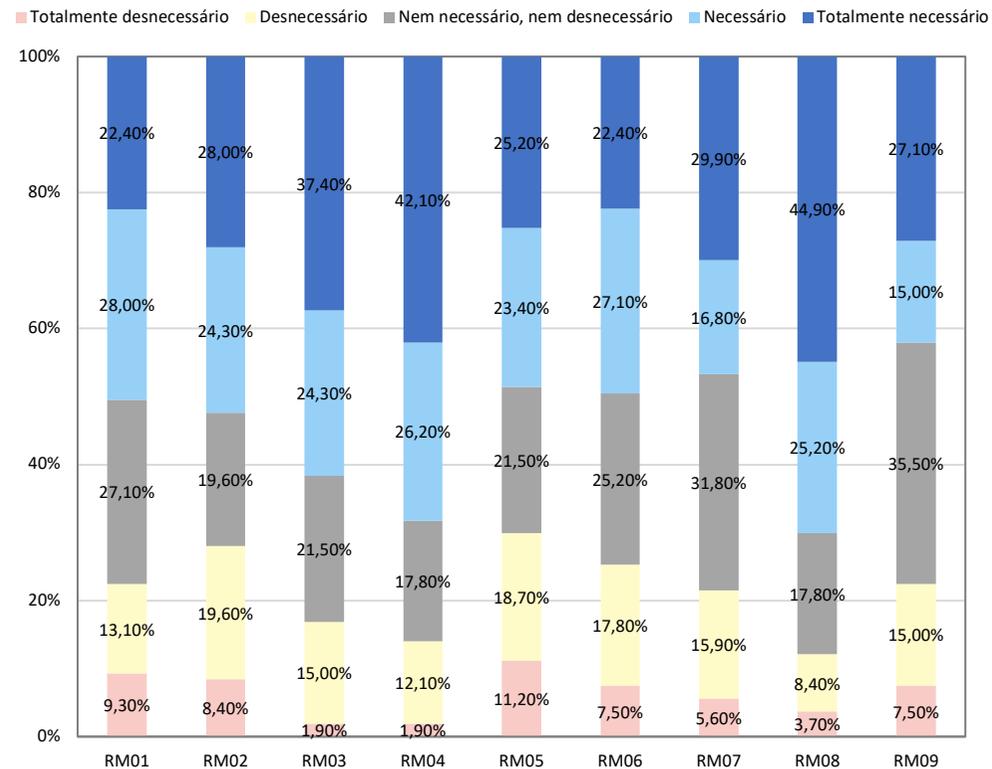


Gráfico 40. Estudantes: Bloco Recursos Materiais

Quadro 45. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Funcionais

Referência	Descritor	M	DT
RF01	A coerência entre as horas, a agenda e a carga de trabalho do estudante e as matérias.	3.32	1
RF02	Conhecimentos prévios dos discentes ao ingressar nas disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.57	1.25
RF03	Interesse e motivação dos discentes ao iniciar as disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.9	1.12
RF04	Uso que o aluno faz das plataformas web para tutorias de suas disciplinas.	2.52	1.15

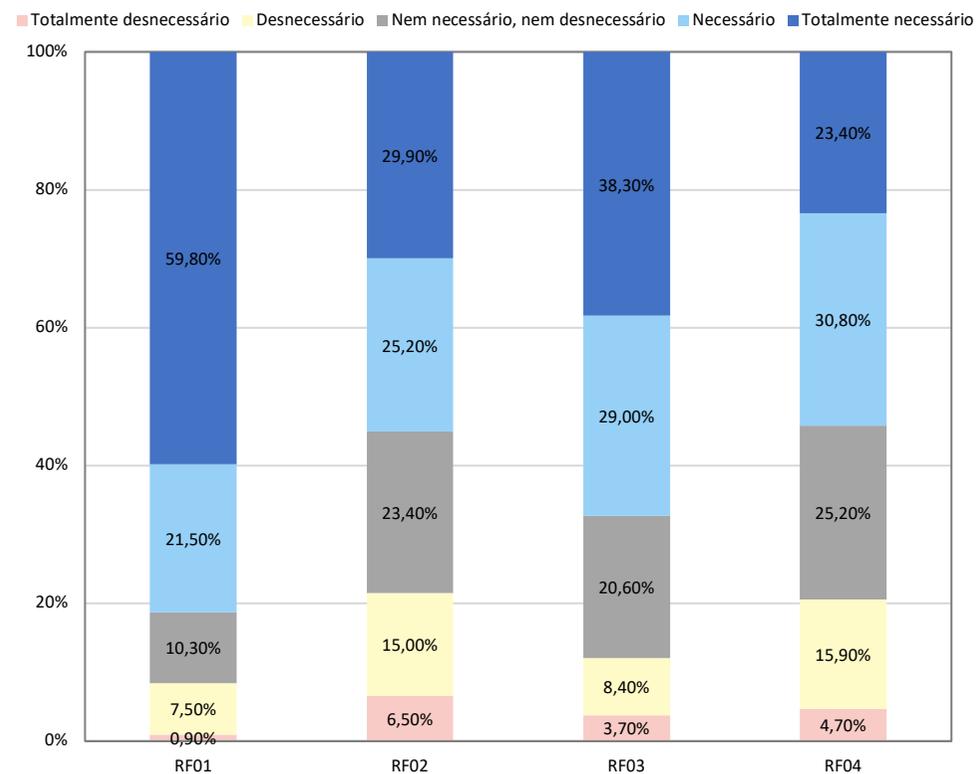


Gráfico 41. Estudantes: Bloco Recursos Funcionais

Quadro 46. Estudantes: Resumo do Bloco Serviços

Referência	Descritor	M	DT
SER01	Realização de programas de acolhida para novos estudantes.	2.64	1.08
SER02	Adaptação dos serviços oferecidos a estudantes com necessidades especiais.	3.22	0.97
SER03	Realização de programas de estágios em organizações públicas ou privadas para estudantes.	3.08	1.11
SER04	Realização de programas de mobilidade internacional para estudantes.	2.88	1.13
SER05	Realização de programas de mobilidade nacional para estudantes.	2.89	1.09
SER06	Orientação de trabalho ao estudante.	3.05	0.99
SER07	Concessão de bolsas ou outro tipo de ajuda para cursos de especialização, mestrado e doutorado.	3.28	0.98

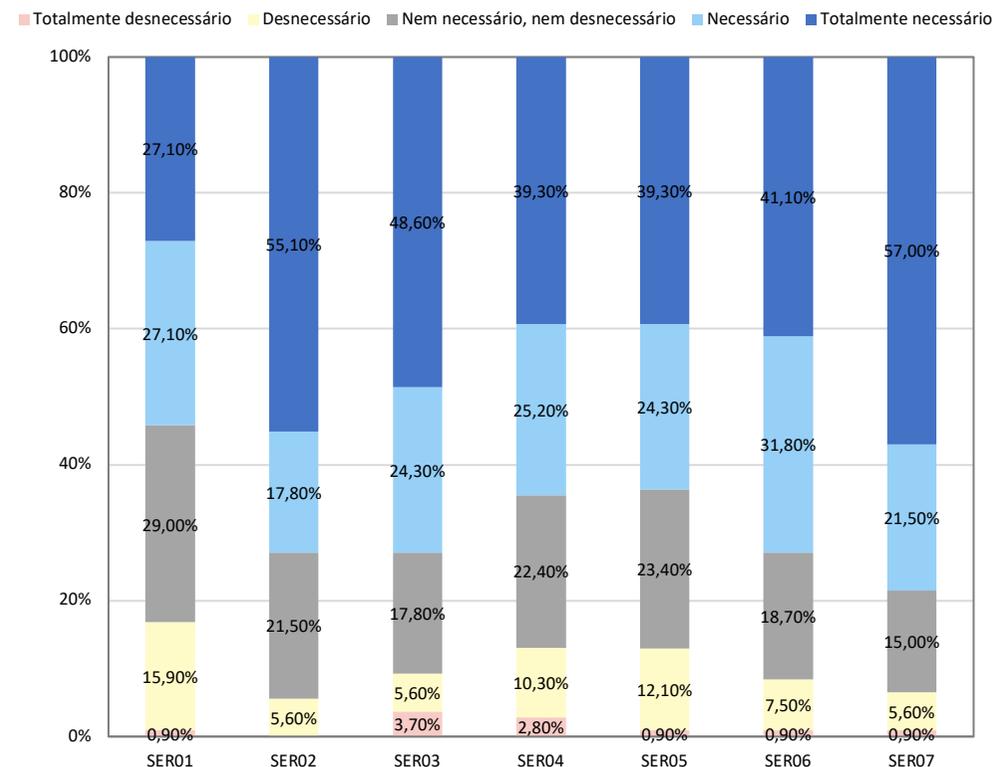


Gráfico 42. Estudantes: Bloco Serviços

ii. Necessidades dos estudantes

Quadro 47. Estudantes: Resumo do Bloco TIC

Referência	Descritor	M	DT
TIC01	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem relacionadas ao curso em que me graduei.	2.61	1.05
TIC02	Utilizar a internet para a preparação e o desenvolvimento das disciplinas do curso.	2.49	1.1
TIC03	Utilizar as plataformas de conteúdos oferecidos pela universidade, como Moodle ou Campus Virtual no desenvolvimento das matérias.	2.57	1.08
TIC04	Utilizar conteúdo de informática para trabalhar (processadores de texto, planilhas de dados, bases de dados).	2.46	1.15
TIC05	Utilizar programas como PowerPoint, Open Office Impress ou Prezi para realizar apresentações em aulas.	2.52	1.22
TIC06	Desenvolver experiências em programas como SPSS, Stata ou outros similares para trabalhar com dados estatísticos.	2.13	1.24
TIC07	Utilizar softwares especializados para o manejo de grandes quantidades de dados (por exemplo, software R, Python)	2.81	1.13
TIC08	Utilizar o e-mail para contatar com docentes, administração da universidade, entre outros.	2.86	1.16
TIC09	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem relacionadas ao curso em que me graduei.	2.24	1.56

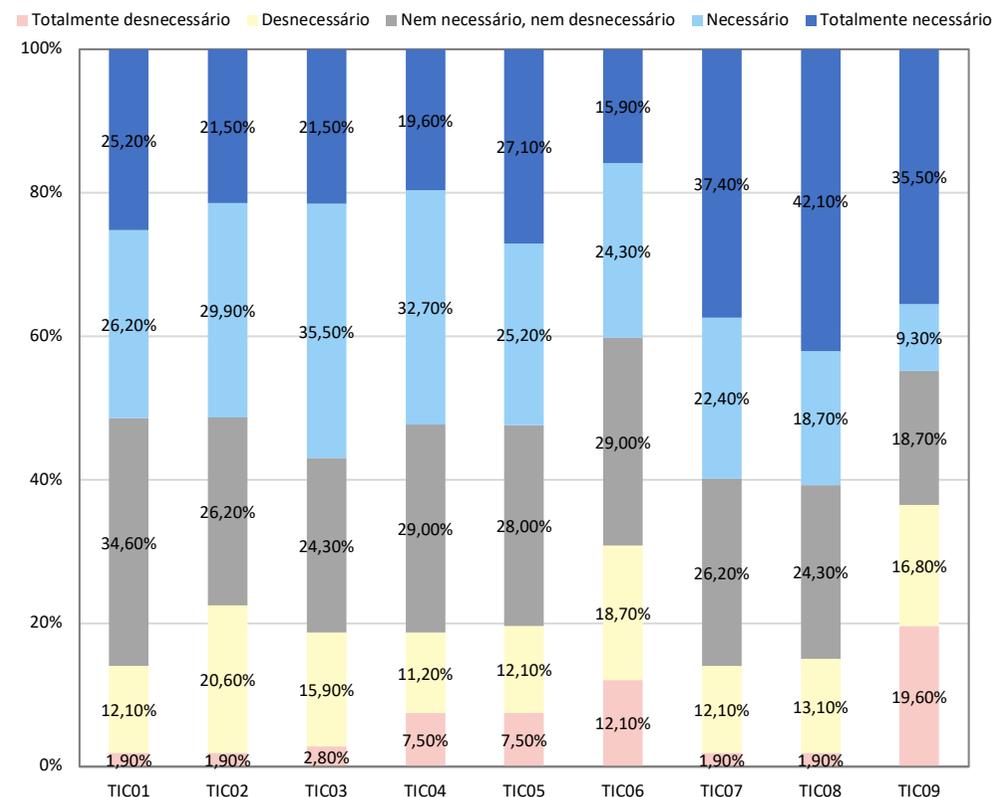


Gráfico 43. Estudantes: Bloco TIC

3.2. Grupos nominais

3.2.1 Métodos y Materiais

a. *Instrumento, projeto e procedimento*

A fim de complementar as amplas informações quantitativas coletadas com os questionários sobre necessidades de treinamento detectadas, especialmente aquelas identificadas pelos grupos de Profissionais, a equipe da UMH decidiu implementar uma série de grupos nominais em 7 grupos de Profissionais do setor de criminologia ou segurança pública em cada um dos países participantes (ou seja, Brasil, Colômbia e Peru). A adequação dos grupos nominais aos objetivos do SUCESSO reside principalmente em sua natureza como metodologia de construção de consenso, que definimos a seguir:

NGT is a highly structured technique combining characteristics of an individual survey and a focus group. Its structure limits researcher influence and influence from group dynamics. It increases the likelihood of equal participation for all group members and equal influence of (conflicting) values and ideas. NGT can be used in an exploratory (phase of a) study, can be used to generate hypotheses about topics which are relatively unfamiliar to the researcher, or to become familiar with the ideas found to be relevant to a research population that is socially and culturally different from the researcher. NGT is particularly relevant in applied research as a decision-making tool and as a consensus method (Vader, 2015, p.11)¹¹.

Para o SUCESSO, a questão de pesquisa que estruturou os diferentes grupos nominais foi a seguinte:

ES. *Considerando objetivos tales como prevenir o controlar el crimen, o incluso ofrecer un tratamiento efectivo a delinquentes y/o víctimas de violencia, ¿qué Necesidades formativas ha detectado en su ámbito profesional?*

PO. *Considerando objetivos como prevenir ou controlar o crime, ou mesmo oferecer tratamento eficaz aos infratores e/ou vítimas de violência, quais necessidades de treinamento você identificou em sua área profissional?*

O procedimento utilizado para o desenvolvimento dos grupos nominais respondeu às seguintes fases:

- 1) **Geração silenciosa de idéias.** Individualmente, eles tiveram que escrever entre 3 e 4 idéias relacionadas com a questão
- 2) **Compartilhar idéias.** Começando com um participante, cada um deles enunciou e apresentou brevemente uma de suas idéias, tentando não repetir aquelas que haviam aparecido anteriormente.
- 3) **Discussão e esclarecimento de idéias** Cada uma das idéias geradas foi tratada uma a uma para ser esclarecida: idéias semelhantes foram agrupadas, reformuladas ou divididas em várias idéias.
- 4) **Votação e ranking.** Individualmente e anonimamente, cada participante selecionou aqueles que em sua opinião eram as 5 maiores limitações e os pontuou de 1 (mínimo) a 5 (máximo), dando uma pontuação diferente para cada um.

Deve-se observar que embora este relatório preliminar de resultados incluía apenas uma apresentação qualitativa dos resultados, uma análise quantitativa detalhada das necessidades identificadas será incluída nos relatórios institucionais.

¹¹ Vander Laenen, F. (2015). Not just another focus group: making the case for the nominal group technique in criminology. *Crime science*, 4(1), 1-12.

b. Descrição da amostra

Quadro 48. Descrição da amostra Grupos Nominais

BRASIL:
Universidade São Paulo y Universidad Federal de Minas Gerais

Participantes

Âmbito	Quando você se conectar	Votação	Taxa de abandono
Âmbito da Pesquisa	6	6	0%
Âmbito da Polícia	5	4	20%
Âmbito da Sociedade Civil	6	6	0%
Âmbito da Segurança Privada	7	7	0%
Âmbito Vitimológico	8	7	12%
Âmbito Penitenciário	6	6	0%
Âmbito Judicial	6	5	17%
Totais	46	41	11%

3.2.2 Resultados

a. Âmbito da pesquisa

Quadro 49. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento teórico mais coerente tanto na sociologia do crime quanto na psicologia do crime
b.	Melhoria do conhecimento no campo jurídico; criminalização, tipos de crimes
c.	Treinamento que nos permite pensar, problematizar e distinguir as diversas áreas e sistemas que compõem a criminologia e a segurança pública
d.	Treinamento ou atualização em modelos teóricos líderes baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente diferenças nos níveis de criminalidade
e.	Treinamento criminológico interdisciplinar, integrando sociologia, psicologia e não apenas direito
f.	Noções de direito relacionadas com o campo penal
g.	Treinamento coerente em políticas públicas de controle do crime, baseado em evidências internacionais e nacionais
h.	Maior profundidade no campo da psicossociologia, que envolve a subjetividade
i.	Treinamento para a gestão de políticas públicas
j.	Conhecimentos relacionados à prevenção e ao tratamento de adolescentes em conflito com a lei
k.	Abordagens intersetoriais dos marcadores sociais
l.	Noções de psicologia orientada para a vítima
m.	Treinamento mais coerente na área do sistema sócio-educativo e do sistema penitenciário
n.	Aprofundamento das políticas públicas, mas com foco na gestão e operação dos sistemas penitenciários e sócio-educacionais
o.	Representações de crime, segurança e violência, mas com foco no que é privado de liberdade
p.	Políticas orientadas para a juventude, incluindo o sistema sócio-educacional
q.	Outros estudos sobre vitimologia
r.	Estudo de drogas, seus efeitos e políticas de conscientização (também em relação à saúde)

Quadro 50. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação ou atualização sobre os modelos teóricos mais notáveis baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente as diferenças nos níveis do fenômeno criminal	23	26%	5	83%
b. O treinamento jurídico se concentra mais em cientistas sociais, incluindo tipos de crime e noções de procedimento criminal	6	7%	3	50%
c. Capacitação que consiste em políticas públicas de controle do crime, baseadas em evidências internacionais e nacionais	19	21%	6	100%
d. Capacitação no campo da psicossociologia, incluindo a subjetividade e as vítimas	8	9%	3	50%
e. Capacitação relacionada com a prevenção da delinquência juvenil, tratamento e implementação de medidas sócio-educativas	13	14%	6	100%
f. Abordagens transversais de marcadores sociais guiadas por uma perspectiva de direitos humanos	4	4%	2	100%
g. Capacitação teórica e empírica relacionada ao sistema penitenciário, cobrindo uma perspectiva histórica e organizacional, políticas de punição, agentes penitenciários, reincidência e outras intervenções criminosas	14	16%	4	67%
h. Estudo das drogas, seus efeitos e as políticas de conscientização relacionadas ao seu uso (abrangendo a saúde em geral e a saúde mental em particular)	3	3%	2	33%

Quadro 51. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação ou atualização sobre os modelos teóricos mais notáveis baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente as diferenças nos níveis do fenômeno criminal
C	Capacitação que consiste em políticas públicas de controle do crime, baseadas em evidências internacionais e nacionais
G	Capacitação teórica e empírica relacionada ao sistema penitenciário, cobrindo uma perspectiva histórica e organizacional, políticas de punição, agentes penitenciários, reincidência e outras intervenções criminosas
E	Capacitação relacionada com a prevenção da delinquência juvenil, tratamento e implementação de medidas sócio-educativas
D	Capacitação no campo da psicossociologia, incluindo a subjetividade e as vítimas
B	O treinamento jurídico se concentra mais em cientistas sociais, incluindo tipos de crime e noções de procedimento criminal
F	Abordagens transversais de marcadores sociais guiadas por uma perspectiva de direitos humanos
H	Estudo das drogas, seus efeitos e as políticas de conscientização relacionadas ao seu uso (abrangendo a saúde em geral e a saúde mental em particular)

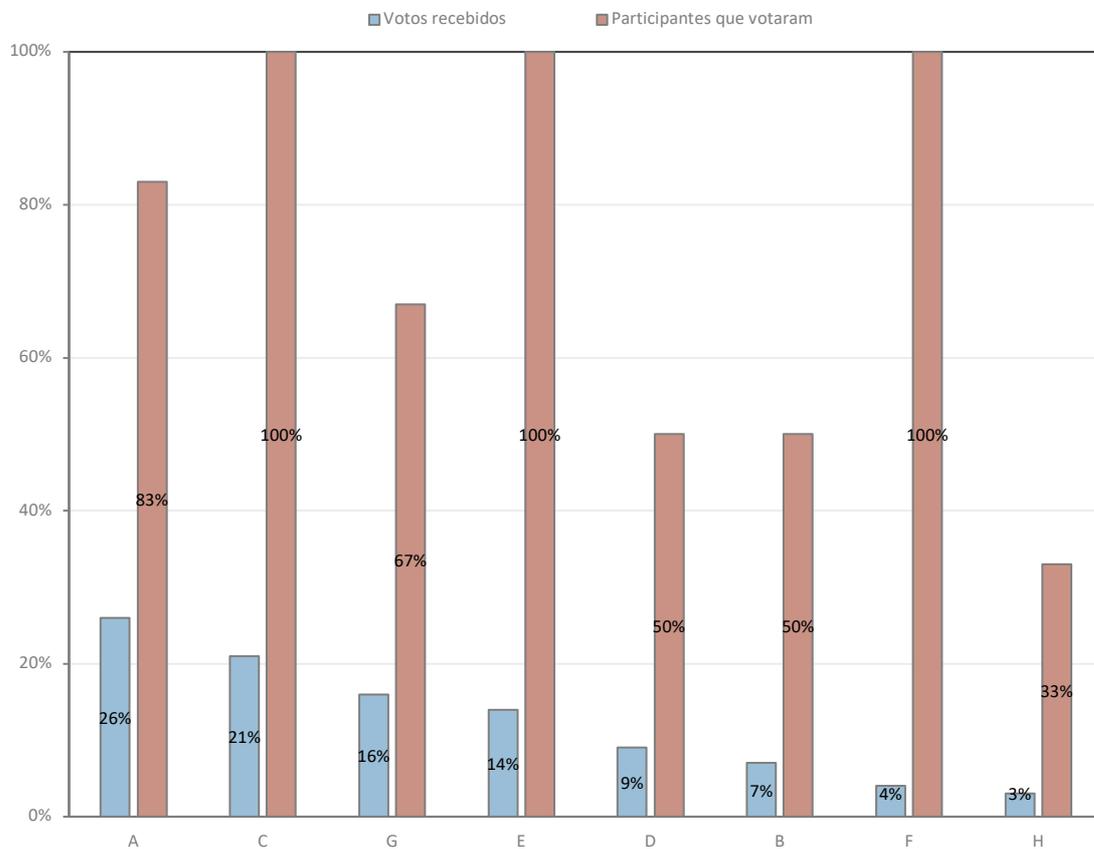


Gráfico 44. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais

b. Âmbito da Polícia

Quadro 52. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Formulação de políticas públicas de uma perspectiva sociológica (e não apenas jurídica)
b.	Levando em conta os princípios e o objetivo principal da prevenção, o profissional também deve ser capaz de compreender que a segurança pública não está ligada apenas à aplicação da lei, mas também a este entendimento sociológico, sociológico, sociológico urbano e de relações sociais.
c.	O Estado e a Sociedade - compreender a dinâmica da sociedade, o Estado e a criminalidade, compreender essas dinâmicas de ação ...
d.	Formulação de estudos e construção de políticas criminais
e.	Necessidade de melhorar/aumentar o treinamento e a informação em Criminologia - em geral - do especialista para um melhor desempenho em criminologia (compreensão da cena do crime, compreensão da situação...)
f.	Criminologia como base para reformular o processo de investigação.
g.	Educação humanística para o desempenho (incluindo principalmente elementos que permitem a compreensão dos grupos vulneráveis com os quais eles estão lidando).
h.	Estudo do crime, seja do ponto de vista da criminologia ou da sociologia do crime, é importante entender os fatores que motivam/causam o crime.
i.	Estudo do próprio comportamento desviante, para entender o indivíduo que cometeu o crime.
j.	Incentivar a necessidade de compreender o fenômeno criminal a fim de obter informações em um centro de pesquisa de comando e controle
k.	Estudo em profundidade da criminologia
l.	Estudo de modelos de ação policial, estudo de organizações (levando em conta modelos e práticas bem sucedidas de ação/intervenção policial) ...
m.	Estudo do papel da punição (reformulação das políticas de segurança pública)

Quadro 53. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Formular políticas públicas a partir da perspectiva da sociologia (e não apenas do ponto de vista jurídico), considerando a dinâmica do Estado, da Sociedade e da Criminalidade	14	23%	4	100%
b. Criminologia como base para reformular o processo de investigação.	3	5%	1	25%
c. Estudo aprofundado da criminologia para uma melhor compreensão da criminalidade e do infrator	16	27%	4	100%
d. Educação humanística para a ação (incluindo, acima de tudo, elementos que permitam a compreensão dos grupos vulneráveis com os quais estão lidando).	8	13%	3	75%
e. Promover a necessidade de compreender o fenômeno criminal para obter informações em um centro de pesquisa de comando e controle	4	7%	1	25%
f. Estudo de modelos de ação policial, estudo de organizações (levando em conta modelos e práticas bem sucedidas de ação/intervenção policial)	9	15%	4	100%
g. Estudar o papel da punição (reformulação das políticas de segurança pública).	6	10%	3	75%

Quadro 54. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Resumo

Referência	Descritor
A	Formular políticas públicas desde la perspectiva de la Sociología (y no sólo desde el punto de vista jurídico), considerando la dinámica del Estado, la Sociedad y la Criminalidad
C	Estudio a fondo de la criminología para una mejor comprensión del crimen y del delincuente
F	Estudio de los modelos de actuación policial, estudio de las organizaciones (teniendo en cuenta los modelos y prácticas exitosos de acción/intervención policial).
D	Educación humanística para la acción (incluyendo sobre todo elementos que permitan la comprensión/entendimiento de los grupos vulnerables con los que se trata).
G	Estudiar la función del castigo (reformular las políticas de seguridad pública).
B	Criminología como base para reformular el proceso de investigación.
E	Fomentar la necesidad de entender el fenómeno criminal para obtener información en un centro de mando y control de investigación

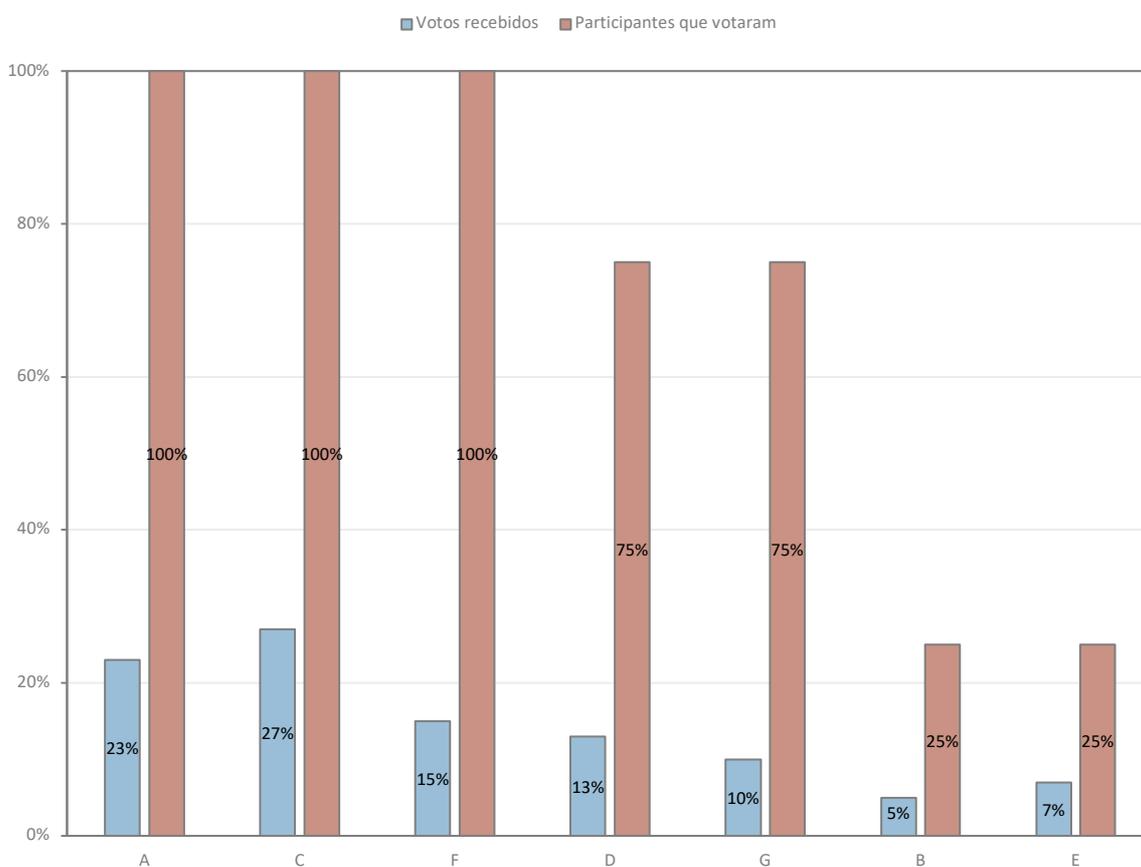


Gráfico 45. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais

c. Âmbito da Sociedade Civil

Quadro 55. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Metodologia de comunicação não-violenta
b.	Avaliação das políticas públicas no campo da segurança pública
c.	Estratégias de prevenção ao crime
d.	Soluções de resolução de conflitos não-criminais, baseadas em iniciativas locais, em uma perspectiva comparativa
e.	Metodologias de estudos territoriais para análise da criminalidade
f.	O patriarcado e seus efeitos sobre a violência de gênero
g.	Metodologias de resolução de conflitos em contextos institucionais
h.	Metodologias para a análise da trajetória dos infratores e dos delitos individuais
i.	Ética contra a corrupção
j.	Conseqüências da política de prisão em massa a nível local e comunitário
k.	Racismo e seletividade criminal
l.	Políticas de saúde pública, rede de saúde mental e criminologia
m.	Boas práticas de programas de intervenção
n.	Programas de ressocialização para pessoas na prisão, com foco na APAC
o.	Estratégias para que os atores da segurança pública falem com a mídia
p.	Estruturas de poder na dinâmica criminal
q.	Iniciativas de equidade de gênero para enfrentar a violência doméstica, com foco em questões habitacionais e de inclusão social e produtiva

Quadro 56. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes		
	Pontos	%	N	%	
a.	Estratégias para a resolução não-criminal de conflitos, com foco na comunicação não violenta, a partir de perspectivas locais e comparativas	9	10%	4	67%
b.	Avaliação das políticas de segurança pública, em particular a prevenção do crime	9	10%	3	50%
c.	Estratégias de prevenção ao crime, incluindo programas gerais de saúde e saúde mental	11	12%	3	50%
d.	Análise das relações de poder centradas no patriarcado e no racismo e sua influência na dinâmica criminosa baseada nas relações de poder	7	8%	2	33%
e.	Diagnóstico da incidência do crime correlacionado com o fator território	5	6%	1	17%
f.	Boas práticas em métodos de avaliação e intervenção, tais como APAC	9	10%	3	100%
g.	Estudos sobre a influência da cultura na trajetória da vida, a fim de iluminar o dilema entre ética e corrupção	5	6%	3	50%
h.	Conseqüências da prisão em massa na dinâmica local e comunitária	17	19%	6	100%
i.	Política criminal e seletividade criminal	4	4%	2	33%
j.	A violência e a criminalização da pobreza: interlocuções entre a segurança pública e a mídia	0	0%	0	0%
k.	Combate à violência doméstica através de políticas de habitação e inclusão produtiva das mulheres	14	16%	3	50%

Quadro 57. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Resumo

Referência	Descritor
F	Boas práticas em métodos de avaliação e intervenção, tais como APAC
H	Conseqüências da prisão em massa na dinâmica local e comunitária
A	Estratégias para a resolução não-criminal de conflitos, com foco na comunicação não violenta, a partir de perspectivas locais e comparativas
B	Avaliação das políticas de segurança pública, em particular a prevenção do crime
C	Estratégias de prevenção ao crime, incluindo programas gerais de saúde e saúde mental
G	Estudos sobre a influência da cultura na trajetória da vida, a fim de iluminar o dilema entre ética e corrupção
K	Combate à violência doméstica através de políticas de habitação e inclusão produtiva das mulheres
D	Análise das relações de poder centradas no patriarcado e no racismo e sua influência na dinâmica criminosa baseada nas relações de poder
I	Política criminal e seletividade criminal
E	Diagnóstico da incidência do crime correlacionado com o fator território
J	A violência e a criminalização da pobreza: interlocuções entre a segurança pública e a mídia

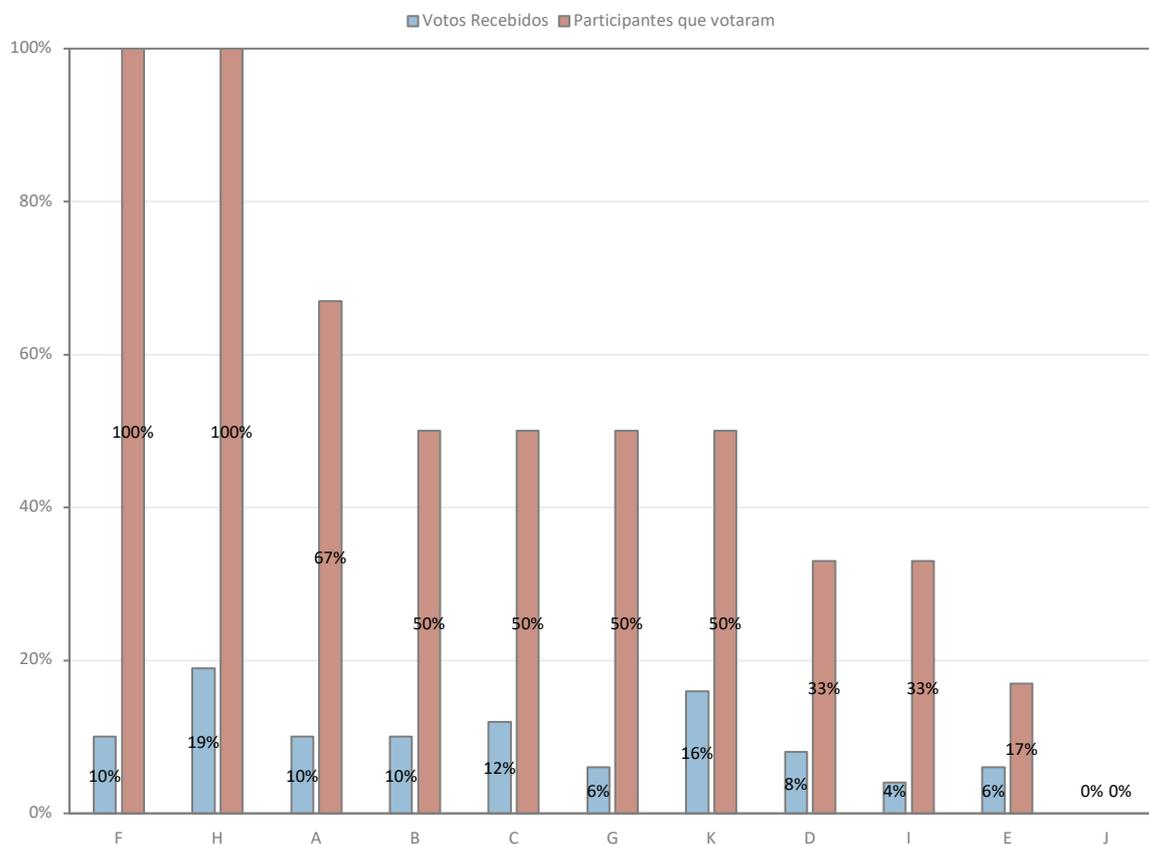


Gráfico 46. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais

d. Âmbito da Segurança Privada

Quadro 58. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Conhecimento do ciclo das políticas públicas (diagnóstico, projeto, implementação, monitoramento e avaliação) e dos arranjos institucionais e modelos de governança.
b.	Integração da polícia e da inteligência policial para a prevenção do crime
c.	Incentivar o ensino (desenvolver / construir este conhecimento) / aprender a epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação
d.	Maior integração entre os órgãos de segurança pública e as empresas ou entidades que representam as empresas de segurança pública privada. Necessidade de gerar setores específicos que integrem segurança.
e.	Conhecimento das fontes de financiamento nacionais e internacionais e seus ciclos de aplicação em projetos/políticas
f.	Promover o ensino de estratégias de prevenção baseadas em evidências, considerando os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo).
g.	Maior integração entre os dados gerados pela polícia - que são numerosos - e o tratamento científico desses dados (em institutos e universidades) para uma utilização das informações geradas pelos dados, além da integração da polícia
h.	Integração da informação - melhorando o conhecimento dos fluxos de processamento do crime e diferentes padrões de crime para que esse conhecimento seja melhor utilizado nas demandas operacionais - programas/políticas
i.	Análise do comportamento humano que reúne o conhecimento de pesquisadores e especialistas em comportamento humano
j.	Modelagem e gestão do conhecimento que pode ser produzido com dados do trabalho dos agentes de segurança pública.
k.	Treinamento técnico-científico específico para cada área de ação/adaptação de treinamento para cada área de ação policial . (adaptação técnica, não política).
l.	O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública se desenvolveu e se disseminou nacional e internacionalmente.
m.	O conteúdo policial e de direitos humanos deve existir na formação - ética ou formação de valores orientada pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que esta formação influencie a ação / ação prática.
n.	Modificação da estrutura de recepção da população pela polícia, um treinamento diferenciado da polícia.

Quadro 59. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Instituições, governança de políticas públicas e fonte de financiamento para a segurança pública nacional e internacional	16	15%	6	86%
b. Ensinar modelos de modelagem e gestão do conhecimento e sua aplicação para fomentar uma cultura que promova a integração da polícia e da segurança e inteligência privadas nas políticas e ações de segurança pública	19	18%	6	86%
c. Promover o ensino (desenvolvimento / construção deste conhecimento) / aprendizagem da epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação para um melhor treinamento técnico-científico específico para cada campo de ação / adaptação do treinamento para cada campo de ação do policial . (adaptação técnica, não política) para que isso afete a estruturação da recepção da polícia à população, um treinamento diferenciado da polícia.	18	17%	5	71%
d. Promover o ensino de estratégias de prevenção social baseadas em evidências, levando em conta os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo)	17	16%	6	86%
e. O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública desenvolvidos e disseminados em nível nacional e internacional, bem como o conteúdo da polícia e dos direitos humanos devem existir no treinamento - treinamento ético ou valores orientados pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que este treinamento influencie a ação/prática.	20	19%	7	100%
f. Metodologias de ensino para a gestão do fenômeno criminal e teorias sobre carreiras e perfis criminais - abordando teorias de comportamento humano e comportamento criminoso	6	6%	2	100%
g. Conhecimento, acesso e publicidade das informações geradas pelas instituições de segurança pública, tanto para o tratamento científico como para aumentar o desempenho operacional.	8	8%	3	100%

Quadro 60. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Resumo

Referência	Descritor
E	O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública desenvolvidos e disseminados em nível nacional e internacional, bem como o conteúdo da polícia e dos direitos humanos devem existir no treinamento - treinamento ético ou valores orientados pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que este treinamento influencie a ação/prática.
F	Metodologias de ensino para a gestão do fenômeno criminal e teorias sobre carreiras e perfis criminais - abordando teorias de comportamento humano e comportamento criminoso
A	Instituições, governança de políticas públicas e fonte de financiamento para a segurança pública nacional e internacional
B	Ensinar modelos de modelagem e gestão do conhecimento e sua aplicação para fomentar uma cultura que promova a integração da polícia e da segurança e inteligência privadas nas políticas e ações de segurança pública
D	Promover o ensino de estratégias de prevenção social baseadas em evidências, levando em conta os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo)
C	Promover o ensino (desenvolvimento / construção deste conhecimento) / aprendizagem da epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação para um melhor treinamento técnico-científico específico para cada campo de ação / adaptação do treinamento para cada campo de ação do policial . (adaptação técnica, não política) para que isso afete a estruturação da recepção da polícia à população, um treinamento diferenciado da polícia.
G	Conhecimento, acesso e publicidade das informações geradas pelas instituições de segurança pública, tanto para o tratamento científico como para aumentar o desempenho operacional

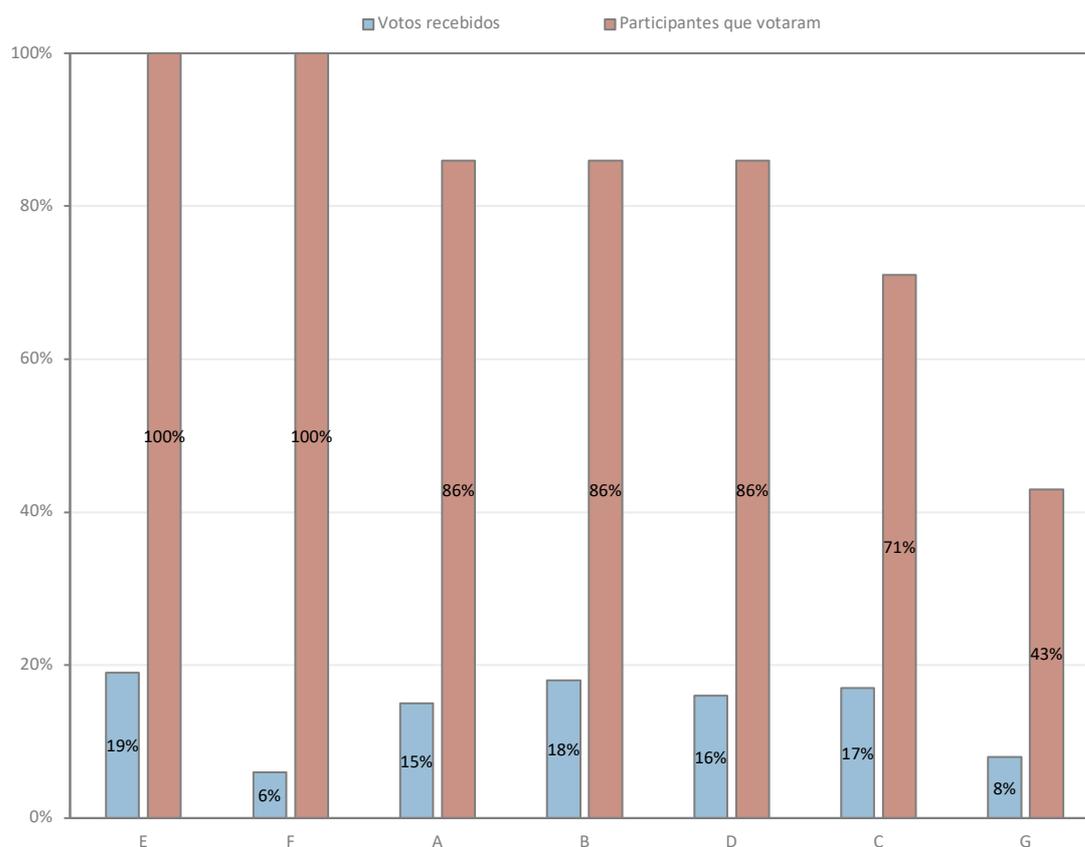


Gráfico 47. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais

e. *Âmbito Vitimológico*

Quadro 61. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento judicial para crianças e adolescentes (com ênfase na violência sexual)
b.	O treinamento se concentrou na Lei de Execução Penal, para que os familiares das pessoas presas possam aprender mais sobre seus direitos
c.	Treinamento para o cuidado e encaminhamento de mulheres em situações de violência dentro da política de segurança pública
d.	Treinamento interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência
e.	Treinamento criminológico específico para a polícia (militar, civil, criminal), profissionais da justiça criminal (juízes, promotores e defensores) e estudantes de direito
f.	Treinamento para orientar as famílias a direcionar a assistência do infrator
g.	Treinamento de parentes de pessoas na prisão para fornecer orientação, incluindo onde e quando procurar serviços de assistência social dentro do estado e do município
h.	Conhecer as estratégias de intervenção centradas na prevenção e no tratamento, mas com foco nas relações
i.	Treinamento para vincular programas e serviços de segurança pública e assistência social
j.	Treinamento interdisciplinar e transdisciplinar para profissionais de segurança, incluindo outros conhecimentos além do direito, tais como sociologia, psicologia e história
k.	Treinamento intersetorial para compreender a história de vida dos perpetradores e vítimas com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais
l.	Treinamento focado nas saídas do sistema prisional, que resgata a auto-estima, para que eles se sintam sujeitos da lei e possam reescrever suas histórias

Quadro 62. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência	25	24%	7	100%
b. Capacitação de familiares de pessoas presas, com conhecimentos sobre os direitos sob a LEP, como ter acesso aos serviços de assistência social (estaduais e municipais) e espaços de participação social na construção de políticas de segurança pública	5	5%	1	14%
c. Capacitação multidisciplinar para profissionais do direito, segurança pública e justiça criminal, com foco em questões de gênero, racismo e controle social, assim como o papel da mídia e a constituição, composição e funcionamento dessas organizações	14	13%	7	100%
d. Capacitação destinada à prevenção primária e secundária da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos (com uma discussão mais aprofundada do patriarcado e do machismo); mas também apresentando serviços, fluxos de atendimento e encaminhamento de redes de segurança pública, saúde e assistência social	22	21%	6	86%
e. Capacitação intersetorial com o objetivo de compreender a trajetória de vida das pessoas em contextos de violência (incluindo agressores e vítimas diretas e indiretas), com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais	21	20%	6	86%
f. Capacitação destinada aos graduados do sistema prisional, para resgatar a auto-estima destes sujeitos, para que se sintam capazes de reescrever suas histórias (incluindo conexões com a sociedade civil organizada, a mídia e outros atores)	9	8%	2	100%
g. Estratégias de avaliação, incluindo possíveis ferramentas para sistematizar indicadores e permitir uma melhor compreensão de seus resultados	10	9%	6	86%

Quadro 63.. Grupos nominais Âmbito Vitimológico: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência
D	Capacitação destinada à prevenção primária e secundária da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos (com uma discussão mais aprofundada do patriarcado e do machismo); mas também apresentando serviços, fluxos de atendimento e encaminhamento de redes de segurança pública, saúde e assistência social
E	Capacitação intersetorial com o objetivo de compreender a trajetória de vida das pessoas em contextos de violência (incluindo agressores e vítimas diretas e indiretas), com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais
C	Capacitação multidisciplinar para profissionais do direito, segurança pública e justiça criminal, com foco em questões de gênero, racismo e controle social, assim como o papel da mídia e a constituição, composição e funcionamento dessas organizações
G	Estratégias de avaliação, incluindo possíveis ferramentas para sistematizar indicadores e permitir uma melhor compreensão de seus resultados
F	Capacitação destinada aos graduados do sistema prisional, para resgatar a auto-estima destes sujeitos, para que se sintam capazes de reescrever suas histórias (incluindo conexões com a sociedade civil organizada, a mídia e outros atores)
B	Capacitação de familiares de pessoas presas, com conhecimentos sobre os direitos sob a LEP, como ter acesso aos serviços de assistência social (estaduais e municipais) e espaços de participação social na construção de políticas de segurança pública

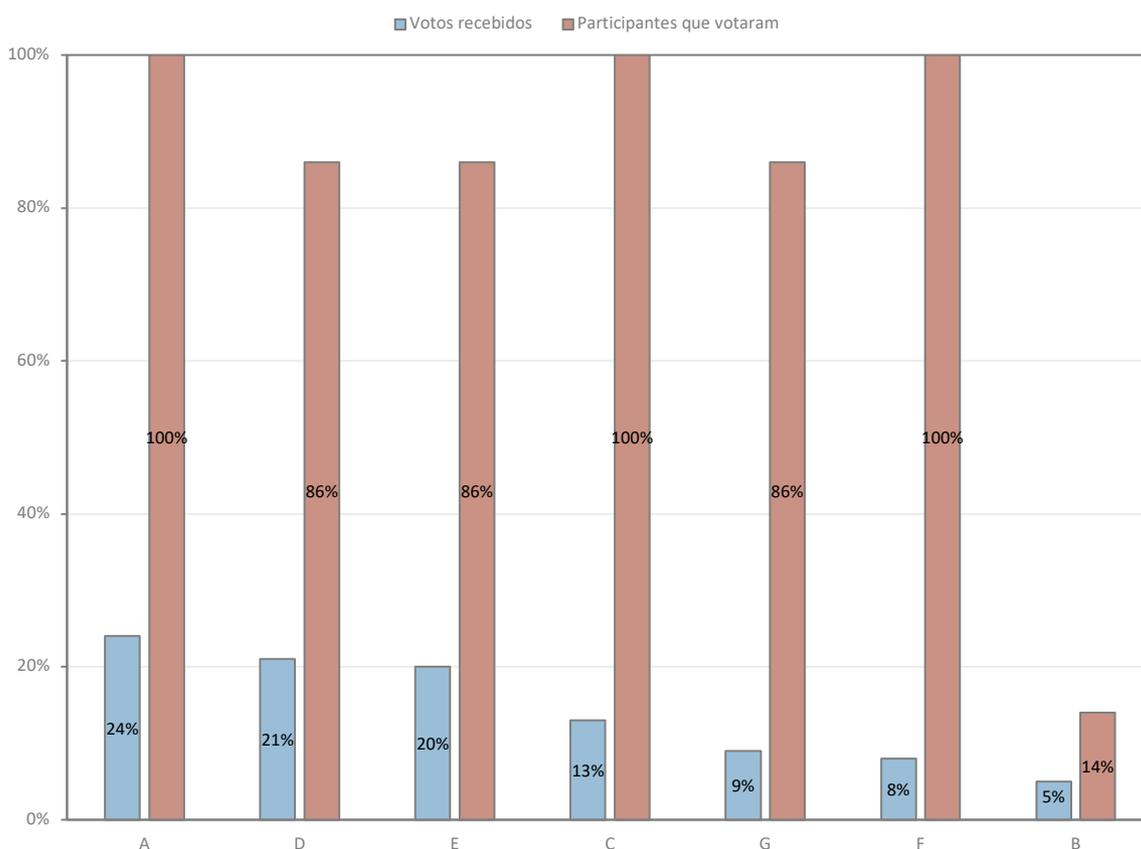


Gráfico 48. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais

f. Âmbito Penitenciário

Quadro 64. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento em administração e gestão estratégica do sistema penitenciário e sócio-educativo
b.	Treinamento sobre cuidados qualificados para membros da família que violam seus direitos, criando campos de proteção para atender às suas necessidades
c.	Treinamento sobre crime e ferramentas de prevenção e controle do crime, com foco na individualização da punição
d.	Treinamento em diagnóstico das demandas institucionais e estratégias de intervenção relacionadas ao sistema penitenciário, analisando as lacunas entre a realidade e a lei
e.	Treinamento na produção de dados qualitativos e quantitativos sobre rotinas e práticas institucionais sócio-educativas e penitenciárias
f.	Treinamento em gestão e resolução de conflitos em unidades prisionais
g.	Treinamento em direitos humanos e direitos humanitários, com especial atenção à prevenção de práticas de tortura, em uma perspectiva comparativa
h.	Treinamento sobre o sistema sócio-educativo, especificando suas regras (ECA e SINASE), práticas e contradições, em particular no que diz respeito ao debate sobre a redução da maioridade no direito penal
i.	Treinamento em inteligência prisional, especialmente em coleta de dados, para entender a individualização da sentença e o contexto prisional
j.	Treinamento em protocolos de ação para guardas prisionais, garantindo a identidade desses profissionais
k.	Treinamento sobre os mecanismos de controle interno e externo do sistema penitenciário, com foco na construção, melhoria e fortalecimento dos mesmos, garantindo o respeito aos direitos humanos
l.	Treinamento sobre a criação de fluxos de interlocução entre o sistema prisional, organizações da sociedade civil e entidades internacionais, melhorando o controle externo
m.	O treinamento de idiomas, especialmente o inglês, permite o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis
n.	Treinamento sobre a quantidade de tempo gasto na prisão influencia a qualidade e os resultados do encarceramento
o.	Treinamento na gestão dos mecanismos de controle (com especial atenção ao exame dos registros criminais), em colaboração com a rede de segurança pública e a sociedade
p.	Treinamento em arquitetura prisional, levando em conta aspectos penais, ressocialização de presos e rotinas humanitárias institucionais
q.	Treinamento destinado a criar fluxos entre o sistema penitenciário e a sociedade civil, permitindo o fortalecimento dos mecanismos de controle externo
r.	Treinamento em mecanismos de resolução de conflitos, guiado por uma cultura sistêmica de paz
s.	Treinamento ao longo do tempo como um mecanismo de punição e controle em sistemas sócio-educacionais

Quadro 65. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação na gestão dos sistemas penitenciários e socioeducativos, levando em conta a formulação de diagnósticos estratégicos permanentes, baseados em dados qualitativos e quantitativos que permitem mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas	19	21%	6	100%
b. Capacitação na prevenção e combate ao crime e à delinquência, com foco nos serviços de assistência social para as famílias, em resposta às suas necessidades	3	3%	2	33%
c. Capacitação em gestão e resolução de conflitos por funcionários do sistema penitenciário e sócio-educativo, com foco em uma cultura de paz, baseada na análise de boas práticas	17	19%	6	100%
d. Capacitação em protocolos de direitos humanos, com foco nas práticas de tortura, fortalecimento dos mecanismos de controle externo com a participação da sociedade civil	18	20%	5	83%
e. Capacitação sobre o sistema socioeducativo, especificando as regras do ECA e do SINASE, as práticas, as contradições (como a proposta de reduzir a idade da responsabilidade criminal) e o papel da indeterminação do tempo na aplicação da medida socioeducativa	10	11%	2	33%
f. Capacitação sobre individualização e aspectos de tempo da sentença, levando em conta questões de inteligência criminal, arquitetura institucional, ressocialização	17	19%	6	100%
g. Formação linguística, especialmente em inglês, para permitir o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis	6	7%	3	50%

Quadro 66. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação na gestão dos sistemas penitenciários e socioeducativos, levando em conta a formulação de diagnósticos estratégicos permanentes, baseados em dados qualitativos e quantitativos que permitem mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas
D	Capacitação em protocolos de direitos humanos, com foco nas práticas de tortura, fortalecimento dos mecanismos de controle externo com a participação da sociedade civil
C	Capacitação em gestão e resolução de conflitos por funcionários do sistema penitenciário e sócio-educativo, com foco em uma cultura de paz, baseada na análise de boas práticas
F	Capacitação sobre individualização e aspectos de tempo da sentença, levando em conta questões de inteligência criminal, arquitetura institucional, ressocialização
E	Capacitação sobre o sistema socioeducativo, especificando as regras do ECA e do SINASE, as práticas, as contradições (como a proposta de reduzir a idade da responsabilidade criminal) e o papel da indeterminação do tempo na aplicação da medida socioeducativa
G	Formação linguística, especialmente em inglês, para permitir o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis
B	Capacitação na prevenção e combate ao crime e à delinquência, com foco nos serviços de assistência social para as famílias, em resposta às suas necessidades

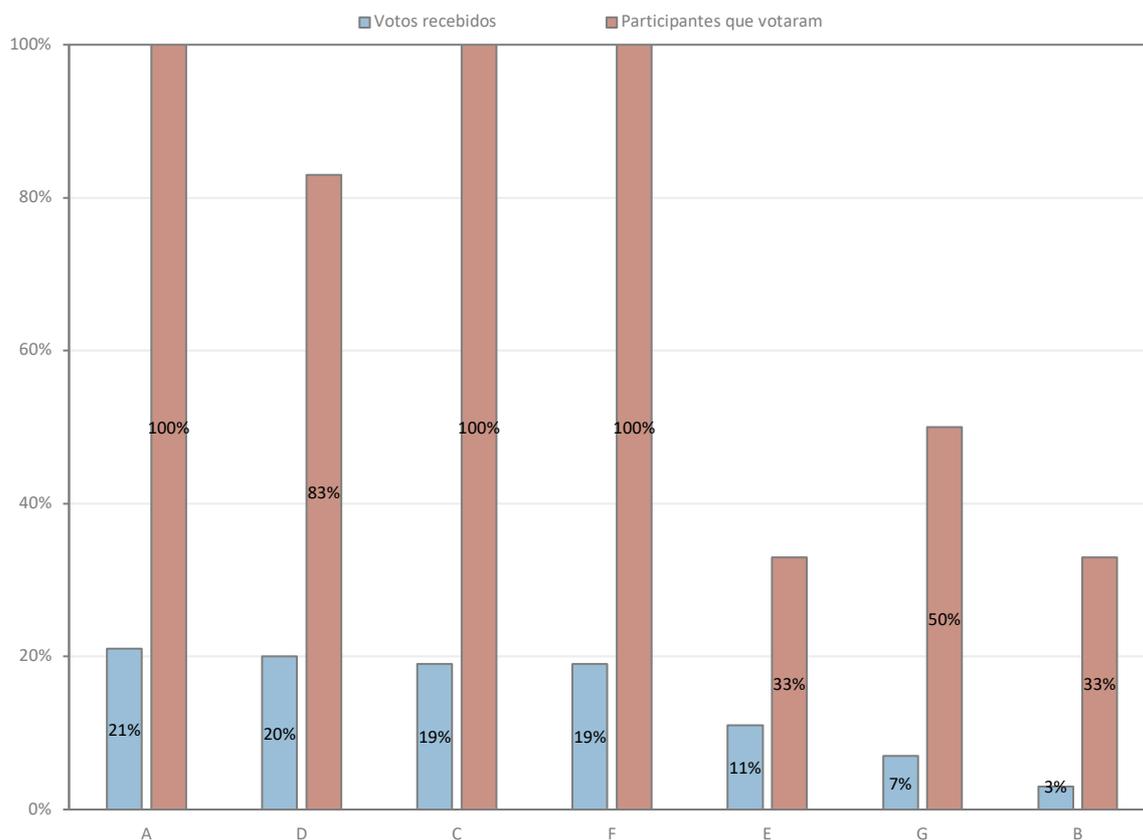


Gráfico 49. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais

g. *Âmbito Judicial*

Quadro 67. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Capacitação crítica em criminologia, para compreender o fenômeno do crime de uma forma ampla e transdisciplinar.
b.	Treinamento e promoção para o desenvolvimento da pesquisa aplicada decorrente da prática profissional
c.	Treinamento para reconhecer o crime como um fato social e para atuar na prevenção, combinando segurança pública com políticas públicas.
d.	Treinamento para permitir uma reflexão crítica e científica sobre o papel dos operadores legais.
e.	Estudo da criminalidade não isoladamente, mas em um contexto social mais amplo, como um fato social
f.	Treinamento que permite o entendimento da cultura profissional e da organização onde atuam os atores do sistema.
g.	Estudo das teorias do direito penal que influenciam a estrutura discursiva das operações jurídicas.
h.	Fornecer conhecimento sobre a rede de implementação de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, especialmente as HUS e os equipamentos para esportes, cultura, lazer e saúde mental
i.	Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral que envolve oportunidades de recepção em saúde mental, esportes, cultura e lazer.
j.	Estudar a realidade na qual o direito penal é aplicado.
k.	Estudo sobre redes de apoio e cuidado para prisioneiros libertados
l.	Incentivar a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito.
m.	Abordar os obstáculos à evolução da identidade da punição criminal, permitindo a inclusão nos valores positivos do sistema jurídico para proteger as vítimas e a sociedade (Resolução 288/CNJ - decisão judicial voltada para a justiça restaurativa).
n.	Fornecer conhecimentos sobre moralidade e poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.
o.	A necessidade de treinamento humanístico, principalmente nas humanidades para compreender a realidade da jurisdição.
p.	Promover reuniões regulares com os envolvidos na criação do contexto social da atividade.
q.	Compreensão pelos agentes do sistema de justiça do significado e objetivo do exame dos registros criminais no âmbito da aplicação da lei penal através de uma abordagem multidisciplinar.
r.	Incentivar o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam processos criminais dirigidos pelas vítimas

Quadro 68. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Treinamento crítico e científico em criminologia para entender o fenômeno criminoso como um fato social cuja realidade deve ser considerada permitindo uma abordagem ampla e transdisciplinar, favorecendo a prevenção e combinando segurança pública com políticas públicas	23	31%	5	100%
b. Treinamento em técnicas e métodos de pesquisa aplicada, com ênfase especial nas profissões relacionadas ao sistema de justiça criminal e à justiça criminal	8	11%	4	80%
c. Treinamento que permite a compreensão da cultura e organização profissional onde os atores do sistema atuam.	7	9%	3	60%
d. Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral para a implementação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e envolvendo as oportunidades de recepção em saúde mental, esporte, cultura, lazer e assistência à saída.	10	13%	3	60%
e. A necessidade de uma formação humanista, principalmente nas ciências humanas para compreender a realidade da jurisdição, com um dos meios de promover reuniões periódicas com os envolvidos na criação do contexto social no qual a atividade é exercida	11	15%	3	60%
f. Estudo das teorias do direito penal que afetam a estrutura discursiva das operações jurídicas, abordando os obstáculos à evolução da identidade da sanção penal e enfatizando a decisão judicial com uma abordagem de justiça restaurativa, de acordo com a Resolução 288 do CNJ.	7	9%	3	100%
g. Estimular a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito, bem como o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam o impulso da vítima para o processo penal	2	3%	1	20%
h. Proporcionar conhecimento sobre a moral e os poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.	4	5%	2	40%
i. Compreensão pelos atores do sistema de justiça do significado e propósito do exame criminológico no contexto da execução penal através de uma abordagem multidisciplinar	3	4%	1	20%

Quadro 69. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Capacitação crítica em criminologia, para compreender o fenômeno do crime de uma forma ampla e transdisciplinar.
b.	Treinamento e promoção para o desenvolvimento da pesquisa aplicada decorrente da prática profissional
c.	Treinamento para reconhecer o crime como um fato social e para atuar na prevenção, combinando segurança pública com políticas públicas.
d.	Treinamento para permitir uma reflexão crítica e científica sobre o papel dos operadores legais.
e.	Estudo da criminalidade não isoladamente, mas em um contexto social mais amplo, como um fato social
f.	Treinamento que permite o entendimento da cultura profissional e da organização onde atuam os atores do sistema.
g.	Estudo das teorias do direito penal que influenciam a estrutura discursiva das operações jurídicas.
h.	Fornecer conhecimento sobre a rede de implementação de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, especialmente as HUS e os equipamentos para esportes, cultura, lazer e saúde mental
i.	Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral que envolve oportunidades de recepção em saúde mental, esportes, cultura e lazer.
j.	Estudar a realidade na qual o direito penal é aplicado.
k.	Estudo sobre redes de apoio e cuidado para prisioneiros libertados
l.	Incentivar a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito.
m.	Abordar os obstáculos à evolução da identidade da punição criminal, permitindo a inclusão nos valores positivos do sistema jurídico para proteger as vítimas e a sociedade (Resolução 288/CNJ - decisão judicial voltada para a justiça restaurativa).
n.	Fornecer conhecimentos sobre moralidade e poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.
o.	A necessidade de treinamento humanístico, principalmente nas humanidades para compreender a realidade da jurisdição.
p.	Promover reuniões regulares com os envolvidos na criação do contexto social da atividade.
q.	Compreensão pelos agentes do sistema de justiça do significado e objetivo do exame dos registros criminais no âmbito da aplicação da lei penal através de uma abordagem multidisciplinar.
r.	Incentivar o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam processos criminais dirigidos pelas vítimas

Quadro 70. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Treinamento crítico e científico em criminologia para entender o fenômeno criminoso como um fato social cuja realidade deve ser considerada permitindo uma abordagem ampla e transdisciplinar, favorecendo a prevenção e combinando segurança pública com políticas públicas	23	31%	5	100%
b. Treinamento em técnicas e métodos de pesquisa aplicada, com ênfase especial nas profissões relacionadas ao sistema de justiça criminal e à justiça criminal	8	11%	4	80%
c. Treinamento que permite a compreensão da cultura e organização profissional onde os atores do sistema atuam.	7	9%	3	60%
d. Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral para a implementação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e envolvendo as oportunidades de recepção em saúde mental, esporte, cultura, lazer e assistência à saída.	10	13%	3	60%
e. A necessidade de uma formação humanista, principalmente nas ciências humanas para compreender a realidade da jurisdição, com um dos meios de promover reuniões periódicas com os envolvidos na criação do contexto social no qual a atividade é exercida	11	15%	3	60%
f. Estudo das teorias do direito penal que afetam a estrutura discursiva das operações jurídicas, abordando os obstáculos à evolução da identidade da sanção penal e enfatizando a decisão judicial com uma abordagem de justiça restaurativa, de acordo com a Resolução 288 do CNJ.	7	9%	3	100%
g. Estimular a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito, bem como o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam o impulso da vítima para o processo penal	2	3%	1	20%
h. Proporcionar conhecimento sobre a moral e os poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.	4	5%	2	40%
i. Compreensão pelos atores do sistema de justiça do significado e propósito do exame criminológico no contexto da execução penal através de uma abordagem multidisciplinar	3	4%	1	20%

Quadro 71. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Resumo

Referência	Descritor
A	Treinamento crítico e científico em criminologia para entender o fenômeno criminoso como um fato social cuja realidade deve ser considerada permitindo uma abordagem ampla e transdisciplinar, favorecendo a prevenção e combinando segurança pública com políticas públicas
E	A necessidade de uma formação humanista, principalmente nas ciências humanas para compreender a realidade da jurisdição, com um dos meios de promover reuniões periódicas com os envolvidos na criação do contexto social no qual a atividade é exercida
D	Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral para a implementação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e envolvendo as oportunidades de recepção em saúde mental, esporte, cultura, lazer e assistência à saída.
B	Treinamento em técnicas e métodos de pesquisa aplicada, com ênfase especial nas profissões relacionadas ao sistema de justiça criminal e à justiça criminal
F	Estudo das teorias do direito penal que afetam a estrutura discursiva das operações jurídicas, abordando os obstáculos à evolução da identidade da sanção penal e enfatizando a decisão judicial com uma abordagem de justiça restaurativa, de acordo com a Resolução 288 do CNJ.
C	Treinamento que permite a compreensão da cultura e organização profissional onde os atores do sistema atuam.
H	Proporcionar conhecimento sobre a moral e os poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.
I	Compreensão pelos atores do sistema de justiça do significado e propósito do exame criminológico no contexto da execução penal através de uma abordagem multidisciplinar
G	Estimular a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito, bem como o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam o impulso da vítima para o processo penal

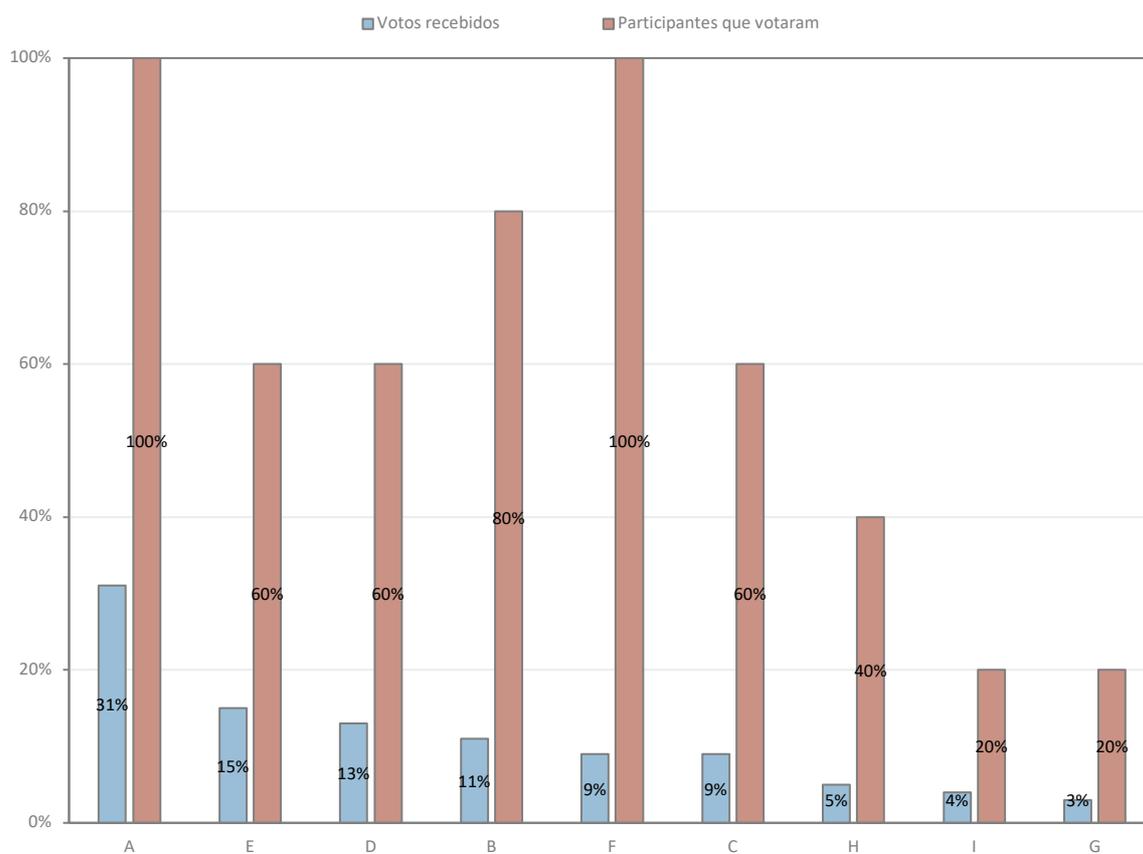


Gráfico 50. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais

Referencias

- Adorno, L. (31 de dezembro de 2019). *Maioria dos PMs de SP é branca e não tem curso superior de graduação*. UOL. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/31/quem-sao-os-pms-de-sp.htm>
- Cerqueira, D. (2017). Custo de Bem-Estar da Violência e Criminalidade no Brasil. Na Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, 11 edição* (pp.76-78).
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014 a 2017. Edição especial 2018*. http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf
- Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2018*.
- Ministério da Educação. (9 de janeiro de 2020). *MEC e Ministério da Justiça e Segurança lançam bolsas de pesquisas na área de segurança*. Governo do Brasil. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/01/mec-e-ministerio-da-justica-e-seguranca-lancam-bolsas-de-pesquisas-na-area-de-seguranca-1>
- Ministério da Justiça. (2007). *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Conselho Federal de Psicologia.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização - Junho de 2016*. https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf/view
- OAB São Paulo. (s.f.). *Sobre a OAB SP*. <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/>
- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (s.f.). *Quem somos*. <https://www.tjsp.jus.br/QuemSomos>



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein. Project Nº.: 609676-EPP-1-2019-1-PE-EPPKA2-CBHE-JP



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortaleciendo o Ensino da Criminologia

CONSORTIUM



Universidade de São
Paulo
Brasil



Universidad
Nacional Mayor de
San Marcos
Perú



Universidad Católica
San Pablo
Perú



Universidade
Federal de Minas
Gerais
Brasil



Universidad Santo
Tomás
Colombia



Universidad Antonio
Nariño
Colombia



Universidad de
Granada
España



Universidad Miguel
Hernández de Elche
España



Universidad de
Castilla-La Mancha
España



Universidade
Católica Portuguesa
Portugal



Universidade do
Minho
Portugal



Universidade do
Porto
Portugal



INOVA+
Portugal

UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein. Project Nº.: 609676-EPP-1-2019-1-PE-EPPKA2-CBHE-JP